



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

Decreto-Presidencial n.º 19/2013:

Nomeando, sob proposta do Governo, César Augusto André Monteiro para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Cabo Verde junto da República do Senegal. 2366

ASSEMBLEIA NACIONAL:

Lei n.º 49/VIII/2013:

Aditamento à Lei n.º 14/VI/2002, de 19 de Setembro. 2366

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto n.º 8/2013:

Approva o Acordo de Empréstimo entre o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a República de Cabo Verde. 2403

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO:

Portaria n.º 66/2013:

Approva os modelos normalizados de registo do veículo e de identificação do motorista. 2420

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 19/2013

de 27 de Dezembro

Usando da competência conferida pela alínea *c*) do artigo 136.º da Constituição, o Presidente da República decreta o seguinte:

Artigo 1.º

É nomeado, sob proposta do Governo, o Senhor César Augusto André Monteiro para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Cabo Verde junto da República do Senegal.

Artigo 2.º

O presente Decreto Presidencial entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Palácio da Presidência da República, na Praia, a 12 de Dezembro de 2013.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA.

Referendado aos 19 de Dezembro de 2013.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*.

—o§o—

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 51/VIII/2013

de 27 de Dezembro

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea *b*) do artigo 175º da Constituição o seguinte:

Artigo 1º

Aditamento à Lei n.º 14/VI/2002, de 19 de Setembro

É aditada a alínea *f*) ao artigo 6º da Lei n.º 14/VI/2002, de 19 de Setembro, que passa a ter a seguinte redacção:

“Artigo 6º

Sujeitos passivos do IVA

[...]

f) As pessoas singulares ou colectivas referidas nas alíneas *a*) e *b*) que disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio em território nacional e que pratiquem operações que confirmam direito à dedução total ou parcial do imposto, quando sejam adquirentes de serviços de construção civil, incluindo a remodelação, reparação, manutenção, conservação e demolição de bens imóveis, em regime de empreitada ou subempreitada.”

Artigo 2º

Novas referências

A expressão “É aprovado o Regulamento” contida no artigo 1º Proémio da Lei n.º 21/VI/2003, de 14 de Julho, que aprova o Regulamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado passa a referir-se “É aprovado o Código”.

Artigo 3º

Eliminação de referências

A expressão, “documentos equivalentes” contida nos artigos, 2º, 8º, 18º, 23º, 25º, 32º, 33º, 34º, 42º, 57º, 59º, 66º, 86º é eliminada.

Artigo 4º

Alteração da Lei n.º 21/VI/2003, de 14 de Julho

Os artigos 2º, 6º, 8º, 14º, 18º, 20º, 23º, 24º, 25º, 32º, 36º, 37º, 43º, 47º, 54º, 61º, 66º, 71º e 77º da Lei n.º 21/VI/2003, de 14 de Julho, que aprova o Regulamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado, passam a ter a seguinte redacção:

“Artigo 2º

Sujeitos passivos

1.[...]

f) As pessoas singulares ou colectivas referidas nas alíneas *a*) e *b*) que disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio em território nacional e que pratiquem operações que confirmam direito à dedução total ou parcial do imposto, quando sejam adquirentes de serviços de construção civil, incluindo a remodelação, reparação, manutenção, conservação e demolição de bens imóveis, em regime de empreitada ou subempreitada.

Artigo 6º

Localização das operações

[...]

4. O disposto no número anterior não terá aplicação relativamente às seguintes operações:

a) Prestações de serviços relacionados com um imóvel situado fora do território nacional, incluindo os serviços prestados por arquitecto, empresas de fiscalização de obras, por peritos e agentes imobiliários, gabinetes de estudos, consultoria, advogados e os que tenham por objecto preparar ou coordenar a execução de trabalhos imobiliários, independentemente do lugar do adquirente desses serviços.

[...]

5. Serão, no entanto, sempre tributáveis, mesmo que o prestador não tenha sede estabelecimento estável ou domicílio no território nacional:

a) Prestações de serviços relacionados com um imóvel situado no território nacional, incluindo, os serviços prestados por arquitecto, empresas de fiscalização de obras, por peritos e agentes imobiliários, gabinetes de estudos, consultoria, advogados e os que tenham por objecto preparar ou coordenar a execução de trabalhos imobiliários, independentemente do lugar do adquirente desses serviços.

[...]

Artigo 8º

Exigibilidade

1. [...]

c) Se a transmissão de bens ou a prestação de serviços, derem lugar ao pagamento, ainda que parcial, anteriormente à emissão da factura, no momento do recebimento desse pagamento, pelo montante recebido, sem prejuízo do disposto na alínea anterior.

2. O disposto no número anterior é ainda aplicável aos casos em que se verifique emissão de factura ou pagamento, precedendo o momento da realização das operações tributáveis, tal como este é definido no artigo anterior.

[...]

Artigo 14º

(Outras isenções)

[...].

5. Estão isentas do imposto as transmissões de bens e prestações de serviços efectuados ao Estado e demais pessoas colectivas de direito público, associação sem fins lucrativos, ONG's adquiridos no âmbito da cooperação internacional, ou executantes de projectos, financiados no âmbito da cooperação internacional, que não sejam sujeitos passivos do IVA nos termos das alíneas a), b) e c) do número 1 do artigo 2º, nas condições e limites fixados no próprio acordo internacional celebrado pelo Estado de Cabo Verde.

6. Estão isentas do imposto as importações de bens, que constam da lista e caderno de encargo aprovado pelas entidades competentes destinados à execução de obras financiadas no âmbito da cooperação internacional, nas condições e limites fixados no próprio acordo internacional celebrado pelo Estado de Cabo Verde, bem como as importações efectuadas nos termos do artigo 49º da Lei nº 26/VIII/2013, de 21 de Janeiro.

7. Quando o projecto financiado tenha contra partida nacional, a isenção referida no número anterior só se aplica ao montante de financiamento externo.

8. Os beneficiários da isenção prevista no número 5 devem entregar mensalmente a lista dos fornecedores de todos os bens e serviços adquiridos no âmbito do projecto financiado, independente da natureza do financiamento.

Artigo 18º

(Imposto suportado)

1. [...].

e) Imposto pago pela aquisição de bens ou serviços abrangida pela alínea f) do número 1 do artigo 2º.

2. Só confere direito à dedução o imposto mencionado nos seguintes documentos, em nome e na posse do sujeito passivo:

- a) Em facturas passadas na forma legal e por fornecedor enquadrado no regime normal;
- b) No recibo de pagamento do IVA que faz parte das declarações de importação.

[...].

6. Para efeitos do exercício do direito à dedução, consideram-se passados na forma legal, as facturas emitidas por sujeitos passivos enquadrados no regime normal e que contenham os elementos previstos no número 5 do artigo 32º.

Artigo 20º

(Exclusões do direito à dedução)

1. [...]:

a) Despesas relativas à aquisição, fabrico ou importação, à locação, incluindo a locação financeira, à utilização, à transformação e reparação de viaturas de turismo, barcos de recreio, helicópteros, aviões, motos e motocicletas. É considerada viatura de turismo qualquer veículo automóvel, com inclusão do reboque, que, pelo seu tipo de construção e equipamento, não seja destinado unicamente ao transporte de mercadorias ou a uma utilização com carácter agrícola, comercial ou industrial ou que, sendo misto ou de transporte de passageiros, não tenha mais de 10 lugares, com inclusão do condutor;

[...].

Artigo 23º

(Pagamento do imposto liquidado pelo contribuinte)

[...]

3. No caso de não ser pago o imposto juntamente com a entrega da declaração, nos termos dos números anteriores, pode o pagamento ser ainda efectuado durante os trinta dias seguintes, nos termos do artigo 77º.

4. As pessoas referidas na alínea e) do número 1 do artigo 2º e no artigo 38º devem entregar às entidades competentes o correspondente imposto, nos prazos de, respectivamente, quinze dias, a contar da data da emissão da factura e até ao último dia útil do mês seguinte ao da conclusão da operação.

[...]

Artigo 24º

(Pagamento do imposto liquidado por iniciativa dos serviços)

1. [...].

2. No caso previsto no número anterior, a falta de pagamento no prazo estabelecido, implicará nos termos do número 4 do artigo 71º, a conversão da cobrança em virtual para pagamento com juros de mora e a extracção da respectiva certidão de dívida, para cobrança coerciva do imposto.

[...].

Artigo 25º

(Âmbito das obrigações)

1. [...].

b) Emitir uma factura obrigatoriamente por cada transmissão de bens ou prestação de serviços, ainda que não solicitado pelo adquirente, bem como pelo pagamento que lhes sejam efectuados antes da data da transmissão de bens ou da prestação de serviços;

[...].

- e) Entregar mapas de regularizações, cujos modelos são aprovados por membro do Governo responsável pela área das finanças, sempre que houver regularizações a fazer nos termos do artigo 65.º, comunicadas ou não pela Administração Fiscal.

[...]

9. Os documentos previstos nas alíneas c) e e) do número 1 podem ser enviados por transmissão electrónica de dados quando for disponibilizado pela Administração Fiscal e regulamentado em diploma próprio.

10. Para efeitos da aplicação da alínea c) do número 1 os elementos que serviram de base ao seu apuramento são os anexos aprovados por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

11. Considera-se não entrega da declaração periódica, quando não acompanhada dos seus respectivos anexos e mapas de regularizações devidamente preenchidos, quando for caso disso, ainda que apresentada dentro dos prazos legais.

12. Sem prejuízo do disposto nos números 3 e 4, os sujeitos passivos que pratiquem operações isentas sem direito a dedução nos termos dos números 22, 23 e 24 do artigo 9.º, devem entregar mensalmente a lista dos fornecedores dos bens e serviços, nos termos da portaria a ser aprovada.

13. O membro do Governo responsável pela área das finanças pode alargar a outras entidades a obrigação prevista no número anterior.

Artigo 32.º

(Emissão de facturas)

[...]

6. As guias ou notas de devolução e outros documentos rectificativos de facturas devem conter, além da data e numeração sequencial, os elementos a que se refere a alínea a) do número 5, bem como a referência à factura a que respeitam e as menções desta que são objecto de alterações.

7. A numeração sequencial a que se referem os números 5 e 6 deve ser impressa em tipografia autorizada pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, quando não resulte de processamento automático de programas informáticos de gestão.

[...]

11. As facturas emitidas por sujeitos passivos que não disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio em território nacional, com representante nomeado nos termos do artigo 26.º, devem conter, além dos elementos previstos no número 5, o número de identificação fiscal, nome ou denominação social e a sede, estabelecimento estável ou domicílio do respectivo representante.

12. Nas situações previstas na alínea f) do número 1 do artigo 2.º, bem como nas demais situações em que o destinatário ou adquirente for o devedor do imposto, as facturas emitidas pelo transmitente dos bens ou prestador dos serviços devem conter a expressão 'IVA - autoliquidação'.

Artigo 36.º

(Dispensa de facturação)

[...].

4. Os sujeitos passivos que adquiram bens ou serviços aos retalhistas e prestadores de serviços a que se refere a dispensa de facturação do número anterior devem sempre exigir a respectiva factura, para efeitos de dedução.

[...].

Artigo 37.º

(Declaração periódica)

1. Os sujeitos passivos são obrigados a entregar, mensalmente, a declaração prevista na alínea c) do artigo 25.º, nos seguintes prazos:

- a) Até ao último dia útil do mês seguinte àquele a que respeitam as operações nela abrangidas;
- b) Até ao final do mês seguinte àquele a que respeitam as operações nela abrangidas, quando a declaração periódica é enviada por transmissão electrónica.

[...].

Artigo 43.º

(Apuramento do imposto incluído no preço)

Nos casos em que a facturação ou o seu registo sejam processados por valores com imposto incluído, nos termos dos artigos anteriores, o apuramento da base tributável correspondente será obtido através da divisão daqueles valores por 115, multiplicando o quociente por 100 e arredondando o resultado, por defeito ou por excesso, para a unidade mais próxima, sem prejuízo da adopção de qualquer outro método conducente a idêntico resultado.

Artigo 47.º

(Âmbito de aplicação)

[...].

6. Não ficam enquadrados neste regime os sujeitos passivos que venham optar por Regime Especial Unificado que estarão sujeitos às normas próprias.

Artigo 54.º

(Âmbito de aplicação)

[...].

8. Não ficam abrangidos por este regime os sujeitos passivos que venham optar por Regime Especial Unificado que estarão sujeitos às normas próprias.

Artigo 61.º

(Pagamento e outras obrigações)

1. [...];

- b) Pagar na entidade competente, por meio de guia de modelo aprovado, o imposto que se mostre devido relativamente a cada trimestre do ano civil, respectivamente, nos seguintes prazos:

1º trimestre - até ao último dia útil do mês de Abril;
 2º trimestre- até ao último dia útil do mês de Julho;
 3º trimestre - até ao último dia útil do mês de Outubro;
 4º trimestre - até ao último dia útil do mês de Janeiro do ano seguinte;

[...].

Artigo 66º

(Responsabilidade do adquirente)

[...].

4. Revogado.

[...].

Artigo 71º

(Falta de entrega de declaração)

[...].

4. Na falta de pagamento no prazo referido no número anterior é extraída pelo serviço competente a certidão de dívida, para cobrança coerciva do imposto, com juros de mora.

5. [...]:

b) Se, dentro do prazo de sessenta dias, a liquidação vier a ser corrigida pelos serviços competentes com base em visita de fiscalização ou em outros elementos ao seu dispor.

[...].

Artigo 77º

(Entrega de declaração sem meio de pagamento)

1. Quando a declaração a que se referem os artigos 37º e 38º for apresentada sem o respectivo meio de pagamento ou este se mostre insuficiente face ao valor nele apurado, o pagamento do imposto devido poderá, ainda, ser efectuado durante os trinta dias seguintes ao da apresentação da declaração, acrescentado à quantia a pagar os correspondentes juros de mora calculados nos termos do Código Geral Tributário, sem prejuízo da aplicação da coima.

2. Decorrido o prazo referido no número anterior sem que seja pago o imposto apurado pelo sujeito passivo e constante da respectiva declaração oportunamente, apresentada, proceder-se-á à extracção da certidão de dívida para cobrança coerciva do imposto.

3. Revogado.”

Artigo 5º

(Aditamento ao Regime de Exigibilidade do IVA nas empreitadas e subempreitadas de obras públicas)

É aditado o número 3 ao artigo 1º do Regime Especial de Exigibilidade do Imposto sobre o Valor Acrescentado nas empreitadas e Subempreitadas de Obras Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/2004 de 20 de Maio, passa a ter a seguinte redacção:

“Artigo 2º

(Momento da exigibilidade)

[...]

Sem prejuízo da aplicação do número 1 do artigo 2º do presente regime quando o adquirente do serviço for o Estado, o Regime Especial não se aplica às empreitadas e subempreitadas de obras públicas cujo imposto seja devido pelo adquirente nos termos da alínea f) do número 1 do artigo 2º do Regulamento do IVA.”

Artigo 6º

(Republicação)

É republicada, em anexo, que faz parte integrante do presente diploma, a Lei nº 21/VI/2003, de 14 de Julho, com redacção actual.

Artigo 7º

(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2014.

Aprovada em 30 de Outubro de 2013.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*.

Promulgada em 13 de Dezembro de 2013.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA.

Assinada em 17 de Dezembro de 2013.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*.

Lei nº 21/VI/2003

de 14 de Julho

Por mandato do povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 174º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1º

(Aprovação)

É aprovado o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o qual contém uma lista anexa de bens sujeitos a isenção completa ou isenção com direito a dedução, que faz parte integrante da presente lei.

Artigo 2º

(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2004.

Aprovada em 24 de Abril de 2003.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.

Promulgada em 3 de Julho de 2003.

Publique-se:

O Presidente da República, PEDRO VERONA RODRIGUES PIRES.

Assinada em 4 de Julho de 2003.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.

Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA)

CAPÍTULO I

Incidência

Artigo 1º

(Âmbito de aplicação)

1. Estão sujeitas a Imposto sobre o Valor Acrescentado:

- a) As transmissões de bens e as prestações de serviços, realizadas, a título oneroso no território nacional, nos termos do artigo 6º, pelos sujeitos passivos agindo nessa qualidade;
- b) As importações de bens.

3. O território nacional abrange toda a superfície terrestre, a zona marítima e o espaço aéreo, delimitados pelas fronteiras nacionais, tal como se encontra definido no artigo 6º da Constituição da República de Cabo Verde.

Artigo 2º

(Sujeito passivo)

1. São sujeitos passivos do imposto todas as empresas e demais pessoas singulares ou colectivas que:

- a) Sendo residentes ou tendo estabelecimento estável ou representação em território nacional, exerçam, de modo independente e com carácter de habitualidade, com ou sem fim lucrativo, actividades de produção, de comércio ou de prestação de serviços, incluindo as actividades extractivas, agrícolas, silvícolas, pecuárias e de pesca;
- b) Sendo residentes ou tendo estabelecimento estável ou representação em território nacional e, não exercendo uma actividade, realizem, todavia, também de modo independente, qualquer operação tributável, desde que a mesma preencha os pressupostos de incidência real do Imposto Único sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares ou das Pessoas Colectivas;
- c) Sendo não residentes e não tendo estabelecimento estável ou representação em território nacional, realizem, ainda de modo independente, qualquer operação tributável, desde que tal operação esteja conexas com o exercício das suas actividades empresariais onde quer que ela ocorra ou quando, independentemente dessa conexão, tal operação preencha os pressupostos de incidência real do Imposto Único sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares ou das Pessoas Colectivas;
- d) Realizem importações de bens, segundo a legislação aduaneira;
- e) Mencionem indevidamente Imposto sobre o Valor Acrescentado em factura;
- f) As pessoas singulares ou colectivas referidas nas alíneas a) e b) que disponham de sede, estabelecimento estável, ou domicílio em ter-

ritório nacional e que pratiquem operações que confirmam direito à dedução total ou parcial do imposto, quando sejam adquirentes de serviços de construção civil, incluindo a remodelação, reparação, manutenção, conservação e demolição de bens imóveis, em regime de empreitada ou subempreitada.

2. As empresas e demais pessoas singulares ou colectivas referidas nas alíneas a) e b) do número anterior serão também sujeitos passivos pela aquisição dos serviços constantes do número 6 do artigo 6º, nas condições neles referidas.

3. O Estado e as demais pessoas colectivas de direito público não serão, no entanto, sujeitos passivos do imposto quando:

- a) Realizem operações no âmbito dos seus poderes de autoridade, mesmo que por elas recebam taxas ou quaisquer outras contraprestações;
- b) Realizem operações a favor das populações sem que exista uma contrapartida directa.

4. O Estado e as demais pessoas colectivas de direito público referidas no número anterior serão, em qualquer caso, sujeitos passivos do imposto quando exerçam algumas das seguintes actividades e pelas operações tributáveis delas decorrentes, salvo quando se verifique que as exercem de forma não significativa:

- a) Telecomunicações;
- b) Distribuição de água, gás e electricidade;
- c) Transporte de bens;
- d) Transporte de pessoas;
- e) Transmissão de bens novos cuja produção se destina a venda;
- f) Operações de organismos agrícolas;
- g) Cantinas;
- h) Radiodifusão e Radiotelevisão;
- i) Prestação de serviços portuários e aeroportuários;
- j) Exploração de feiras e de exposições de carácter comercial;
- k) Armazenagem.

5. Para efeitos do número 4 do presente artigo, o membro do Governo responsável pela área das finanças definirá, caso a caso, as actividades que são exercidas de forma não significativa.

Artigo 3º

(Transmissão de bens)

1. Considera-se, em geral, transmissão de bens a transferência onerosa de bens corpóreos por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade.

2. Para efeitos do número anterior, a energia eléctrica, o gás, o calor, o frio e similares são considerados bens corpóreos.

3. Consideram-se ainda transmissões nos termos do número 1 deste artigo:

- a) A entrega material de bens em execução de um contrato de locação com cláusula, vinculante para ambas as partes, de transferência de propriedade;
- b) A entrega material de bens móveis decorrentes da execução de um contrato de compra e venda, em que se preveja a reserva de propriedade até ao momento do pagamento total ou parcial do preço;
- c) As transferências de bens entre comitente e comissário, efectuadas em execução de um contrato de comissão definido no Código Comercial, incluindo as transferências entre consignante e consignatário de mercadorias enviadas à consignação. Na comissão de venda considerar-se-á comprador ou comissário; na comissão de compra será considerado comprador ou comitente;
- d) A não devolução, no prazo de um ano a contar da data da entrega ao destinatário, das mercadorias enviadas à consignação;
- e) A afectação permanente de bens da empresa a uso próprio do seu titular, do pessoal ou, em geral, a fins alheios à mesma, bem como a sua transmissão gratuita, quando relativamente a esses bens ou aos elementos que os constituem, tenham havido dedução total ou parcial do imposto. Excluem-se do regime estabelecido nesta alínea as amostras e as ofertas de pequeno valor, conforme aos usos comerciais, cujos limites serão fixados por despacho do membro do Governo responsável pela área das Finanças, sob proposta da Direcção Geral das Contribuições e Impostos;
- f) A afectação de bens por um sujeito passivo a um sector de actividade isento e bem assim a afectação ao activo immobilizado de bens referidos na alínea a) do número 1 do artigo 19º quando relativamente a esses bens ou elementos que os constituem, tenha havido dedução total ou parcial do imposto.

4. Salvo prova em contrário, são considerados como tendo sido objecto de transmissão os bens adquiridos, importados ou produzidos que não se encontrarem nas existências dos estabelecimentos do sujeito passivo e bem assim os que tenham sido consumidos em quantidades que, tendo em conta o volume de produção, devam considerar-se excessivas. Do mesmo modo são considerados como tendo sido adquiridos pelo sujeito passivo os bens que se encontrarem em qualquer dos referidos locais.

5. Embora sejam consideradas transmissões de bens, o imposto não é devido nem exigível nas cessões a título oneroso ou gratuito de um estabelecimento comercial, da totalidade de um património ou de uma parte dele que seja susceptível de constituir um ramo de actividade independente, quando, em qualquer dos casos, o adquirente seja, ou venha a ser, pelo facto da aquisição, um sujeito

passivo de entre os referidos na alínea a) do número 1 do artigo 2º que pratique apenas operações que concedam direito a dedução.

Artigo 4º

(Prestação de serviços)

1. Considera-se prestação de serviços qualquer operação, efectuada a título oneroso, que não constitua transmissão ou importação de bens, na acepção dos artigos 3º e 5º, respectivamente.

2. Consideram-se ainda prestações a título oneroso:

- a) As prestações de serviços gratuitas efectuadas pela própria empresa com vista às necessidades particulares do seu titular, do pessoal ou, em geral, a fins alheios à mesma;
- b) A utilização de bens da empresa para uso próprio do seu titular, do pessoal, ou em geral, para fins alheios à mesma e ainda em sectores de actividade isentos quando, relativamente a esses bens ou aos elementos que os constituem tenha havido dedução total ou parcial do imposto.

3. Quando a prestação de serviços for efectuada por intervenção de um mandatário agindo em nome próprio, este será, sucessivamente, adquirente e prestador do serviço.

4. O disposto nos números 4 e 5 do artigo 3º é aplicável, em idênticas condições, às prestações de serviços.

5. Legislação especial regulamentará a aplicação do imposto às agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos.

Artigo 5º

(Importação)

1. Considera-se importação de bens a entrada destes no território nacional.

2. Todavia, sempre que os bens sejam colocados, desde a sua entrada no território nacional, numa das situações previstas no número 1 do artigo 14º, a entrada efectiva dos mesmos no território nacional para efeitos da sua qualificação como importação só se considerará verificada se e quando forem introduzidos no consumo.

Artigo 6º

(Localização das operações)

1. São tributáveis as transmissões de bens que estejam situados no território nacional no momento em que se inicia o transporte ou a expedição para o adquirente ou, no caso de não haver expedição ou transporte, no momento em que são postos à disposição do adquirente.

2. Não obstante o disposto no número anterior, são também tributáveis a transmissão feita pelo importador e eventuais transmissões subsequentes de bens transportados ou expedidos do estrangeiro, quando as referidas transmissões tenham lugar antes da importação.

3. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, são tributáveis as prestações de serviços cujo prestador tenha no território nacional sede, estabelecimento estável ou domicílio a partir do qual os serviços sejam prestados.

4. O disposto no número anterior não terá aplicação relativamente às seguintes operações:

- a) Prestações de serviços relacionados com um imóvel situado fora do território nacional, incluindo os serviços prestados por arquitecto, empresas de fiscalização de obras, por peritos e agentes imobiliários, gabinetes de estudos, consultoria, advogados e os que tenham por objecto preparar ou coordenar a execução de trabalhos imobiliários, independentemente do lugar do adquirente desses serviços.
- b) Trabalhos efectuados sobre bens móveis corpóreos e peritagens a eles referentes, executados total ou essencialmente fora do território nacional;
- c) Prestações de serviços de carácter artístico, científico, desportivo, recreativo, de ensino e similares, compreendendo as dos organizadores destas actividades e as prestações de serviços que lhes sejam acessórias, que tenham lugar fora do território nacional;
- d) Prestações de serviços de transporte, pela distância percorrida fora do território nacional.

5. Serão, no entanto, sempre tributáveis, mesmo que o prestador não tenha sede, estabelecimento estável ou domicílio no território nacional:

- a) Prestações de serviços relacionados com um imóvel situado fora do território nacional, incluindo os serviços prestados por arquitecto, empresas de fiscalização de obras, por peritos e agentes imobiliários, gabinetes de estudos, consultoria, advogados e os que tenham por objecto preparar ou coordenar a execução de trabalhos imobiliários, independentemente do lugar do adquirente desses serviços.
- b) Trabalhos executados sobre bens móveis corpóreos e peritagens a eles referentes, executados total ou essencialmente no território nacional;
- c) Prestações de serviços de carácter artístico, científico, desportivo, recreativo, de ensino e similares, compreendendo as dos organizadores destas actividades e as prestações de serviços que lhes sejam acessórias, que tenham lugar no território nacional;
- d) Prestações de serviços de transporte, pela distância percorrida no território nacional.

6. São ainda tributáveis as prestações de serviços a seguir enumeradas, cujo prestador não tenha no território nacional sede, estabelecimento estável ou domicílio a partir do qual o serviço seja prestado, sempre que o adquirente seja um sujeito passivo do imposto dos referidos nas alíneas a) e b) do número 1 do artigo 2.º, cuja sede, estabelecimento estável ou domicílio se situe no território nacional, e ainda que pratique exclusivamente operações isentas sem direito a dedução:

- a) Cessão ou autorização para utilização de direitos de autor, licenças, marcas de fabrico e de comércio e outros direitos análogos;

- b) Serviços de publicidade;
- c) Serviços de telecomunicações;
- d) Serviços de consultores, engenheiros, advogados, economistas e contabilistas, gabinetes de estudo em todos os domínios, compreendendo os de organização, investigação e desenvolvimento;
- e) Tratamento de dados e fornecimento de informações;
- f) Operações bancárias, financeiras e de seguro e resseguro;
- g) Colocação de pessoal à disposição;
- h) Serviços de intermediários que intervenham em nome e por conta de outrem no fornecimento das prestações de serviços enumeradas nas alíneas deste número;
- i) Obrigação de não exercer, uma actividade profissional ou um direito mencionado nas alíneas deste número, ainda que o não exercício ocorra apenas a título parcial;
- j) Locação de bens móveis corpóreos, bem como a locação financeira dos bens.

7. As prestações de serviços referidas no número anterior não serão tributáveis ainda que o prestador tenha no território nacional a sua sede, estabelecimento estável ou domicílio, sempre que o adquirente seja pessoa estabelecida ou domiciliada no estrangeiro.

8. Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por serviços de telecomunicações os que possibilitem a transmissão, a emissão ou a recepção de sinais, texto, imagem e som ou de informações de todo o tipo através de fios, da rádio, de meios ópticos ou de outros meios electromagnéticos, incluindo a cessão ou a concessão com elas correlacionadas de direitos de utilização de instalações de transmissão, emissão ou recepção e a disponibilização do acesso a redes de informação mundiais.

Artigo 7.º

(Facto gerador)

1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o imposto é devido e torna-se exigível:

- a) Nas transmissões de bens, nos momentos em que os bens são colocados à disposição do adquirente;
- b) Nas prestações de serviços, no momento da sua realização;
- c) Nas importações, no momento estabelecido pelas disposições aplicáveis aos direitos aduaneiros, sejam ou não devidos esses direitos.

2. Se a transmissão de bens implicar transporte efectuado pelo fornecedor ou por terceiros, considera-se que os bens são postos a disposição do adquirente no momento em que se inicia o transporte; se implicar obrigação de instalação ou montagem, por parte do fornecedor, consideram-se que são postos a disposição do adquirente no momento em que essa instalação ou montagem estiver concluída.

3. Nas transmissões de bens e prestações de serviços de carácter continuado, resultantes de contratos que dêem lugar a pagamentos sucessivos, considera-se que os bens são postos a disposição e as prestações de serviços são realizadas no termo do período a que se refere cada pagamento, sendo o imposto devido e exigível pelo respectivo montante.

4. Nas transmissões de bens e prestações de serviços referidas, respectivamente, no artigo 3º, nº 3, alíneas e) e f), e no artigo 4º, número 2, o imposto é devido e exigível no momento em que as afectações de bens ou as prestações de serviços nelas previstas tiverem lugar.

5. Nas transmissões de bens entre comitente e comissário, referidas na alínea c) do número 3 do artigo 3º, o imposto é devido e torna-se exigível no momento em que o comissário os puser à disposição do seu adquirente.

6. No caso referido na alínea d) do número 3 do artigo 3º, o imposto é devido e exigível no termo do prazo aí referido.

7. Quando os bens forem postos a disposição de um contratante antes de se terem produzido os efeitos translativos do contrato, o imposto é devido e exigível no momento em que esses efeitos se produzirem, salvo se se tratar das transmissões de bens referidas nas alíneas a) e b) do número 3 do artigo 3º.

8. Sempre que os bens sejam colocados sob um dos regimes ou procedimentos referidos no número 2 do artigo 5º, o facto gerador e a exigibilidade do imposto só se verificam no momento em que deixem de estar sujeitos a esses regimes ou procedimentos.

Artigo 8º

(Exigibilidade)

1. Não obstante o disposto no artigo anterior, sempre que a transmissão de bens ou a prestação de serviços dê lugar à obrigação de emitir uma factura, nos termos do artigo 25º, o imposto torna-se exigível:

- a) Se o prazo previsto para a emissão for respeitado, no momento da sua emissão;
- b) Se o prazo previsto para a emissão não for respeitado, no momento em que termina;
- c) Se a transmissão de bens ou a prestação de serviços, derem lugar ao pagamento, ainda que parcial, anteriormente à emissão da factura, no momento do recebimento desse pagamento, pelo montante recebido, sem prejuízo do disposto na alínea anterior.

2. O disposto no número anterior é ainda aplicável aos casos em que se verifique emissão de factura ou pagamento, precedendo o momento da realização das operações tributáveis, tal como este é definido no artigo anterior.

3. Para efeitos do número anterior a exigibilidade incidirá sobre o valor facturado ou pago, consoante o caso.

CAPÍTULO II

Isenções

SECÇÃO I

Isenções nas operações internas

Artigo 9º

(Transmissões de bens e prestações de serviços isentas)

Estão isentas do imposto:

1. As prestações de serviços médicos e sanitários e as operações com elas estreitamente conexas, efectuadas:

- a) No exercício da respectiva profissão por médicos, odontologistas, enfermeiros e outros paramédicos;
- b) Por estabelecimentos hospitalares, clínicas, dispensários e similares.

2. As actividades das empresas públicas de rádio e de televisão que não tenham carácter comercial.

3. As transmissões de órgãos, sangue e leite humanos.

4. O transporte de doentes ou feridos em ambulâncias ou outros veículos apropriados efectuado por organismos devidamente autorizados.

5. As transmissões de bens e as prestações de serviços ligadas à previdência e assistência sociais e as transmissões de bens com elas conexas, efectuadas por entidades públicas ou organismos sem finalidade lucrativa, cujos fins e objecto sejam reconhecidos pelas autoridades competentes, incluindo as efectuadas por pessoas físicas ou jurídicas que efectuem prestações de previdência social por conta do respectivo sistema nacional, desde que não recebam em troca das mesmas qualquer contraprestação dos adquirentes dos bens ou destinatários dos serviços.

6. As prestações de serviços e as transmissões de bens estreitamente conexas, efectuadas no exercício da sua actividade habitual por creches, jardins de infância, centros de actividade de tempos livres, estabelecimentos para crianças e jovens desprotegidos de meio familiar normal, lares residenciais, casas de trabalho, estabelecimentos para crianças e jovens deficientes, centros de reabilitação de inválidos, lares de idosos, centros de dia e centros de convívio para idosos, colónias de férias, albergues de juventude e outros equipamentos sociais pertencentes a entidades públicas ou organismos sem finalidades lucrativas cujos fins e objecto sejam reconhecidos pelas autoridades competentes.

7. As prestações de serviços efectuadas por entidades públicas ou organismos sem finalidade lucrativa que explorem estabelecimentos ou instalações destinados à prática de actividades artísticas, desportivas, recreativas e de educação física a pessoas que pratiquem essas actividades.

8. As prestações de serviços que tenham por objecto o ensino, bem como as transmissões de bens e prestações de serviços conexas, efectuadas por estabelecimentos integrados no Sistema Nacional de Ensino ou reconhecidos como tendo fins análogos pelo departamento governamental responsável pela área da Educação.

9. As prestações de serviços que tenham por objecto a formação profissional, bem como as transmissões de bens e prestações de serviços conexas, como sejam o fornecimento de alojamento, alimentação e material didáctico, efectuadas por entidades públicas ou por entidades reconhecidas como tendo competência nos domínios da formação e reabilitação profissionais pelos Ministérios competentes.

10. As prestações de serviços que consistam em lições ministradas a título pessoal, ao nível da educação pré-escolar e básica do ensino secundário, técnico-profissional, médio e superior.

11. As prestações de serviços que consistam em proporcionar a visita guiada ou não, a museus, galerias de arte, monumentos, parques, perímetros florestais, jardins botânicos, zoológicos e similares, pertencentes ao Estado, outras entidades públicas ou entidades sem finalidade lucrativa, desde que efectuadas unicamente por intermédio dos seus próprios agentes. A presente isenção abrange também as transmissões de bens estritamente conexas com as prestações de serviços referidas.

12. As prestações de serviços e as transmissões de bens com elas conexas, efectuadas por entidades públicas e organismos sem finalidade lucrativa, relativas a congressos, colóquios, conferências, seminários, cursos e manifestações análogas de natureza científica, cultural, educativa ou técnica.

13. A transmissão de direitos de autor e a autorização para utilização de obra intelectual, definidas na Lei n.º 101/III/90, de 29 de Dezembro, quando efectuadas pelos próprios autores, seus herdeiros ou legatários.

14. A transmissão feita pelos próprios artistas, seus herdeiros ou legatários, dos seguintes objectos de arte, de sua autoria:

- a) Quadros, pinturas e desenhos originais, com exclusão dos desenhos industriais;
- b) Gravuras, estampas e litografias de tiragem limitada a 200 exemplares, com exclusão das obtidas por processos mecânicos ou fotomecânicos;
- c) Objectos de arte no domínio da escultura e estatutária, desde que produzidos pelo próprio artista, com exclusão dos artigos de ourivesaria e joalharia;
- d) Exemplares únicos de cerâmica, executados e assinados pelo artista.

15. A transmissão de jornais, revistas e livros, considerados de natureza cultural, educativa, técnica ou recreativa, constantes do n.º 2 da lista Anexa a este Regulamento.

16. A cedência de pessoal por instituições religiosas ou filosóficas para a realização de actividades isentas nos termos deste Regulamento ou para fins de assistência espiritual.

17. As prestações de serviços efectuadas no interesse colectivo dos seus associados por organismos sem finalidade lucrativa, desde que esses organismos prossigam objectivos de natureza política, sindical, religiosa, patri-

ótica, humanitária, filantrópica, recreativa, desportiva, cultural, ambiental, cívica ou de representação de interesses económicos, e a única contraprestação seja uma quota fixada nos termos dos estatutos.

18. As transmissões de bens e as prestações de serviços efectuados por entidades cujas actividades habituais se encontram isentas nos termos dos números 1, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13 e 17 deste artigo, aquando de manifestações ocasionais destinadas à angariação de fundos em seu proveito exclusivo, desde que o seu número não seja superior a oito por ano.

19. As transmissões, pelo seu valor facial, de selos do correio em circulação de valores selados e bem assim as respectivas comissões de venda, e as prestações de serviços e transmissões de bens conexas, efectuadas pelos serviços públicos postais, com excepção das telecomunicações.

20. O serviço público de remoção de lixos.

21. As prestações de serviços e as transmissões de bens acessórias aos mesmos serviços, efectuadas por empresas funerárias e de cremação.

22. As operações bancárias e financeiras.

23. As operações de seguro e resseguro, bem como as prestações de serviços conexas efectuadas pelos corretores e intermediários de seguro.

24. A locação de imóveis, excluindo, porém:

- a) As prestações de serviços de alojamento, efectuadas no âmbito da actividade hoteleira ou de outras com funções análogas, incluindo os parques de campismo;
- b) A locação de áreas especialmente preparadas para recolha ou estacionamento colectivo de veículos;
- c) A locação de máquinas e outros equipamentos de instalação fixa, bem como qualquer outra locação de bens imóveis de que resulte a transferência onerosa da exploração de estabelecimento comercial ou industrial;
- d) A locação de espaços preparados para exposições ou publicidade.

25. As operações sujeitas a Imposto Único sobre o Património, ainda que dele isentas.

26. A lotaria nacional, os sorteios, as apostas mútuas desportivas, bem como as respectivas comissões e todas as actividades sujeitas a imposto sobre o jogo.

27. As transmissões de bens afectos exclusivamente a um sector de actividade isento ou que, em qualquer caso, não foram objecto de direito a dedução e bem assim as transmissões de bens cuja aquisição tenha sido feita com exclusão do direito a dedução nos termos do artigo 20.º.

28. As transmissões dos bens essenciais, constantes do n.º 1 da Lista Anexa a este Regulamento.

29. As transmissões de material, instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia e veterinária, bem como as transmissões de medicamentos, incluindo os destinados a

aplicação veterinária e as especialidades farmacêuticas e outros produtos farmacêuticos destinados exclusivamente a fins terapêuticos e profiláticos, todos constantes do nº 3 da lista anexa a este Regulamento.

30. As transmissões de bens efectuadas no âmbito de uma actividade agrícola, silvícola, pecuária ou de pesca, incluindo nas actividades acima referidas as de transformação efectuadas por um produtor sobre os produtos provenientes da respectiva produção, mas apenas com os meios normalmente utilizados nas explorações agrícolas, silvícolas, pecuárias ou de pesca.

31. As prestações de serviços efectuadas por agricultores através de máquinas especificamente agrícolas, bem como as prestações de serviços efectuadas por cooperativas que, não sendo de produção agrícola, silvícola, pecuária ou de pesca, desenvolvam uma actividade de prestação de serviços aos seus associados no âmbito dessas actividades.

32. As rações destinadas à alimentação de animais de reprodução e abate para consumo humano, constantes do nº 4 da Lista Anexa a este Regulamento.

33. As transmissões de bens de equipamento, de sementes, de espécies reprodutoras, de adubos, pesticidas, herbicidas, fungicidas e similares, constantes do nº 4 da Lista Anexa a este Regulamento.

34. As prestações de serviços efectuadas aos respectivos promotores, por profissionais da respectiva área, para a execução de espectáculos teatrais, coreográficos, musicais, de circo, desportivos ou outros, realização de filmes, edição de discos e de outros suportes de som e imagem.

35. Os artigos para pesca constantes do nº 5 da Lista Anexa a este Regulamento.

36. As transmissões de areia.

Artigo 10º

(Organismos sem finalidade lucrativa)

Para efeitos do disposto no artigo 9º, apenas serão considerados organismos sem finalidade lucrativa os que cumulativamente:

- a) Em caso algum distribuam lucros e os seus corpos gerentes não tenham, por si ou por interposta pessoa, algum interesse directo ou indirecto nos resultados da exploração;
- b) Disponham de escrituração que abranja todas as suas actividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior;
- c) Pratiquem preços homologados pelas autoridades públicas competentes ou, para as operações não susceptíveis de homologação, preços inferiores aos exigidos para operações análogas pelas empresas comerciais sujeitas de imposto;
- d) Não entrem em concorrência directa com sujeitos passivos do imposto.

Artigo 11º

(Renúncia à isenção)

1. Poderão renunciar à isenção, optando pela aplicação do imposto às suas operações, os sujeitos passivos que beneficiem das isenções constantes do número 30 do artigo 9º.

2. O direito de opção será exercido mediante a entrega, na Repartição de Finanças competente, de declaração adequada e produzirá efeitos a partir de 1 de Janeiro do ano civil seguinte, salvo se o sujeito passivo iniciar a sua actividade no decurso do ano, caso em que a opção, a fazer constar da respectiva declaração, produzirá efeitos desde o início da actividade.

3. Tendo exercido o direito de opção nos termos dos números anteriores, o sujeito passivo é obrigado a permanecer no regime por que optou durante um período de, pelo menos, cinco anos. Findo tal prazo, continuará sujeito a tributação, salvo se desejar a sua passagem à situação de isenção, caso em que deverá informar disso a Administração Fiscal, mediante a entrega, antes de expirado aquele prazo, na Repartição de Finanças competente, de declaração adequada, a qual produzirá efeitos a partir de 1 de Janeiro do ano civil seguinte.

SECÇÃO II

Isenções na importação

Artigo 12º

(Importações isentas)

1. Estão isentas de imposto:

- a) As importações definitivas de bens cuja transmissão no território nacional seja isenta de imposto;
- b) As importações de bens, sempre que gozem de isenção do pagamento de direitos aduaneiros, nos termos das seguintes disposições:
 - i. Lei n.º 102/V/99, de 19 de Abril;
 - ii. Sejam efectuadas por organismos sem finalidade lucrativa e instituições nacionais, de relevante interesse público e fins sociais, desde que tais bens sejam inteiramente adequados à natureza da instituição beneficiária e venham por esta a ser utilizados em actividades de evidente interesse público e na condição de que a isenção seja autorizada por decisão prévia do membro do Governo responsável pela área das Finanças;
 - iii. No âmbito dos artigos 1º e 3º do Decreto-Lei n.º 39/88, de 28 de Maio;
 - iv. Equipamentos musicais e seus acessórios, quando não sejam fabricados no país, importados por conjuntos e agrupamentos musicais e por escolas de música;
 - v. Sejam qualificadas como pequenas remessas sem valor comercial, nas condições e montantes estabelecidos em legislação complementar;
 - vi. As importações efectuadas pelas companhias de transporte aéreo, concessionárias de serviços públicos, empresas concessionárias de

exploração de aeroportos e aeródromos, bem como empresas que prestam assistência a aeronaves, nos termos da alínea d) do artigo 2.º da Lei n.º 126/V/2001, de 22 de Janeiro.

vii. As importações de máquinas, instrumentos e utensílios, bem como os respectivos acessórios e peças separadas para edifícios e equipamentos fabris de estabelecimentos industriais, e o material de carga e de transporte de mercadorias, quando isentos de direitos, no âmbito do Estatuto Industrial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 108/89, de 30 de Dezembro;

viii. As importações de instrumentos e utensílios necessários à instalação dos estabelecimentos hoteleiros, barcos de recreio, pranchas e utensílios necessários à instalação de empreendimentos de animação cultural e desportiva, bem como os autocarros e veículos automóveis para transporte de mercadorias destinadas ao uso exclusivo de estabelecimentos hoteleiros, quando isentos de direito no âmbito da Lei n.º 42/IV/92, de 6 de Abril.

ix. As importações de máquinas, instrumentos e utensílios, incluindo tubagens e material reutilizável contra a propagação de areia pelo ar, não produzidos no território nacional, bem como os respectivos acessórios e peças separadas e material de carga e de transporte de mercadorias, destinados ao uso exclusivo das empresas de importação e ou produção de areia, no âmbito dessa actividade.

- c) A reimportação de bens por quem os exportou, no mesmo estado em que foram exportados, quando beneficiem da isenção de direitos aduaneiros;
- d) As prestações de serviços cujo valor esteja incluído na base tributável das importações de bens a que se refiram, conforme o estabelecido na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º;
- e) As importações de ouro efectuadas pelo Banco de Cabo Verde;
- f) As importações efectuadas por armadores de navios do produto da pesca resultante das capturas por eles efectuadas que não tenha sido objecto de operações de transformação, não sendo consideradas como tais as destinadas a conservar os produtos para comercialização, se efectuadas antes da primeira transmissão dos mesmos;
- g) As importações das embarcações referidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 13.º e dos objectos, incluindo o equipamento de pesca, nelas incorporados ou que sejam utilizados para a sua exploração;
- h) As importações de bens de abastecimento que, desde a sua entrada em território nacional até à chegada ao porto ou aeroporto nacionais de destino e durante a permanência nos mes-

mos pelo período normal necessário ao cumprimento das suas tarefas, sejam consumidos ou se encontrem a bordo das embarcações que efectuem navegação marítima internacional ou de aeronaves que efectuem navegação aérea internacional;

- i) As importações dos objectos de arte referidos no número 14 do artigo 9.º, quando efectuadas pelos artistas-autores, seus herdeiros ou legatários.

2. Estão isentas de imposto as importações de bens efectuadas:

- a) No âmbito de tratados e acordos internacionais de que a República de Cabo Verde seja parte, nos termos previstos nesses tratados e acordos, e com as condições e procedimentos previstos em legislação específica;
- b) No âmbito de relações diplomáticas e consulares que beneficiem de franquias aduaneiras;
- c) Por organizações internacionais reconhecidas pela República de Cabo Verde e bem assim, pelos membros dessas organizações, nas condições e limites fixados nas convenções internacionais que instituíram as referidas organizações ou nos acordos de sede.

3. Beneficiam de isenção ou redução do imposto, na mesma proporção em que gozam da redução de direitos nos termos da respectiva legislação aduaneira, as importações de bens dos emigrantes, funcionários civis ou militares do Estado, estudantes e bolseiros, que regressem definitivamente a Cabo Verde, nos termos e limites da respectiva legislação aduaneira, com excepção das viaturas;

4. A isenção referida na alínea h) do número 1 não será aplicável:

- a) Às provisões de bordo que se encontrem nas seguintes embarcações:
 - i. As que estejam a ser desmanteladas ou utilizadas em fins diferentes da realização dos fins próprios da navegação marítima internacional, enquanto durarem tais circunstâncias;
 - ii. As utilizadas como hotéis, restaurantes ou casinos flutuantes ou para fins semelhantes, durante a sua permanência num porto ou em águas territoriais ou interiores do território nacional;
 - iii. As de recreio, durante a sua permanência num porto ou em águas territoriais ou interiores do território nacional;
 - iv. As de pesca costeira.
- b) Aos combustíveis e carburantes que não sejam os contidos nos depósitos normais.

5. A concessão da isenção prevista na alínea b) iii) do número 1 depende de despacho favorável do Membro do Governo responsável pela área das Finanças, mediante requerimento prévio apresentado pela entidade promo-

tora e acompanhado de lista discriminada dos bens a importar e respectivo plano de importações, sendo concedida pelos serviços aduaneiros segundo esse mesmo plano e sempre após conferência por confronto com a lista aprovada naquele despacho.

SECÇÃO III

Isenções na exportação, operações assimiladas e transportes internacionais

Artigo 13º

(Exportações, operações assimiladas e transportes internacionais e equiparados)

1. Estão isentas do imposto:

- a) As transmissões de bens expedidos ou transportados com destino ao estrangeiro pelo vendedor ou por um terceiro por conta deste;
- b) As transmissões de bens expedidos ou transportados com destino ao estrangeiro por um adquirente sem residência ou estabelecimento no território nacional ou por um terceiro por conta deste, com excepção dos bens destinados ao abastecimento de barcos desportivos e de recreio, aviões de turismo ou qualquer outro meio de transporte de uso privado. A presente isenção será regulamentada em diploma autónomo;
- c) As transmissões de bens de abastecimento postos a bordo das embarcações que efectuem navegação marítima em alto mar ou entre as ilhas do território nacional e que assegurem o transporte remunerado de passageiros ou o exercício de uma actividade comercial, industrial ou de pesca;
- d) As transmissões de bens de abastecimento postos a bordo das embarcações de salvamento, assistência marítima e pesca costeira, com excepção, em relação a estas últimas, das provisões de bordo;
- e) As transmissões de bens de abastecimento postos a bordo das embarcações de guerra, quando deixem o país com destino a um porto ou ancoradouro situado no estrangeiro;
- f) As transmissões, transformações, reparações, manutenção, frete e aluguer, incluindo a locação financeira, de embarcações afectas às actividades a que se referem as alíneas c) e d), assim como as transmissões, aluguer, reparação e conservação dos objectos, incluindo o equipamento de pesca, incorporados nas referidas embarcações ou que sejam utilizados para a sua exploração;
- g) As transmissões, transformações, reparações e as operações de manutenção, frete e aluguer, incluindo a locação financeira, de aeronaves utilizadas pelas companhias de navegação aérea que se dediquem principalmente ao tráfego internacional ou entre as ilhas do território nacional, assim como as transmissões, reparações, operações de manutenção e alu-

guer dos objectos incorporados nas referidas aeronaves ou que sejam utilizados para a sua exploração;

- h) As transmissões de bens de abastecimento postos a bordo das aeronaves referidas na alínea anterior;
- i) As prestações de serviços não mencionadas nas alíneas e) e f) do presente número, efectuadas com vista às necessidades directas das embarcações e aeronaves ali referidos e da respectiva carga;
- j) As transmissões de bens efectuadas no âmbito de relações diplomáticas e consulares, cuja isenção resulte de acordos e convénios internacionais celebrados pelo Estado de Cabo Verde;
- k) As transmissões de bens destinados a organismos internacionais reconhecidos pelo Estado de Cabo Verde ou a membros dos mesmos organismos, nos limites e com as condições fixados em acordos e convénios internacionais celebrados pelo Estado de Cabo Verde;
- l) As transmissões de bens para organismos devidamente reconhecidos que os exportem para o estrangeiro no âmbito das suas actividades humanitárias, caritativas ou educativas, mediante prévio reconhecimento do direito à isenção, pela forma que será determinada em diploma autónomo;
- m) As prestações de serviços, com excepção das referidas no artigo 9º, que estejam directamente relacionadas com o trânsito, exportação ou importação de bens isentos de imposto por terem sido declarados em regime de importação temporária, aperfeiçoamento activo ou trânsito interno ou terem entrado em entrepostos públicos ou privados de armazenagem ou outras áreas referidas no artigo seguinte;
- n) O transporte de pessoas provenientes ou com destino ao estrangeiro, bem como o transporte de pessoas entre as ilhas que integram o território nacional;
- o) As prestações de serviços que consistam em trabalhos realizados sobre bens móveis, adquiridos ou importados para serem objecto de tais trabalhos em território nacional e expedidos de seguida ou transportados com destino ao estrangeiro por quem os prestou, pelo seu destinatário não estabelecido no território nacional ou por terceiro em nome e por conta de qualquer deles;
- p) As prestações de serviços realizadas por intermediários que actuam em nome e por conta de outrem, quando intervenham em operações descritas no presente artigo ou em operações realizadas fora do território nacional.

2. As isenções das alíneas c), d) e h) do número 1, no que se refere às transmissões de bebidas, efectivar-se-ão através do exercício do direito a dedução ou da restituição do imposto, não se considerando, para o efeito, o disposto na alínea d) do número 1 do artigo 20º.

3. Para efeitos deste Regulamento, entende-se por bens de abastecimento:

- a) As provisões de bordo, sendo consideradas como tais os produtos destinados exclusivamente ao consumo da tripulação e dos passageiros;
- b) Os combustíveis, carburantes, lubrificantes e outros produtos destinados ao funcionamento das máquinas de propulsão e de outros aparelhos de uso técnico instalados a bordo;
- c) Os produtos acessórios destinados à preparação, tratamento e conservação das mercadorias transportadas a bordo.

SECÇÃO IV

Outras isenções

Artigo 14.º

(Outras isenções)

1. Estão isentas do imposto as operações a seguir indicadas, desde que os bens a que se referem não tenham utilização nem consumo finais:

- a) As transmissões de bens que, sob controlo alfandegário e com sujeição às disposições especificamente aplicáveis, se destinem a empresas francas, entrepostos públicos ou privados, de armazenagem ou industriais, ou a ser introduzidos em lojas francas, situações cuja definição é feita de acordo com as disposições aduaneiras em vigor, enquanto permanecerem sob tais regimes;
- b) As transmissões de bens expedidos ou transportados para as zonas ou depósitos mencionados na alínea anterior, bem como as prestações de serviços directamente conexas com tais transmissões;
- c) As transmissões de bens que se efectuem nas zonas ou depósitos a que se refere a alínea a), assim como as prestações de serviços directamente conexas com tais transmissões, enquanto os bens permanecerem naquelas situações;
- d) As transmissões de bens que se encontrem nos regimes de trânsito, aperfeiçoamento activo ou importação temporária e as prestações de serviços directamente conexas com tais operações, enquanto os mesmos forem considerados abrangidos por aqueles regimes.

2. As situações referidas no número 1 são as definidas na legislação aduaneira em vigor.

3. O membro do Governo responsável pela área das Finanças pode conceder a isenção deste imposto relativamente à aquisição de bens destinados a ofertas a organismos sem fim lucrativo e a instituições nacionais de interesse público e de relevantes fins sociais, desde que tais bens sejam inteiramente adequados à natureza da instituição beneficiária e se destinem a ser utilizados em actividades de evidente interesse público.

4. As transmissões e importações de cadeiras de rodas e veículos automóveis adaptados para deficientes motores, cuja deficiência seja comprovada por documento médico e mediante parecer técnico da Direcção Geral dos Transportes

Rodoviários, aparelhos, artefactos e demais material de prótese ou compensação destinados a substituir, no todo ou em parte, qualquer membro ou órgão do corpo humano ou a tratamento de fracturas e, bem assim, os que se destinam a ser utilizados por invisuais ou a corrigir a audição, desde que prescritos por receita médica.

5. Estão isentas do imposto as transmissões de bens e prestações de serviços efectuados ao Estado e demais pessoas colectivas de direito público, associação sem fins lucrativos, ONG's adquiridos no âmbito da cooperação internacional, ou executantes de projectos, financiados no âmbito da cooperação internacional, que não sejam sujeitos passivos do IVA nos termos das alíneas a), b) e c) do número 1 do artigo 2.º, nas condições e limites fixados no próprio acordo internacional celebrado pelo Estado de Cabo Verde.

6. Estão isentas do imposto as importações de bens, que constam da lista e caderno de encargo aprovado pelas entidades competentes destinadas à execução de obras financiadas no âmbito da cooperação internacional, nas condições e limites fixados no próprio acordo internacional celebrado pelo Estado de Cabo Verde, bem como as importações efectuadas nos termos do artigo 49.º da Lei n.º 26/VIII/2013, de 21 de Janeiro.

7. Quando o projecto financiado tenha contra partida nacional, a isenção referida no número anterior só se aplica ao montante de financiamento externo.

8. Os beneficiários da isenção prevista no número 5 devem entregar mensalmente a lista dos fornecedores de todos os bens e serviços adquiridos no âmbito do projecto financiado, independente da natureza do financiamento.

CAPÍTULO III

Valor tributável

SECÇÃO I

Valor tributável nas operações internas

Artigo 15.º

(Base do imposto nas operações internas)

1. Sem prejuízo do disposto no número 2, o valor tributável das transmissões de bens e das prestações de serviços sujeitas a imposto será o valor da contraprestação obtida ou a obter do adquirente, do destinatário ou de um terceiro.

2. Nos casos das transmissões de bens e prestações de serviços a seguir enumeradas, o valor tributável será:

- a) Para as operações referidas na alínea d) do n.º 3 do artigo 3.º, o valor constante da factura a emitir nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º;
- b) Para as operações referidas nas alíneas e) e f) do n.º 3 do artigo 3.º, o preço de aquisição ou, na sua falta, o preço de custo, reportados ao momento de realização das operações;
- c) Para as operações referidas no n.º 2 do artigo 4.º, o valor normal do serviço, definido no n.º 4 do presente artigo;
- d) Para as transmissões de bens e prestações de serviços resultantes de actos de autoridades públicas, a indemnização ou qualquer outra forma de compensação;

- e) Para as transmissões de bens entre comitente e comissário ou entre comissário e comitente, respectivamente, o preço de venda acordado pelo comissário, diminuído da comissão, e o preço de compra acordado pelo comissário, aumentado da comissão;
- f) Para as transmissões de bens em segunda mão, objectos de arte, de colecção e antiguidades, efectuadas por sujeitos passivos do imposto que hajam adquirido tais bens para revenda, a diferença, devidamente justificada, entre o preço de venda e o preço de compra, salvo opção expressa pela aplicação do disposto no n.º 1;
- g) Para as transmissões de bens resultantes de actos de arrematação ou venda judicial ou administrativa, de conciliação ou de contratos de transacção, o valor por que as arrematações ou vendas tiverem sido efectuadas ou, se for caso disso, o valor normal dos bens transmitidos;
- h) Para as operações resultantes de um contrato de locação financeira, o valor da renda recebida ou a receber do locatário.

3. Nos casos em que a contraprestação não seja definida, no todo ou em parte, em dinheiro, o valor tributável será o montante recebido ou a receber, acrescido do valor normal dos bens ou serviços dados em troca.

4. Entender-se-á por valor normal de um bem ou serviço o preço, aumentado dos elementos referidos no n.º 5 deste artigo, na medida em que nele não estejam incluídos, que um adquirente ou destinatário, no estágio de comercialização onde é efectuada a operação e em condições normais de concorrência, teria de pagar a um fornecedor independente, no tempo e lugar em que é efectuada a operação ou no tempo e lugar mais próximos, para obter o bem ou serviço.

5. O valor tributável das transmissões de bens e das prestações de serviços sujeitas a imposto incluirá:

- a) Os impostos, direitos, taxas e outras imposições, com excepção do próprio Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- b) As despesas acessórias debitadas quando respeitem a comissões, embalagem, transporte e seguros por conta do cliente.

6. Do valor tributável referido no número anterior serão excluídos:

- a) As quantias recebidas a título de indemnização declarada judicialmente, por incumprimento total ou parcial de contratos;
- b) Os descontos, abatimentos ou bónus concedidos;
- c) As quantias pagas em nome e por conta do adquirente dos bens ou do destinatário dos serviços, registadas pelo contribuinte em adequadas contas de terceiros;
- d) As quantias respeitantes a embalagens, desde que as mesmas não tenham sido efectivamente transaccionadas, e da factura ou documento equivalente constem os elementos referidos na parte final da alínea b) do n.º 5 do artigo 32º.

7. Para efeitos do n.º 1 quando o valor da contraprestação seja inferior ao que deveria resultar da utilização dos preços correntes ou normais de venda, à porta da fábrica, por grosso, ou a retalho, ou aos preços correntes ou normais do serviço, consoante a natureza das transacções, pode a Administração Fiscal proceder à sua correcção.

8. Legislação especial regulamentará o apuramento do imposto quando o valor tributável houver de ser determinado de harmonia com o disposto na alínea f) do n.º 2.

9. Sempre que os elementos necessários à determinação do valor tributável sejam expressos em moeda diferente da moeda nacional, a equivalência em escudos efectuar-se-á pela aplicação da taxa de câmbio de venda fixada pelo Banco de Cabo Verde.

10. Para os efeitos previstos no número anterior, os sujeitos passivos podem optar entre a adopção da taxa do dia em que se verificou a exigibilidade do imposto ou a do primeiro dia útil do respectivo mês.

SECÇÃO II

Valor tributável na importação

Artigo 16º

(Base do imposto na importação)

1. O valor tributável dos bens importados será o valor aduaneiro, determinado nos termos das leis e regulamentos alfandegários, adicionado dos elementos a seguir indicados, na medida em que nele não estejam compreendidos:

- a) Direitos de importação e quaisquer outros impostos ou taxas efectivamente devidos na importação, com excepção do próprio Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- b) Despesas acessórias tais como embalagem, transportes, seguros e outros encargos, incluindo as despesas portuárias ou aeroportuárias a que haja lugar, que se verifiquem até ao primeiro lugar de destino dos bens no interior do País.

2. Considerar-se-á primeiro lugar de destino o que figura no documento de transporte ao abrigo do qual os bens são introduzidos no território nacional ou, na sua falta, o lugar em que se efectuar a primeira ruptura de carga no interior do País.

3. Do valor tributável dos bens importados serão excluídos os descontos por pronto pagamento e os que figurem separadamente na factura.

4. Nos casos de reimportação não isenta de imposto nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 12º, de bens exportados temporariamente e que no estrangeiro tenham sido objecto de trabalhos de reparação, transformação ou complemento de fabrico, o valor tributável será o que corresponder à operação efectuada no estrangeiro, determinado de acordo com o disposto no n.º 1 do presente artigo.

CAPÍTULO IV

Taxas

Artigo 17º

(Taxa do imposto)

1. A taxa do imposto é de 15%.

2. A taxa aplicável é a que vigorar no momento em que o imposto se tornar exigível.

3. Nas transmissões de bens constituídos pelo agrupamento de mercadorias isentas constantes da Lista anexa a este Regulamento e de mercadorias tributadas, aplicar-se-á a seguinte disciplina:

- a) Quando as mercadorias que compõem a unidade de venda não sofram alterações da sua natureza nem percam a sua individualidade, a taxa aplicável ao valor global das mercadorias será a que lhes corresponder ou, se lhes couberem isenção completa e tributação, respectivamente, será aplicável a isenção ou a taxa do n.º 1, consoante a que se apresente como mercadoria predominante na composição ou essencial no preço praticado;
- b) Quando as mercadorias que compõem a unidade de venda sofram alterações da sua natureza e qualidade ou percam a sua individualidade, a taxa aplicável ao conjunto será a que, como tal, lhes corresponder.

4. Nas prestações de serviços respeitantes a contratos de locação financeira, o imposto aplicado com a mesma taxa que seria aplicável no caso de transmissão dos bens dados em locação financeira.

CAPÍTULO V

Liquidação e pagamento do imposto

SECÇÃO I

Direito à dedução

Artigo 18º

(Imposto suportado)

1. Para o apuramento do imposto devido, os sujeitos passivos deduzirão, nos termos dos artigos seguintes, ao imposto incidente sobre as operações tributáveis que efectuaram:

- a) O imposto que lhes foi facturado na aquisição de bens e serviços por outros sujeitos passivos;
- b) O imposto devido pela importação de bens;
- c) O imposto pago pela aquisição dos serviços indicados no número 6 do artigo 6º;
- d) O imposto pago como destinatário de operações tributáveis efectuadas por sujeitos passivos estabelecidos no estrangeiro, quando estes não tenham no território nacional um representante legalmente acreditado e não houverem facturado o imposto.
- e) Imposto pago pela aquisição de bens ou serviços abrangida pela alínea f) do número 1 do artigo 2º.

2. Só confere direito à dedução o imposto mencionado nos seguintes documentos, em nome e na posse do sujeito passivo:

- a) Em facturas passadas na forma legal e por fornecedor enquadrado no regime normal;
- b) No recibo de pagamento do IVA que faz parte das declarações de importação.

3. Não poderá deduzir-se imposto que resulte de operação simulada ou em que seja simulado o preço constante da factura ou documento equivalente.

4. Não é ainda permitido o direito a dedução do imposto nas aquisições de bens em segunda mão, objectos de arte, de colecção e antiguidades, quando o valor tributável da sua transmissão posterior for a diferença entre o preço de venda e o preço de compra, nos termos da alínea f) do número 2 do artigo 15º.

5. Não pode, igualmente, deduzir-se o imposto que resulte de operações em que o transmitente dos bens, ou prestador dos serviços, não entregar aos cofres do Estado o imposto liquidado, quando o sujeito passivo tenha ou deva ter conhecimento de que o transmitente dos bens, ou prestador de serviços, não dispõe de adequada estrutura empresarial susceptível de exercer a actividade declarada.

6. Para efeitos do exercício do direito à dedução, consideram-se passados na forma legal, as facturas emitidas por sujeitos passivos enquadrados no regime normal e que contenham os elementos previstos no número 5 do artigo 32º.

Artigo 19º

(Condições para o exercício do direito a dedução)

1. Só poderá deduzir-se o imposto que tenha incidido sobre bens ou serviços adquiridos, importados ou utilizados pelo sujeito passivo para a realização das operações seguintes:

- a) Transmissões de bens e prestações de serviços sujeitas a imposto e dele não isentas;
- b) Transmissões de bens e prestações de serviços que consistam em:
 - i. Exportações e restantes operações isentas nos termos do artigo 13º;
 - ii. Operações efectuadas no estrangeiro que seriam tributáveis se fossem efectuadas no território nacional;
 - iii. Prestações de serviços cujo valor esteja incluído na base tributável dos bens importados, nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 16º;
 - iv. Transmissões de bens e prestações de serviços abrangidos pelos números 1, 3, 4 e 5 do artigo 14º;
 - v. Transmissão de bens constante da Lista anexa a este Regulamento.

2. Não haverá, porém, direito a dedução do imposto respeitante a operações que dêem lugar aos pagamentos referidos na alínea c) do número 6 do artigo 15º.

Artigo 20º

(Exclusões do direito à dedução)

1. Exclui-se, todavia, do direito à dedução o imposto contido nas seguintes despesas:

- a) Despesas relativas à aquisição, fabrico ou im-

portação, à locação, incluindo a locação financeira, à utilização, à transformação e reparação de viaturas de turismo, barcos de recreio, helicópteros, aviões, motos e motocicletas. É considerada viatura de turismo qualquer veículo automóvel, com inclusão do reboque, que, pelo seu tipo de construção e equipamento, não seja destinado unicamente ao transporte de mercadorias ou a uma utilização com carácter agrícola, comercial ou industrial ou que, sendo misto ou de transporte de passageiros, não tenha mais de dez lugares, com inclusão do condutor;

- b) Despesas respeitantes a combustíveis normalmente utilizáveis em viaturas automóveis, com excepção da aquisição de gasóleo, cujo imposto será dedutível na proporção de 50%, a menos que se trate dos bens a seguir indicados, caso em que o imposto relativo aos consumos de gasóleo é totalmente dedutível:
- i. Veículos pesados de passageiros;
 - ii. Veículos licenciados para transportes públicos, com excepção dos rent a car;
 - iii. Máquinas consumidoras de gasóleo, que não sejam veículos matriculados;
 - iv. Tractores com emprego exclusivo ou predominante na realização de operações de cultivo inerentes à actividade agrícola.
- c) Despesas de transportes e viagens do sujeito passivo e do seu pessoal;
- d) Despesas respeitantes a alojamento, alimentação, bebidas e tabaco e despesas de recepção, incluindo as relativas ao acolhimento de pessoas estranhas à empresa;

2. Não se verificará, contudo, a exclusão do direito a dedução nos seguintes casos:

- a) Despesas mencionadas na alínea a) do número anterior, quando respeitem a bens cuja venda ou exploração constitua objecto de actividade do sujeito passivo, sem prejuízo do disposto na alínea b) do mesmo número, relativamente a combustíveis que não sejam adquiridos para revenda;
- b) Despesas de alojamento e alimentação efectuadas por viajantes comerciais, agindo por conta própria, no quadro da sua actividade profissional.

Artigo 21º

(Nascimento e exercício do direito a dedução)

1. O direito a dedução nasce no momento em que o imposto dedutível se torna exigível, de acordo com o estabelecido nos artigos 7º e 8º.

2. O valor do imposto dedutível será subtraído ao valor do imposto devido pelas operações tributáveis realizadas, em cada período de tributação.

3. A dedução deve ser efectuada na declaração do período em que se tiver verificado a recepção das facturas, documentos equivalentes ou exemplar-recibo da declaração de importação, sem prejuízo da correcção prevista no artigo 65º.

4. Sempre que a dedução de imposto a que haja lugar supere o montante devido pelas operações tributáveis no período correspondente, o excesso será deduzido nos períodos de imposto seguintes.

5. Se passados doze meses relativos ao período em que se iniciou o excesso, persistir crédito a favor do sujeito passivo superior a 50 000\$00 (cinquenta mil escudos), poderá este, se não desejar manter, no todo ou em parte, o procedimento estabelecido no número anterior, solicitar o correspondente reembolso.

6. Independentemente do prazo referido no número anterior, pode o sujeito passivo solicitar o reembolso quando:

- a) Se verifique cessação de actividade;
- b) O sujeito passivo passe a enquadrar-se no n.º 3 do artigo 21º, ou no regime dos artigos 47º ou 54º;
- c) O valor do crédito de imposto exceda o limite a fixar por despacho do Membro do Governo responsável pela área das Finanças.

7. Em qualquer caso, a Direcção Geral das Contribuições e Impostos pode exigir, quando a quantia a reembolsar exceder 2 000 000\$00 (dois milhões de escudos), caução, fiança bancária ou outra garantia adequada, que deverá ser mantida até à comprovação da situação pelos serviços competentes daquela Direcção Geral, mas nunca por prazo superior a um ano.

8. Os reembolsos, quando devidos, devem ser efectuados pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos até ao fim do terceiro mês seguinte ao da apresentação do respectivo pedido, findo o qual acrescerão à quantia a restituir juros indemnizatórios, calculados nos termos do n.º 3 do artigo 24º do Código Geral Tributário, por cada mês ou fracção, desde o termo do prazo para pagamento do reembolso até à data da emissão do respectivo meio de pagamento, quando o atraso for imputável à Administração Fiscal.

9. Legislação específica regulamentará o reembolso em condições diferentes das estabelecidas nos números anteriores aos sujeitos passivos cuja situação de crédito de imposto resulte essencialmente da realização de operações isentas com direito a dedução do imposto pago nas aquisições.

Artigo 22º

(Dedução parcial)

1. Quando, no exercício da actividade, sejam realizadas conjuntamente operações que conferem direito a dedução e operações que não conferem esse direito, o

imposto suportado nas aquisições apenas será dedutível na percentagem correspondente ao montante anual das operações realizadas que confirmam direito a dedução.

2. Não obstante o disposto no número anterior, pode o sujeito passivo efectuar a dedução, segundo a afectação real de todos ou parte dos bens e serviços utilizados, desde que previamente comunique o facto à Direcção Geral das Contribuições e Impostos, sem prejuízo de esta lhe vir a impor condições especiais ou a fazer cessar esse procedimento no caso de se verificarem distorções significativas na tributação.

3. A Administração Fiscal pode obrigar o sujeito passivo a proceder de acordo com o disposto no número anterior quando:

- a) O sujeito passivo exerça actividades económicas distintas;
- b) A aplicação do processo referido no número 1 conduza a distorções significativas na tributação.

4. A percentagem de dedução referida no número 1 resulta de uma fracção que comporta, no numerador, o montante anual, o imposto excluído, das transmissões de bens e prestações de serviços que dão lugar a dedução nos termos do artigo 18.º e número 1 do artigo 19.º e, no denominador, o montante anual, imposto excluído, de todas as operações efectuadas pelo sujeito passivo, incluindo as fora do campo de aplicação do imposto.

5. No cálculo referido no número anterior não são, no entanto, incluídas as transmissões de bens do activo imobilizado que tenham sido utilizados na actividade da empresa nem as operações imobiliárias ou financeiras que tenham um carácter acessório em relação à actividade exercida pelo sujeito passivo.

6. A percentagem de dedução, calculada provisoriamente com base no montante de operações efectuadas no ano anterior, será corrigida de acordo com os valores referentes ao ano a que se reporta, originando a correspondente regularização das deduções efectuadas, a qual deverá constar da declaração do último período do ano a que respeita.

7. Os sujeitos passivos que iniciem a actividade ou a alterem substancialmente podem praticar a dedução do imposto com base numa percentagem provisória estimada, a inscrever nas declarações a que se referem os artigos 27.º e 28.º.

8. Para determinação da percentagem de dedução, o quociente da fracção será arredondado para a centésima imediatamente superior.

9. Para efeitos do disposto neste artigo, pode o membro do Governo responsável pela área das Finanças, relativamente a determinadas actividades, considerar como inexistentes as operações que dêem lugar à dedução, ou as que não confirmam esse direito, sempre que as mesmas constituam uma parte insignificante do total do volume de negócios e não se mostre viável o procedimento previsto nos números 2 e 3.

SECÇÃO II

Pagamento do imposto

Artigo 23.º

(Pagamento do imposto liquidado pelo contribuinte)

1. Sem prejuízo do regime especial previsto nos artigos 54.º e seguintes, os sujeitos passivos são obrigados a entregar às entidades competentes, e simultaneamente com a declaração a que se refere o artigo 37.º, o montante do imposto exigível apurado nos termos dos artigos 18.º a 22.º e do artigo 65.º, através dos meios de pagamento legalmente permitidos.

2. Também os sujeitos passivos adquirentes dos serviços indicados no número 6 do artigo 6.º, bem como os abrangidos pelo número 3 do artigo 26.º, são obrigados a entregar às entidades competentes, e simultaneamente com a declaração a que se refere o artigo 25.º número 4, o montante do imposto exigível, através dos meios de pagamento legalmente permitidos.

3. No caso de não ser pago o imposto juntamente com a entrega da declaração, nos termos dos números anteriores, pode o pagamento ser ainda efectuado durante os trinta dias seguintes, nos termos do artigo 77.º.

4. As pessoas referidas na alínea e) do número 1 do artigo 2.º e no artigo 38.º devem entregar às entidades competentes o correspondente imposto, nos prazos de, respectivamente, quinze dias, a contar da data da emissão da factura e até ao último dia útil do mês seguinte ao da conclusão da operação.

5. Legislação específica conterà o desenvolvimento de todos os procedimentos envolvidos no sistema de cobrança e reembolsos do imposto.

Artigo 24.º

(Pagamento do imposto liquidado por iniciativa dos serviços)

1. Sempre que se proceda à liquidação do imposto por iniciativa dos serviços, sem prejuízo do disposto no artigo 71.º, será o sujeito passivo imediatamente notificado para efectuar o pagamento na entidade competente no prazo de 30 dias a contar da notificação.

2. No caso previsto no número anterior, a falta de pagamento no prazo estabelecido, implicará nos termos do número 4 do artigo 71.º, a conversão da cobrança em virtual para pagamento com juros de mora e a extracção da respectiva certidão de dívida, para cobrança coerciva do imposto.

3. O imposto devido pelas importações será pago nos serviços aduaneiros competentes no acto do desembaraço alfandegário.

4. O imposto relativo às transmissões de bens resultantes de actos de arrematação, venda judicial ou administrativa, conciliação ou de contratos de transacção será liquidado no momento em que for efectuado o pagamento ou, se este for parcial, no do primeiro pagamento das custas, emolumentos ou outros encargos devidos. A liquidação será efectuada mediante aplicação da respectiva taxa ao valor tributável, determinado nos termos da alínea g) do número 2 do artigo 15.º.

5. O imposto calculado nos termos dos números 3 e 4 será incluído, pelos serviços respectivos, com a correspondente classificação orçamental, nas primeiras guias de receita que forem processadas quer para o pagamento dos direitos de importação, quando devidos, quer para o pagamento do preço de arrematação, venda ou adjudicação, quer ainda para pagamento das custas, emolumentos ou outros encargos devidos, quando não houver preço.

SECÇÃO III

Outras obrigações dos sujeitos passivos

Artigo 25º

(Âmbito das obrigações)

1. Para além da obrigação de pagamento do imposto, os sujeitos passivos referidos nas alíneas a), b) e c) do número 1 do artigo 2º, são obrigados, sem prejuízo do previsto em disposições especiais, a:

- a) Entregar, segundo as modalidades e formas prescritas na lei, uma declaração de início, de alteração ou de cessação da sua actividade;
- b) Emitir uma factura obrigatoriamente por cada transmissão de bens ou prestação de serviços, ainda que não solicitado pelo adquirente, bem como pelo pagamento que lhes sejam efectuados antes da data da transmissão de bens ou da prestação de serviços.
- c) Entregar mensalmente uma declaração relativa às operações efectuadas no exercício da sua actividade no decurso do mês precedente, com a indicação do imposto devido ou do crédito existente e dos elementos que serviram de base ao seu cálculo;
- d) Dispor de contabilidade adequada ao apuramento e fiscalização do imposto.
- e) Entregar mapas de regularizações, cujos modelos são aprovados por membro do Governo responsável pela área das finanças, sempre que houver regularizações a fazer nos termos do artigo 65º, comunicadas ou não pela Administração Fiscal.

2. A obrigação de declaração periódica prevista no número anterior subsiste mesmo que não haja, no período correspondente, operações tributáveis.

3. Estão dispensados das obrigações referidas nas alíneas b), c) e d) do número 1 os sujeitos passivos que pratiquem exclusivamente operações isentas de imposto, excepto se essas operações derem direito a dedução nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 19º.

4. O disposto no número anterior não se aplica aos sujeitos passivos que embora praticando apenas operações isentas que não conferem direito a dedução, tenham que liquidar imposto nos termos do n.º 6 do artigo 6º, ou n.º 3 do artigo 26º, os quais, no entanto, só ficam obrigados

à entrega da correspondente declaração periódica em relação aos meses em que se tenham verificado aquelas liquidações.

5. Quando o julgue conveniente, o sujeito passivo pode, comunicando previamente o facto à Direcção Geral das Contribuições e Impostos, recorrer ao processamento de facturas globais, respeitantes a cada mês ou períodos inferiores, desde que por cada transacção seja emitida guia ou nota de remessa e do conjunto dos dois documentos resultem os elementos referidos no número 5 do artigo 32º.

6. Deverá ainda ser emitida factura quando o valor tributável de uma operação ou o imposto correspondente sejam alterados por qualquer motivo, incluindo inexactidão.

7. As transmissões de bens e prestações de serviços isentas ao abrigo das alíneas a) a i), m) e o) do número 1 do artigo 13º e os números 1 e 5 do artigo 14º, devem ser comprovadas, consoante os casos, através dos documentos alfandegários apropriados ou, quando não houver intervenção dos serviços alfandegários, através de despacho do membro do Governo competente quando for o caso, declarações emitidas pelo adquirente dos bens ou utilizador dos serviços, indicando o destino que a eles irá ser dado.

8. A falta dos documentos comprovativos referidos no número anterior determina a obrigação para o transmissor dos bens ou prestador dos serviços de liquidar o imposto correspondente.

9. Os documentos previstos nas alíneas c) e e) do número 1 podem ser enviados por transmissão electrónica de dados quando for disponibilizado pela Administração Fiscal e regulamentado em diploma próprio.

10. Para efeitos da aplicação da alínea c) do número 1 os elementos que serviram de base ao seu apuramento são os anexos aprovados por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

11. Considera-se não entrega da declaração periódica, quando não acompanhada dos seus respectivos anexos e mapas de regularizações devidamente preenchidos, quando for caso disso, ainda que apresentada dentro dos prazos legais.

12. Sem prejuízo dos dispostos nos números 3 e 4, os sujeitos passivos que pratiquem operações isentas sem direito a dedução nos termos dos números 22, 23 e 24 do artigo 9º devem entregar mensalmente a lista dos fornecedores dos bens e serviços, nos termos da portaria a ser aprovada.

13. O membro do Governo responsável pela área das finanças pode alargar a outras entidades a obrigação prevista no número anterior.

Artigo 26º

(Sujeitos passivos não residentes)

1. Relativamente a operações efectuadas no território nacional por sujeitos de imposto não residentes, sem estabelecimento estável no território nacional, as obrigações derivadas da aplicação do presente diploma

devem ser cumpridas por um representante residente no território nacional, munido de procuração com poderes bastantes. Neste caso, o representante responderá solidariamente com o representado pelo cumprimento de tais obrigações.

2. A nomeação do representante deve ser comunicada à outra parte contratante antes de ser efectuada a operação.

3. Na falta de um representante nomeado nos termos do número 1, as obrigações previstas neste diploma relativas a transmissões de bens e prestações de serviços efectuadas no território nacional por sujeitos passivos de imposto não residentes devem ser cumpridas pelos adquirentes dos bens ou destinatários dos serviços que o façam no exercício de uma actividade comercial, industrial ou profissional.

Artigo 27º

(Declaração de início de actividade)

1. As pessoas singulares ou colectivas que exerçam uma actividade sujeita a imposto devem apresentar na Repartição de Finanças competente, antes do início dessa actividade, a respectiva declaração.

2. Não haverá lugar à entrega da declaração referida no número anterior quando se trate de pessoas sujeitas ao imposto pela prática de uma só operação tributável nos termos das alíneas *b)* e *c)* do n.º 1 do artigo 2º.

Artigo 28º

(Declaração de alteração de actividade)

1. Sempre que se verifique alteração de qualquer dos elementos constantes da declaração relativa ao início de actividade, com exclusão dos relativos ao volume de negócios, deve o contribuinte entregar a respectiva declaração de alterações.

2. A declaração prevista no n.º 1 será entregue na Repartição de Finanças competente, no prazo de 15 dias a contar da data da alteração, se outro prazo não for expressamente estabelecido neste diploma.

Artigo 29º

(Declaração de cessação de actividade)

No caso de cessação de actividade, deve o sujeito passivo, no prazo de 30 dias a contar da data de cessação, entregar a respectiva declaração na Repartição de Finanças competente.

Artigo 30º

(Cessação de actividade)

1. Para efeitos do disposto no artigo anterior, considera-se verificada a cessação da actividade exercida pelo sujeito passivo no momento em que ocorra qualquer dos seguintes factos:

- a)* Deixem de praticar actos relacionados com actividades determinantes da tributação durante um período de dois anos consecutivos,

caso em que se presumirão transmitidos, nos termos da alínea *e)* do n.º 3 do artigo 3º, os bens a essa data existentes no activo da empresa;

- b)* Se esgote o activo da empresa pela venda dos bens que o constituem ou pela sua afectação a uso próprio do titular, do pessoal ou, em geral, a fins alheios à mesma, bem como pela sua transmissão gratuita;
- c)* Seja partilhada a herança indivisa de que façam parte o estabelecimento ou os bens afectos ao exercício da actividade;
- d)* Se verifique a transferência, a qualquer outro título, da propriedade do estabelecimento.

2. Independentemente dos factos previstos no número anterior, pode ainda a Administração Fiscal, se assim o entender, declarar, oficiosamente, a cessação da actividade quando for manifesto que esta não está a ser exercida nem há intenção de a continuar a exercer.

Artigo 31º

(Informação das declarações)

1. As declarações referidas nos artigos 27º a 29º serão apresentadas em triplicado, sendo uma das cópias devolvida aos contribuintes.

2. As declarações serão informadas no prazo de 30 dias pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, que se pronunciará sobre os elementos declarados e quaisquer outros com interesse para a apreciação da situação.

3. No caso de a Direcção Geral das Contribuições e Impostos discordar dos elementos declarados fixará os que entender adequados, disso notificando o sujeito passivo.

Artigo 32º

(Emissão de facturas)

1. A factura referida no artigo 25º deve ser emitida o mais tardar no quinto dia útil seguinte ao do momento em que o imposto é devido nos termos do artigo 7º. Todavia, no caso de pagamentos relativos a uma prestação de serviços ainda não efectuada, a data da emissão do documento comprovativo coincidirá sempre com a do recebimento de tal montante.

2. Nos casos em que seja utilizada a emissão de facturas globais, o seu processamento não poderá ir além do quinto dia útil posterior ao termo do período a que respeita.

3. As facturas serão substituídas por guias ou notas de devolução quando se trate de devoluções de bens anteriormente transaccionados entre as mesmas pessoas. A sua emissão processar-se-á, o mais tardar, no quinto dia útil seguinte à data da devolução.

4. Os documentos referidos nos números anteriores devem ser processados em duplicado, destinando-se o original ao cliente e a cópia ao arquivo do fornecedor.

5. As facturas devem ser datadas, numeradas sequencialmente e conter os seguintes elementos:

- a) Os nomes, firmas ou denominações sociais e a sede ou domicílio do fornecedor dos bens ou prestador dos serviços e do destinatário ou adquirente, bem como os correspondentes números de identificação fiscal dos sujeitos passivos do imposto;
- b) A quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados, devendo as embalagens, não transaccionadas, serem objecto de indicação separada e com menção expressa de que foi acordada a sua devolução;
- c) O preço líquido de imposto e os outros elementos incluídos no valor tributável;
- d) A taxa e o montante de imposto devido;
- e) O motivo justificativo da não aplicação do imposto, se for caso disso.

6. As guias ou notas de devolução e outros documentos rectificativos de facturas devem conter, além da data e numeração sequencial, os elementos a que se refere a alínea a) do número 5, bem como a referência à factura a que respeitam e as menções desta que são objecto de alterações.

7. A numeração sequencial a que se referem os números 5 e 6 deve ser impressa em tipografia autorizada pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, quando não resulte de processamento automático de programas informáticos de gestão.

8. As facturas e guias ou notas de devolução, impressas tipograficamente, devem conter os elementos identificativos da tipografia, nomeadamente a designação social, sede e número de identificação fiscal, bem como a respectiva autorização ministerial.

9. Os documentos emitidos pelas operações assimiladas a transmissões de bens pelas alíneas e) e f) do número 3 do artigo 3º e as prestações de serviços pelo número 2 do artigo 4º devem mencionar apenas a data, a natureza da operação, o valor tributável, a taxa do imposto e o montante do mesmo.

10. Pode o membro do Governo responsável pela área das Finanças, relativamente a sujeitos passivos que transmitam bens ou prestem serviços que, pela sua natureza, impeçam o cumprimento do prazo previsto no número 1, determinar prazos mais dilatados de facturação.

11. As facturas emitidas por sujeitos passivos que não disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio em território nacional, com representante nomeado nos termos do artigo 26º, devem conter, além dos elementos previstos no número 5, o número de identificação fiscal, nome ou denominação social e a sede, estabelecimento estável ou domicílio do respectivo representante.

12. Nas situações previstas na alínea f) do número 1 do artigo 2º, bem como nas demais situações em que o destinatário ou adquirente for o devedor do imposto, as facturas emitidas pelo transmitente dos bens ou prestador dos serviços devem conter a expressão “IVA – autoliquidação”.

Artigo 33º

(Repercussão do imposto)

1. A importância do imposto liquidado deve ser adicionada ao valor da factura, para efeitos da sua exigência aos adquirentes das mercadorias ou aos utilizadores dos serviços.

2. Nas operações pelas quais a emissão de factura não é obrigatória, o imposto será incluído no preço para efeitos do disposto no número anterior.

3. A repercussão do imposto não é obrigatória nas operações referidas nas alíneas e) e f) do número 3 do artigo 3º e no número 2 do artigo 4º.

Artigo 34º

(Mercadorias enviadas à consignação)

1. No caso da entrega de mercadorias à consignação, proceder-se-á à emissão de facturas, no prazo de cinco dias úteis, a contar:

- a) Do momento do envio das mercadorias à consignação;
- b) Do momento em que, relativamente a tais mercadorias, o imposto é devido e exigível nos termos dos números 5 e 6 do artigo 7º.

2. A factura processada de acordo com a alínea b) do número 1 deve fazer sempre apelo à documentação emitida aquando da situação referida na alínea a) do mesmo número.

Artigo 35º

(Facturação com imposto incluído)

Nas facturas emitidas por retalhistas e prestadores de serviços pode indicar-se apenas o preço com inclusão de imposto e a taxa, em substituição dos elementos previstos nas alíneas c) e d) do número 5 do artigo 32º.

Artigo 36º

(Dispensa de facturação)

1. É dispensada a obrigação de facturação, sempre que o cliente seja um particular que não destine os bens ou serviços adquiridos ao exercício de uma actividade comercial ou industrial e a transacção seja efectuada a dinheiro nas operações a seguir mencionadas:

- a) Transmissões de bens efectuadas por retalhistas ou vendedores ambulantes;
- b) Transmissões de bens feitas através de aparelhos de distribuição automática;

- c) Prestações de serviços em que seja habitual a emissão de talão, bilhete de ingresso ou de transporte, senha ou outro documento impresso e ao portador comprovativo do pagamento;
- d) Outras prestações de serviços cujo valor seja inferior a 1 000\$00 (mil escudos).

2. A dispensa de facturação referida no número anterior não afasta porém a obrigação da emissão de talões de venda ou de serviço prestado, os quais devem ser impressos e numerados em tipografias autorizadas.

3. Os talões de venda ou de serviço prestado devem ser datados, numerados sequencialmente e conter os seguintes elementos:

- a) Denominação social e número de identificação fiscal do fornecedor dos bens ou prestador dos serviços;
- b) Denominação usual dos bens transmitidos ou serviços prestados;
- c) Preço com inclusão do imposto.

4. Os sujeitos passivos que adquiram bens ou serviços aos retalhistas e prestadores de serviços a que se refere a dispensa de facturação do número anterior devem sempre exigir a respectiva factura, para efeitos de dedução.

5. A dispensa de facturação de que trata o número 1 pode ainda ser declarada aplicável pelo membro do Governo responsável pela área das Finanças a outras categorias de contribuintes que forneçam ao público serviços caracterizados pela sua uniformidade, frequência e valor limitado, sempre que a exigência da obrigação de facturação e obrigações conexas se revelem particularmente onerosas. O membro do Governo responsável pela área das Finanças pode ainda, nos casos em que julgue conveniente e para os fins previstos nesta lei, equiparar certos documentos de uso comercial habitual a facturas.

6. O membro do Governo responsável pela área das Finanças pode, nos casos em que o disposto no número 1 favoreça a evasão fiscal, restringir a dispensa de facturação ou exigir a emissão de documento adequado à comprovação da operação efectuada.

Artigo 37º

(Declaração periódica)

1. Os sujeitos passivos são obrigados a entregar, mensalmente, a declaração prevista na alínea c) do artigo 25º, nos seguintes prazos:

- a) Até ao último dia útil do mês seguinte àquele a que respeitam as operações nela abrangidas;
- b) Até ao final do mês seguinte àquele a que respeitam as operações nela abrangidas, quando a declaração periódica é enviada por transmissão electrónica.

2. No caso de cessação de actividade, a declaração, a que se refere o número anterior, relativa ao último período decorrido deve ser apresentada no prazo de 30 dias a contar da data da cessação.

3. A declaração a que se referem os números anteriores será entregue:

- a) Na entidade competente da área fiscal do sujeito passivo, quando da mesma resulte imposto a pagar;
- b) Na Repartição de Finanças da sua área fiscal, em todos os restantes casos de obrigação de entrega da declaração.

Artigo 38º

(Declaração de operações isoladas)

Os sujeitos passivos que pratiquem uma só operação tributável nas condições referidas nas alíneas b) e c) do número 1 do artigo 2º devem apresentar a declaração respectiva até ao fim do mês seguinte ao da conclusão da operação, na Repartição de Finanças ou na entidade competente nos termos do número 3 do artigo anterior.

Artigo 39º

(Organização da Contabilidade)

1. A contabilidade deve ser organizada de forma a possibilitar o conhecimento claro e inequívoco dos elementos necessários ao cálculo do imposto, bem como a permitir o seu controle, comportando todos os dados necessários ao preenchimento da declaração periódica do imposto.

2. Para cumprimento do disposto no número 1, devem ser objecto de registo, nomeadamente:

- a) As transmissões de bens e prestações de serviços efectuadas pelo sujeito passivo;
- b) As importações de bens efectuadas pelo sujeito passivo e destinadas às necessidades da sua empresa;
- c) As transmissões de bens e prestações de serviços efectuadas ao sujeito passivo no quadro da sua actividade empresarial.

3. As operações mencionadas na alínea a) do número anterior devem ser registadas de forma a evidenciar:

- a) O valor das operações tributadas, líquidas de imposto;
- b) O valor das operações não sujeitas ou isentas sem direito a dedução;
- b) O valor das operações isentas com direito a dedução;
- c) O valor do imposto liquidado, com relevação distinta do respeitante às operações referidas nas alíneas e) e f) do número 3 do artigo 3º, no número 2 do artigo 4º e no número 3 do artigo 26º.

4. As operações mencionadas nas alíneas *b)* e *c)* do número 2 devem ser registadas de forma a evidenciar:

- a) O valor das operações cujo imposto é total ou parcialmente dedutível, líquido de imposto;
- b) O valor das operações cujo imposto é totalmente excluído do direito a dedução;
- c) O valor das aquisições de gasóleo;
- d) O valor do imposto dedutível.

Artigo 40º

(Registo das operações activas)

1. O registo das operações mencionadas na alínea *a)* do número 2 do artigo anterior deve ser efectuado após a emissão das correspondentes facturas e o mais tardar até ao fim do prazo previsto para a entrega das declarações a que se referem os artigos 37º e 38º, caso sejam entregues dentro do prazo legal, ou até ao fim desse prazo, se essa obrigação não tiver sido cumprida.

2. Para tal efeito, as facturas, documentos equivalentes e guias ou notas de devolução serão numerados seguidamente, em uma ou mais séries convenientemente referenciadas, devendo conservar-se na respectiva ordem os seus duplicados e, bem assim, todos os exemplares dos que tiverem sido anulados ou inutilizados, com os averbamentos indispensáveis à identificação daqueles que os substituíram, se for caso disso.

Artigo 41º

(Registo especial para retalhistas e prestadores de serviços)

1. Os retalhistas e prestadores de serviços referidos no artigo 36º podem, sempre que não emitam factura, efectuar um registo especial para as operações realizadas diariamente, pelo montante global das contraprestações recebidas pelas transmissões de bens e prestações de serviços tributáveis, imposto incluído, assim como pelo montante global das contraprestações relativas às operações não tributáveis ou isentas, mencionadas nos artigos 9º, 12º, 13º e 14º.

2. O registo referido no número anterior deve ser efectuado, o mais tardar, no dia útil seguinte ao da realização das operações e apoiado nos documentos adequados.

3. Os contribuintes referidos no número 1, sempre que emitam factura, devem proceder ao seu registo pelo valor respectivo, imposto incluído, salvo se processarem as suas facturas com discriminação de imposto.

4. Os registos diários referidos nos números anteriores devem, no prazo previsto no artigo 40º, ser objecto de relevação contabilística ou de inscrição nos livros referidos no artigo 44º, conforme os casos.

5. Os documentos referidos no número 2 devem ser conservados nas condições e prazo estabelecidos no artigo 45º.

Artigo 42º

(Registo das operações passivas)

1. O registo das operações mencionadas nas alíneas *b)* e *c)* do número 2 do artigo 39º deve ser efectuado, após a recepção das correspondentes facturas e guias ou notas

de devolução, o mais tardar até ao fim do prazo previsto para a entrega das declarações a que se referem os artigos 37º e 38º, caso sejam entregues dentro do prazo legal, ou até ao fim desse prazo se essa obrigação não tiver sido cumprida.

2. Para tal efeito, as facturas e guias ou notas de devolução serão convenientemente referenciados, devendo conservar-se na respectiva ordem os seus originais e, bem assim, todos os exemplares dos que tiverem sido anulados ou inutilizados, com os averbamentos indispensáveis à identificação daqueles que os substituíram, se for caso disso.

Artigo 43º

(Apuramento do imposto incluído no preço)

Nos casos em que a facturação ou o seu registo sejam processados por valores com imposto incluído, nos termos dos artigos anteriores, o apuramento da base tributável correspondente será obtido através da divisão daqueles valores por 115, multiplicando o quociente por 100 e arredondando o resultado, por defeito ou por excesso, para a unidade mais próxima, sem prejuízo da adopção de qualquer outro método conducente a idêntico resultado.

Artigo 44º

(Livros de escrituração)

1. Os sujeitos passivos não enquadrados nos regimes especiais previstos na Secção IV do presente diploma, ou os que não possuam, nem sejam obrigados a possuir contabilidade regularmente organizada nos termos do Regulamento do Imposto Único sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares ou das Pessoas Colectivas utilizarão, para cumprimento das exigências constantes do número 1 do artigo 40º e do número 1 do artigo 42º, os seguintes livros de registo:

- a) Livro de registo de compras de mercadorias e/ou livro de registo de matérias primas e de consumo;
- b) Livro de registo de vendas de mercadorias e/ou livro de registo de produtos fabricados;
- c) Livro de registo de serviços prestados;
- d) Livro de registo de despesas e de operações ligadas a bens de investimento;
- e) Livro de registo de mercadorias, matérias primas e de consumo, de produtos fabricados e outras existências à data de 31 de Dezembro de cada ano.

2. Os contribuintes ou as suas associações representativas poderão solicitar à Direcção Geral das Contribuições e Impostos a adopção de livros de modelo diferente do aprovado, adaptados às especificidades das suas actividades, desde que adequados ao correcto apuramento e fiscalização do imposto.

3. A substituição referida no número anterior só será possível a partir da notificação do deferimento do pedido.

4. Em qualquer caso, os livros de que trata o presente artigo devem, antes de utilizados, ser apresentados, com as folhas numeradas, na Repartição de Finanças competente, para que o respectivo chefe as rubrique e assine os seus termos de abertura e encerramento.

Artigo 45º

(Arquivo)

Os sujeitos passivos são obrigados a arquivar e conservar em boa ordem durante os cinco anos civis subsequentes todos os livros, registos e respectivos documentos de suporte, incluindo, quando a contabilidade é estabelecida por meios informáticos, os relativos à análise, programação e execução dos tratamentos.

Artigo 46º

(Registo dos bens do activo imobilizado)

1. Os sujeitos passivos que possuam contabilidade regularmente organizada são obrigados a efectuar o registo dos seus bens de investimento, de forma a permitir o controle das deduções efectuadas.

2. O registo a que se refere o número 1 deve comportar, para cada um dos bens, os seguintes elementos:

- a) Data de aquisição;
- b) Valor do imposto suportado;
- c) Valor do imposto deduzido.

3. O registo a que se referem os números anteriores deve ser efectuado no prazo constante dos artigos 40º e 42º, contado a partir da data da factura ou documento equivalente que comprove a aquisição.

SECÇÃO IV

Regimes especiais

Subsecção I

Regime de isenção

Artigo 47º

(Âmbito de aplicação)

1. Beneficiam de isenção do imposto os sujeitos passivos que, não sendo tributados pelo método da verificação, para efeitos de Imposto Único sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares ou das Pessoas Colectivas, nem praticando operações de importação, exportação ou actividades conexas, não tenham atingido, no ano civil anterior, uma matéria colectável superior a 180 000\$00 (Cento e oitenta mil escudos).

2. No caso de sujeitos passivos que iniciem a sua actividade, a matéria colectável a tomar em consideração será estabelecida de acordo com fixação estimada pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

3. Quando no ano de início de actividade o período de referência, para efeitos dos números anteriores, for inferior ao ano civil, a matéria colectável relativa a esse período será convertida numa matéria colectável anual correspondente.

4. A matéria colectável prevista nos números anteriores é a fixada para efeitos de tributação em sede do Imposto Único sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares ou das Pessoas Colectivas. Se não existir matéria colectável, por haver lugar a uma isenção permanente naquele imposto, será considerado o valor que teria sido fixado, caso não existisse a referida isenção.

5. Não podem beneficiar do regime de isenção os sujeitos passivos que, estando enquadrados num regime de tributação à data da cessação de actividade, reiniciem essa ou outra actividade nos doze meses seguintes ao da cessação.

6. Não ficam enquadrados neste regime os sujeitos passivos que venham optar por Regime Especial Unificado que estarão sujeitos às normas próprias.

Artigo 48º

(Direito à dedução)

Os sujeitos passivos que beneficiam de isenção do imposto nos termos do n.º 1 do artigo anterior estão excluídos do direito à dedução previsto no artigo 18º do presente diploma.

Artigo 49º

(Opção pelo regime normal)

1. Os sujeitos passivos, susceptíveis de beneficiar de isenção do imposto nos termos do número 1 do artigo 47º, podem renunciar a tal isenção e optar pela aplicação normal do imposto às suas operações tributáveis.

2. O direito de opção será exercido mediante a entrega na Repartição de Finanças competente de declaração adequada e produz efeitos a partir de 1 de Janeiro do ano civil seguinte, salvo se o sujeito passivo iniciar a sua actividade no decurso do ano, caso em que a opção feita naquela declaração tem efeitos desde o início da actividade.

3. Tendo exercido o direito de opção nos termos dos números anteriores, o sujeito passivo é obrigado a permanecer no regime por que optou durante um período de, pelo menos, cinco anos. Se, findo tal prazo, desejar voltar ao regime de isenção, deverá informar disso à Administração Fiscal, mediante a entrega, antes do fim daquele prazo, na Repartição de Finanças competente de declaração adequada, a qual produzirá efeitos a partir de 1 de Janeiro do ano seguinte ao da conclusão do referido período.

4. Nos casos de passagem do regime de isenção a um regime de tributação, a Direcção Geral das Contribuições e Impostos pode autorizar o sujeito passivo a deduzir o imposto contido nas existências remanescentes no fim do ano, a fim de evitar que o sujeito passivo em questão sofra prejuízos injustificados.

5. O procedimento referido no número anterior será estabelecido administrativamente pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

Artigo 50º

(Opção pelo regime de isenção)

1. Se os sujeitos passivos incluídos no regime normal de aplicação do imposto passarem a satisfazer os requisitos previstos no número 1 do artigo 47º e pretenderem a aplicação do regime de isenção, devem apresentar a declaração de alterações a que se refere o artigo 28º.

2. A declaração referida no número anterior deve ser apresentada na Repartição de Finanças competente, durante o mês de Janeiro do ano seguinte àquele em que se verificaram os condicionalismos referidos no número anterior, e produz efeitos a partir de 1 de Janeiro do ano da sua apresentação. No caso de apresentação fora de prazo, a declaração apenas produzirá efeitos a partir de 1 de Janeiro do ano civil seguinte ao da apresentação.

3. Os sujeitos passivos que, estando anteriormente abrangidos pelo regime normal, utilizem a faculdade prevista no número 1 devem efectuar a regularização do imposto deduzido e respeitante às existências remanescentes no fim do ano, devendo essas regularizações serem incluídas na declaração referente ao último período de tributação.

Artigo 51º

(Facturação e Outras Obrigações)

1. Os sujeitos passivos isentos nos termos do número 1 do artigo 47º, quando emitem facturas por bens transmitidos no exercício da sua actividade comercial ou industrial, devem apor-lhe a menção «IVA - Regime de isenção».

2. Os sujeitos passivos isentos nos termos do número 1 do artigo 47º são, todavia, obrigados à apresentação das declarações de início e de cessação de actividade, previstas nos artigos 27º e 29º, respectivamente.

Artigo 52º

(Saída do regime)

1. Os sujeitos passivos isentos, que tenham apresentado declaração de início de actividade, são obrigados a entregar a declaração de alterações referida no artigo 27º quando se verificarem as seguintes condições:

- a) Correctiva de uma matéria colectável superior ao limite referido no número 1 do artigo 47º;
- b) No prazo de quinze dias a contar da fixação da matéria colectável superior ao limite ao estabelecido no número 1 do artigo 47º, relativamente a contribuintes que beneficiem de isenção em Imposto Único sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares ou das Pessoas Colectivas;

c) No prazo de 15 dias a contar do momento em que deixe de se verificar qualquer das demais circunstâncias referidas no número 1 do artigo 47º.

2. Sempre que a Direcção Geral das Contribuições e Impostos disponha de indícios seguros para supor que um sujeito passivo isento ultrapassou, em determinado ano, o limite de matéria colectável do regime de isenção, procederá à sua notificação para apresentar a declaração de início de actividade ou de alterações, conforme os casos, no prazo de quinze dias, com base na matéria colectável que considere já realizada..

3. Será devido imposto pelas operações efectuadas pelos sujeitos passivos a partir do mês seguinte ao da entrega da declaração exigida nos termos dos números anteriores.

Artigo 53º

(Outras obrigações)

1. Os sujeitos passivos isentos nos termos do número 1 do artigo 47º estão dispensados das demais obrigações previstas no presente diploma.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os sujeitos passivos isentos são obrigados a manter em boa ordem e a exhibir sempre que lhes seja solicitado os documentos comprovativos das suas aquisições.

Subsecção II

Regime de tributação simplificada

Artigo 54º

(Âmbito de aplicação)

1. Ficam sujeitos ao regime simplificado de tributação previsto nesta subsecção, os contribuintes que, não estando no regime de isenção nem sendo tributados pelo método da verificação para efeitos de Imposto Único sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares ou das Pessoas Colectivas e não efectuando operações de importação, exportação ou actividades conexas, tenham atingido, no ano civil anterior, um volume anual de negócios não superior a 5 000 000\$00 (Cinco milhões de escudos).

2. Os contribuintes referidos no número anterior apurarão o imposto devido ao Estado através da aplicação da percentagem de 5% ao valor das vendas ou serviços realizados, com excepção das vendas de bens de investimento corpóreos que tenham sido utilizados na actividade por eles exercida.

3. Ao imposto determinado nos termos do número 2 não será deduzido qualquer valor de imposto suportado.

4. O volume anual de negócios a que se refere o número 1 é o valor definitivamente tomado em conta para efeitos de tributação em sede do Imposto Único sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares ou das Pessoas Colectivas.

5. No caso de contribuintes que iniciem a sua actividade, o volume de negócios será estabelecido de acordo com a previsão efectuada pelo contribuinte na declaração de início de actividade e confirmada pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

6. Quando o período de exercício de actividade seja de duração inferior ao ano civil, deve o mesmo ser convertido num volume de negócios anual correspondente.

7. Não podem, em qualquer caso, beneficiar do regime simplificado de tributação os sujeitos passivos que, estando enquadrados no regime normal à data da cessação de actividade, reiniciem essa ou outra actividade nos doze meses seguintes ao da cessação.

8. Não ficam abrangidos por este regime os sujeitos passivos que venham optar por Regime Especial Unificado que estarão sujeitos às normas próprias.

Artigo 55º

(Opção pelo regime normal)

1. Os contribuintes susceptíveis de usufruírem do regime simplificado de tributação previsto no artigo 54º podem renunciar a tal regime e optar pela aplicação normal do imposto às suas operações tributáveis.

2. O direito de opção será exercido mediante a entrega na Repartição de Finanças competente de declaração adequada e produz efeitos a partir de 1 de Janeiro do ano civil seguinte, salvo se o sujeito passivo iniciar a sua actividade no decurso do ano, caso em que a opção feita naquela declaração tem efeitos desde o início da actividade.

3. Nos casos de passagem do regime de tributação simplificada ao regime normal de tributação, a Direcção Geral das Contribuições e Impostos poderá autorizar o sujeito passivo a deduzir o imposto contido nas existências remanescentes no fim do ano, a fim de evitar que o mesmo sofra prejuízos injustificados.

4. O procedimento referido no número anterior será estabelecido administrativamente pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

Artigo 56º

(Opção pelo regime simplificado)

1. Se os sujeitos passivos incluídos no regime normal, passarem a satisfazer os requisitos previstos no número 1 do artigo 54º e pretenderem a aplicação do regime simplificado de tributação, deverão apresentar a declaração de alterações a que se refere o artigo 28º.

2. A declaração referida no número anterior deve ser apresentada na Repartição de Finanças competente, durante o mês de Janeiro do ano seguinte àquele em que se verificaram os condicionalismos referidos no número anterior, e produz efeitos a partir de 1 de Janeiro

do ano da sua apresentação. No caso de apresentação fora de prazo, a declaração apenas produzirá efeitos a partir de 1 de Janeiro do ano civil seguinte ao da apresentação.

3. Os sujeitos passivos que, estando anteriormente abrangidos pelo regime normal, utilizem a faculdade prevista no número 1 devem efectuar a regularização do imposto deduzido e respeitante às existências remanescentes no fim do ano, devendo essas regularizações serem incluídas na declaração referente ao último período de tributação.

Artigo 57º

(Facturação)

As facturas emitidas por contribuintes sujeitos ao regime simplificado de tributação previsto no artigo 54º não conferem ao adquirente direito à dedução, devendo delas constar expressamente a menção «IVA - Não confere direito à dedução».

Artigo 58º

(Mudança de regime)

Nos casos de passagem do regime normal de tributação ao regime simplificado de tributação previsto no artigo 54º, ou inversamente, a Direcção Geral das Contribuições e Impostos poderá tomar outras medidas que julgar necessárias a fim de evitar que o sujeito passivo usufrua vantagens injustificadas ou sofra prejuízos igualmente injustificados. Designadamente, poderá não atender a modificações do volume de negócios pouco significativas ou devidas a circunstâncias excepcionais.

Artigo 59º

(Obrigações de escrituração)

1. Os contribuintes sujeitos ao regime especial de tributação previsto no artigo 54º são obrigados a registar, no prazo de trinta dias a contar da respectiva recepção, as facturas e guias ou notas de devolução relativos a bens ou serviços adquiridos, bem como os documentos emitidos relativamente a bens ou serviços transmitidos, e a conservá-los em boa ordem e com observância do disposto nos artigos 40º e 42º.

2. Para cumprimento do disposto no número 1, devem os contribuintes possuir os seguintes elementos de escrita:

- a) Livro de registo de compras;
- b) Livro de registo de vendas e serviços prestados;
- c) Livro de registo de despesas gerais.

3. Os livros referidos no número 2 deverão, antes de utilizados, ser apresentados, com as folhas numeradas, na Repartição de Finanças competente, para que o respectivo chefe as rubrique e assine os termos de abertura e encerramento.

Artigo 60º

(Saída do regime)

Nos casos em que haja fundados motivos para supor que o regime simplificado de tributação previsto no artigo 54º concede ao contribuinte vantagens injustificadas ou provoca sérias distorções de concorrência, a Direcção Geral das Contribuições e Impostos pode, em qualquer altura, obrigá-lo à aplicação do regime normal de tributação.

Artigo 61º

(Pagamento e outras obrigações)

1. Os contribuintes sujeitos ao regime simplificado de tributação previsto no artigo 54º, são ainda obrigados a:

- a) Declarar o início, a alteração e a cessação da sua actividade nos termos dos artigos 27º, 28º e 29º;
- b) Pagar na entidade competente, por meio de guia de modelo aprovado, o imposto que se mostre devido relativamente a cada trimestre do ano civil, respectivamente, nos seguintes prazos:
 - 1º trimestre - até ao último dia útil do mês de Abril;
 - 2º trimestre - até ao último dia útil do mês de Julho;
 - 3º trimestre - até ao último dia útil do mês de Outubro;
 - 4º trimestre - até ao último dia útil do mês de Janeiro do ano seguinte;
- c) Entregar, na Repartição de Finanças competente, em triplicado e até ao último dia do mês de Fevereiro de cada ano, uma declaração de onde constam as compras e vendas e/ou serviços prestados.

2. No caso de alterações do volume de negócios que obriguem o contribuinte à aplicação do regime normal do imposto, a declaração de alterações a que se refere o artigo 28º deve ser apresentada durante o mês de Janeiro do ano civil seguinte àquele a que respeita o volume de negócios.

3. Sempre que, para efeitos de Imposto Único sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares ou das Pessoas Colectivas, tenha sido fixado definitivamente um rendimento tributável baseado em volume de negócios superior ao limite estabelecido no artigo 54º, o contribuinte deve apresentar a declaração de alterações a que se refere o artigo 28º no prazo de 15 dias a contar da notificação daquela fixação.

4. A aplicação do regime normal produz efeitos a partir do trimestre seguinte àquele em que se torna obrigatória a entrega da declaração de alterações a que se referem os números anteriores.

5. No caso de cessação de actividade, o pagamento do imposto, bem como a apresentação da declaração referida na alínea c) do número 1, devem ser efectuadas no prazo de 30 dias a contar da cessação.

Artigo 62º

(Conservação de documentos e registos)

Os livros, registos e respectiva documentação de suporte exigidos nos termos do artigo 59º deverão ser conservados em boa ordem durante os cinco anos civis subsequentes.

SECÇÃO V

Disposições comuns

Artigo 63º

(Centralização da escrita)

1. Os contribuintes que distribuam a sua actividade por mais de um estabelecimento devem centralizar num deles a escrituração relativa às operações realizadas em todos.

2. No caso previsto no número 1, a escrituração das operações realizadas devem obedecer aos seguintes princípios:

- a) No estabelecimento escolhido para a centralização manter-se-ão os registos da centralização, bem como os respectivos documentos de suporte;
- b) Existência de registos dos movimentos de cada estabelecimento, incluindo os efectuados entre eles.

3. O estabelecimento escolhido para a centralização deve ser o utilizado para efeitos do Regulamento do Imposto Único sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares ou das Pessoas Colectivas.

Artigo 64º

(Repartição de Finanças competente, entidade competente e estâncias aduaneiras competentes)

1. Para efeitos do cumprimento das obrigações do presente diploma, considera-se competente a Repartição de Finanças ou entidade competente da área fiscal onde o contribuinte tiver a sua sede, estabelecimento principal ou, na falta deste, o domicílio.

2. Para os contribuintes, pessoas singulares ou colectivas, com domicílio ou sede fora do território nacional, a Repartição de Finanças ou entidade competentes serão as da área fiscal onde estiver situado o estabelecimento estável ou, na falta deste, as da área fiscal da sede, estabelecimento principal ou domicílio do representante.

3. No caso de não existência de um estabelecimento estável ou representante, considera-se competente a Repartição de Finanças ou entidade competente da área fiscal da sede, estabelecimento principal ou domicílio do adquirente, nos termos do número 3 do artigo 26º.

4. Por Entidade Competente entende-se aquela com a qual seja celebrado protocolo relativo à sua intervenção na cobrança deste imposto.

5. Para efeitos de cumprimento das obrigações decorrentes da sujeição a imposto das importações de bens e operações conexas, são competentes as respectivas estâncias aduaneiras, nos termos da legislação aduaneira.

Artigo 65º

(Rectificações do imposto)

1. As disposições dos artigos 32º e seguintes devem ser observadas sempre que, depois de emitida a factura ou documento equivalente, o valor tributável de uma operação ou o respectivo imposto venham a sofrer rectificação por qualquer motivo.

2. Se, depois de efectuado o registo referido no artigo 39º, for anulada a operação ou reduzido o seu valor tributável em consequência de invalidade, resolução, rescisão ou redução do contrato, pela devolução de mercadorias ou pela concessão de abatimentos ou descontos, o fornecedor do bem ou o prestador do serviço podem efectuar a dedução do correspondente imposto até ao final do período de imposto seguinte àquele em que se verificarem as circunstâncias que determinaram a anulação da liquidação ou a redução do seu valor tributável.

3. No caso de facturas inexactas que já tenham dado lugar ao registo referido no artigo 40º, a rectificação é obrigatória quando houver imposto liquidado a menos e pode ser efectuada até ao final do período de imposto seguinte àquele a que respeita a factura a rectificar. Em caso de imposto liquidado a mais, a rectificação da factura é facultativa e apenas pode ser efectuada no prazo de um ano.

4. O adquirente do bem ou o destinatário do serviço que seja um sujeito passivo do imposto, se tiver efectuado já o registo de uma operação relativamente à qual o seu fornecedor ou prestador do serviço procedeu à anulação, redução do seu valor tributável ou rectificação para menos do valor facturado, corrigirá até ao fim do período de imposto seguinte ao da recepção do documento rectificativo, a dedução efectuada.

5. No caso de o valor tributável de uma operação ou o respectivo imposto sofrerem rectificação para menos, deve o sujeito passivo estar habilitado a provar que reembolsou o seu adquirente, sem o que se considera indevida a respectiva dedução.

6. A correcção de erros matérias ou de cálculo no registo a que se referem os artigos 39º a 44º e nas declarações mencionadas no artigo 37º e nas alíneas b) e c) do artigo 61º, é obrigatória quando houver imposto entregue a menos e pode ser efectuada até ao final do período seguinte. Em caso de imposto entregue a mais, a correcção é facultativa e apenas pode ser efectuada no prazo de um ano, que, no caso de exercício do direito a dedução, é contado a partir do nascimento do respectivo direito nos termos do número 1 do artigo 21º.

7. Em casos devidamente justificados, a correcção dos erros referidos no número anterior de que tenha resultado imposto entregue a mais pode ainda ser autorizada nos cinco anos seguintes ao pagamento em excesso, mediante requerimento dirigido ao Director Geral das Contribuições e Impostos.

8. Os sujeitos passivos podem deduzir ainda o imposto facturado em créditos considerados incobráveis em resultado de processos de execução, falência ou insolvência, sem prejuízo da obrigação de entrega do imposto correspondente aos créditos recuperados, total ou parcialmente, no período de imposto em que se verificar o seu recebimento, sem observância do período de caducidade.

9. Na hipótese prevista na primeira parte do número anterior, será comunicada ao adquirente do bem ou serviço que seja um sujeito passivo do imposto a anulação total ou parcial do imposto, para efeitos de rectificação da dedução inicialmente efectuada.

10. Sempre que o valor tributável for objecto de redução, o montante deste deve ser repartido entre contraprestação e imposto, no momento da emissão do respectivo documento, se se pretender igualmente a rectificação do imposto.

Artigo 66º

(Responsabilidade do adquirente)

1. O adquirente dos bens ou dos serviços que seja um sujeito passivo dos referidos nas alíneas a), b) e c) do número 1 do artigo 2º, agindo como tal, e não isento, é solidariamente responsável com o fornecedor pelo pagamento do imposto, quando a factura ou documento equivalente, cuja emissão seja obrigatória nos termos do artigo 25º não tenha sido passada, contenha uma indicação inexacta quanto ao nome ou endereço das partes intervenientes, à natureza ou à quantidade dos bens transmitidos ou serviços fornecidos, ao preço ou ao montante do imposto devido.

2. O adquirente ou destinatário que prove ter pago ao seu fornecedor, devidamente identificado, todo ou parte do imposto devido será liberto da responsabilidade solidária prevista no número anterior, pelo montante correspondente ao pagamento efectuado, salvo no caso de má fé.

3. Nas transmissões de bens ou prestações de serviços realizadas ou declaradas com a intenção de não entregar aos cofres do Estado o imposto correspondente, são também responsáveis solidários pelo pagamento do imposto, os sujeitos passivos abrangidos pelas alíneas a), b) e c) do número 1 do artigo 2º, que tenham intervindo ou venham a intervir, em qualquer fase do circuito económico, em operações relacionadas com esses bens ou com esses serviços, desde que aqueles tivessem ou devam ter conhecimento dessas circunstâncias.

4. Para efeitos do disposto neste artigo, presume-se que o sujeito passivo tem conhecimento de que o imposto relativo às transmissões de bens ou prestações dos serviços não foi ou não venha a ser integralmente

entregue aos cofres do Estado, sempre que o preço por ele devido, pelos bens ou serviços em causa, seja inferior ao preço mais baixo que seria razoável pagar em situação de livre concorrência, ou seja inferior ao preço relativo a esses bens ou serviços em fases anteriores de circuito económico.

5. A presunção referida no número anterior é elidida se for demonstrado que o preço praticado, numa das fases do circuito económico, se deve a circunstâncias não relacionadas com a intenção de não pagamento do imposto.

Artigo 67º

(Decisões da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos)

1. As decisões da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos a que se referem o número 2 do artigo 47º e número 2 do artigo 52º serão notificadas ao contribuinte nos termos estabelecidos no Código do Processo Tributário, com indicação dos critérios e razões que as fundamentaram.

2. Das decisões podem os contribuintes reclamar nos termos dos artigos 74º a 76º, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3. As reclamações não têm efeitos suspensivos, salvo as que respeitem à decisão proferida nos termos do número 2 do artigo 52º, e devem ser apresentadas no prazo de 15 dias a contar da data da notificação a que se refere o número 1, por meio de requerimento devidamente fundamentado, sob pena de serem liminarmente rejeitadas.

4. A decisão da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos prevista no número 4 do artigo 49º é passível de recurso hierárquico, tendo porém este recurso efeitos suspensivos.

CAPÍTULO VI

Fiscalização

Artigo 68º

(Competência e dever de colaboração)

1. O cumprimento das obrigações impostas por este diploma será fiscalizado em geral, e dentro dos limites da respectiva competência, por todas as autoridades, autarquias locais, repartições públicas e pessoas colectivas de direito público, e, em especial, pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos e pela Direcção Geral das Alfândegas.

2. As pessoas singulares ou colectivas que exerçam actividades comerciais, industriais, agrícolas ou de prestação de serviços deverão, dentro dos limites da razoabilidade, prestar toda a colaboração que lhes for solicitada pelos serviços competentes, tendo em vista o integral cumprimento das atribuições que a estes estão cometidas por lei.

Artigo 69º

(Atribuições da fiscalização tributária)

1. Os funcionários que desempenhem as atribuições próprias dos serviços de fiscalização tributária, devidamente credenciados, poderão, designadamente:

- a) Proceder a visitas de fiscalização nas instalações dos sujeitos passivos;
- b) Enviar às pessoas singulares ou colectivas que exerçam actividades comerciais, industriais ou agrícolas ou de prestação de serviços, questionários quanto a dados e factos de carácter específico, relevantes para o apuramento e controle do imposto, que deverão ser devolvidos preenchidos e assinados;
- c) Exigir dos sujeitos passivos a exibição ou remessa, inclusive por cópia, dos documentos e facturas relativos a bens adquiridos ou fornecidos, bem como a prestação de quaisquer informações relativas às próprias operações;
- d) Testar os programas informáticos utilizados na elaboração da contabilidade;
- e) Solicitar a colaboração de quaisquer serviços e organismos públicos, com vista a uma correcta fiscalização do imposto;
- f) Requisitar cópias ou extractos de actos e documentos de notários, conservatórias ou outros serviços oficiais.

2. Os pedidos e as requisições referidos no número anterior devem ser feitos por carta registada com aviso de recepção, fixando para o seu cumprimento um prazo não inferior a oito dias.

3. No uso da faculdade conferida pelo número anterior, os funcionários têm livre acesso aos locais destinados ao exercício de actividades comerciais, industriais, agrícolas e de prestação de serviços para examinar os livros e quaisquer documentos relacionados com a actividade dos sujeitos passivos, verificações e buscas e qualquer outra diligência considerada útil para o apuramento do imposto e repressão da fraude e evasão fiscais.

4. O acesso contra a vontade do sujeito passivo aos locais mencionados no número anterior que estejam também afectos à sua habitação e, bem assim, o acesso a outros locais de exercício da actividade não referidos expressamente, serão obrigatoriamente precedidos de mandado judicial para o efeito, emitido pelo juiz da comarca competente.

5. No caso de procederem à inventariação física das existências, o inventário será assinado pelo sujeito passivo ou pelos seus representantes legais ou mandatários, e ainda, quando o houver, pelo técnico de contas responsável, que declararão ser conforme ao total das suas existências, sendo-lhes permitido acrescentar as observações que entenderem convenientes.

6. No caso de recusa das pessoas indicadas, assinarão o inventário duas testemunhas, sendo sempre fornecida cópia do mesmo ao sujeito passivo.

7. Os livros, registos e documentos de que seja recusada a exibição não podem ser tomados em consideração a favor dos sujeitos passivos, sendo para o efeito considerada recusa de exibição a declaração de não possuir livros, registos e documentos, ou a sua subtracção ao exame.

8. Os livros, registos e documentos em poder do sujeitos passivos não podem ser apreendidos, podendo, porém, os funcionários encarregados da fiscalização deles fazer cópias ou extractos, apor a assinatura ou rubrica em locais que interessem e adoptar todas as cautelas que impeçam a alteração ou a subtracção dos livros, registos e documentos.

9. Se houver conveniência em efectuar cópias fora dos locais onde se encontram os livros, registos ou documentos, estes podem ser dali retirados, mediante recibo, por espaço de tempo não superior a quarenta e oito horas.

10. Os funcionários encarregados da fiscalização, quando devidamente credenciados, poderão, junto das repartições e serviços oficiais, proceder à recolha dos elementos necessários a um eficaz controle do imposto.

Artigo 70º

(Controlo da observância de cumprimento das obrigações fiscais)

1. As petições relativas a actos relacionados com o exercício de actividade industrial, comercial ou de prestação de serviços não poderão ter seguimento perante qualquer autoridade administrativa, autarquia local, repartição pública ou pessoa colectiva de utilidade pública administrativa, sem que seja feita a prova de que estão asseguradas as obrigações decorrentes do imposto, nos termos dos números seguintes.

2. Tratando-se de pessoas ou entidades obrigadas à apresentação da declaração referida no artigo 37º ou na alínea c) número 1 do artigo 61º, a prova será efectuada através da exibição de declaração apresentada e respeitante a um período de imposto compreendido nos três meses anteriores ou ao ano anterior, respectivamente.

3. Tratando-se de pessoas ou entidades que pratiquem apenas operações isentas sem direito a dedução, a prova será substituída por documento apresentado em duplicado pelo interessado, segundo o modelo aprovado, e no qual declare, sob sua responsabilidade, que está dispensado da apresentação de declaração, nos termos do número 3 do artigo 25º.

4. Tratando-se de sujeitos passivos sujeitos ao regime de isenção dos artigos 47º e seguintes, a prova consistirá na exibição da declaração de registo ou de início de actividade apresentadas.

5. A apresentação dos documentos de prova referidos nos números anteriores será averbada no requerimento, processo ou registo da petição, devendo o averbamento ser

datado e rubricado pelo funcionário competente, o qual nas situações previstas nos números 2 e 4, restituirá os documentos ao apresentante e na do número 3 os remeterá, no prazo de 30 dias, à Repartição de Finanças da área da sede, estabelecimento principal ou residência do declarante, consoante os casos.

CAPÍTULO VII

Determinação oficiosa do imposto

Artigo 71º

(Falta de entrega de declaração)

1. Se um sujeito passivo não apresentar a declaração periódica a que está obrigado no respectivo prazo legal, deverão os serviços competentes da Direcção Geral das Contribuições e Impostos proceder à liquidação oficiosa do imposto.

2. A liquidação será feita com base nas declarações de períodos anteriores ou em outros elementos de que se disponha, designadamente, os relativos ao Imposto Único sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares ou das Pessoas Colectivas.

3. O imposto liquidado nos termos do número 1 deverá ser pago na entidade competente, no prazo indicado na notificação, o qual não poderá ser inferior a sessenta dias contados desde o envio da mesma notificação.

4. Na falta de pagamento no prazo referido no número anterior, é extraída pelo serviço competente a certidão de dívida, para cobrança coerciva do imposto com juros de mora.

5. A liquidação referida no n.º1 ficará sem efeito nos seguintes casos:

- a) Se o sujeito passivo, dentro do prazo referido no número 3, apresentar a declaração em falta, pagando o imposto devido no respectivo período e os correspondentes juros compensatórios, sem prejuízo da penalidade que ao caso couber;
- b) Se, dentro do prazo de sessenta dias, a liquidação vier a ser corrigida pelos serviços competentes com base em visita de fiscalização ou em outros elementos ao seu dispor.

6. Se o imposto apurado nos termos do n.º 1 tiver sido pago, ou de acordo com o estabelecido no número 3, objecto de conversão em cobrança virtual, será a respectiva importância tomada em conta na liquidação efectuada nos termos do número anterior, cobrando-se ou creditando-se a diferença, se a houver.

Artigo 72º

(Omissões ou inexactidões)

1. Os Serviços competentes da Direcção Geral das Contribuições e Impostos procederão à rectificação das declarações dos sujeitos passivos quando fundamentada-

mente considerem que nelas figura um imposto inferior ou uma dedução superior aos devidos, liquidando-se adicionalmente a diferença, e notificando-se de conformidade o sujeito passivo.

2. As inexactidões ou omissões praticadas nas declarações poderão resultar directamente do seu conteúdo, do confronto com declarações respeitantes a períodos anteriores ou com outros elementos de que se disponha, designadamente, os relativos ao Imposto Único sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares ou das Pessoas Colectivas.

3. As inexactidões ou omissões poderão igualmente ser constatadas em visitas de fiscalização efectuadas nas instalações do sujeito passivo, através de exame dos seus elementos de escrita, bem como da verificação das existências físicas do estabelecimento.

4. Se for demonstrado, sem margem para dúvidas, que foram praticadas omissões ou inexactidões no registo e na declaração a que se referem, respectivamente, a alínea *b*) do n.º 2 do artigo 59º e a alínea *c*) do número 1 do artigo 61º, proceder-se-á à tributação do ano em causa com base nas operações que o sujeito passivo presumivelmente efectuou, sem ter em conta o disposto no número 1 do artigo 54º.

Artigo 73º

(Compensações)

1. No pagamento de reembolsos, os serviços competentes da Direcção Geral das Contribuições e Impostos levarão em conta, por dedução, as diferenças de imposto apuradas ou confirmadas pelos serviços e respectivos acréscimos legais até à concorrência do montante dos reembolsos pedidos, sem prejuízo do disposto no número 7 do artigo 21º, e das garantias dos sujeitos passivos.

2. As diferenças de imposto e a dedução a que se refere o número anterior serão notificadas ao sujeito passivo, nos termos estabelecidos no Código do Processo Tributário.

3. No caso de as diferenças de imposto apuradas pelos serviços fiscais resultarem de presunções ou estimativas, só poderão as mesmas ser objecto do tratamento previsto no número 1 depois de se tornarem definitivas, nos termos dos artigos 74º e 75º.

4. Não haverá lugar à dedução prevista no número 1 se o sujeito passivo o requerer e demonstrar que a execução se encontra suspensa ao abrigo do artigo 117º do Código de Processo Tributário ou, não havendo ainda execução, se demonstrar que se encontra pendente reclamação, recurso hierárquico, ou impugnação judicial e preste garantia por montante até ao valor do reembolso.

5. O reembolso será pago no prazo de 30 dias a contar da apresentação do requerimento previsto no número anterior, libertando-se de imediato a garantia referida na parte final do mesmo número após a decisão tornada definitiva no processo administrativo ou transitado em julgado o processo judicial, quando favoráveis ao sujeito passivo.

6. Não sendo a decisão favorável ao sujeito passivo, a garantia prevista na parte final do número 4 reverterá a favor do pagamento do imposto que ainda se encontrar em dívida.

Artigo 74º

(Reclamação em caso de presunções)

1. A liquidação com base em presunções ou estimativas far-se-á nos casos em que exista carência de elementos que permitam apurar claramente o imposto, e nomeadamente quando se verifique:

- a) Inexistência de contabilidade ou dos livros de registo, legalmente exigidos, bem como a falta, atraso ou irregularidades na sua execução, escrituração ou organização;
- b) Recusa de exibição da contabilidade, dos livros de registo e demais documentos de suporte legalmente exigidos e, bem assim, a sua ocultação, inutilização, falsificação ou viciação;
- c) Existência de diversas contabilidades ou grupos de livros de registo, com o propósito de dissimular a realidade perante a Direcção Geral das Contribuições e Impostos;
- d) Existência de erros ou inexactidões no registo das operações ou indícios seguros de que a contabilidade ou os livros não reflectem a exacta situação patrimonial e as operações efectivamente realizadas.

2. Quando os serviços fiscais procedam à rectificação de declarações ou a liquidações officiosas e houver necessidade de recorrer a presunções ou estimativas, nos termos do número anterior, poderão os sujeitos passivos reclamar para o chefe da Repartição de Finanças competente, nos termos das disposições constantes dos números seguintes.

3. As reclamações têm efeito suspensivo e devem ser apresentadas na Repartição de Finanças da área do domicílio ou sede do sujeito passivo, no prazo de 15 dias a contar da data da notificação a que se refere o artigo 24º, por meio de requerimento em que se aleguem os respectivos fundamentos, sob pena de serem liminarmente rejeitadas.

4. Depois de informadas pelos serviços de fiscalização as reclamações serão apreciadas pelo chefe da Repartição de Finanças competente, a quem incumbirá, no prazo de 30 dias a contar da sua apresentação:

- a) Se entender que são procedentes no todo ou em parte, rever a decisão, fixando novos montantes de imposto;
- b) Se entender que as mesmas não são procedentes, remetê-las às comissões a que se refere o artigo 38º n.º 5 do Código do Processo Tributário, acompanhadas do seu parecer e dos demais elementos de que disponha para a sua apreciação.

5. Da decisão proferida nos termos da alínea *a*) do número anterior que só atenda em parte a reclamação do sujeito passivo será este notificado nos termos estabelecidos no Código do Processo Tributário.

6. Se o sujeito passivo não aceitar a decisão, deverá comunicá-lo por escrito nos oito dias imediatos ao da notificação, ao chefe da Repartição de Finanças competente, que, no prazo de dez dias a contar da recepção, enviará a reclamação acompanhada dos elementos de que disponha para a sua apreciação, às comissões referidas na alínea *b*) do número 4, a fim de ser por estas decidida no prazo de vinte dias.

7. Para efeitos do disposto neste artigo não são consideradas presunções ou estimativas as correcções meramente aritméticas que resultem de imperativo contido neste diploma, nem as que possam ser objecto, de acordo com as leis tributárias, de recurso hierárquico com efeito suspensivo da liquidação.

Artigo 75º

(Decisão)

1. Tornada definitiva a decisão do chefe da Repartição de Finanças ou a deliberação das comissões referidas no artigo anterior, considerar-se-á definitivamente efectuada a liquidação do imposto, notificando-se o sujeito passivo nos termos e para os efeitos do artigo 24º.

2. Quando as reclamações dos sujeitos passivos forem manifestamente destituídas de fundamento, a entidade competente para a decisão aplicará um agravamento até 10% do valor do imposto que a mais vier a ser liquidado.

3. A importância resultante da aplicação do agravamento fixado nos termos do número anterior será paga juntamente com o imposto.

Artigo 76º

(Recurso para o Tribunal)

A fixação definitiva do imposto, efectuada nos termos dos artigos 74º e 75º, não é susceptível de impugnação judicial autónoma, sem prejuízo de na reclamação ou impugnação da liquidação poder ser invocada qualquer ilegalidade ou a sua errónea quantificação.

Artigo 77º

(Entrega de declaração sem meio de pagamento)

1. Quando a declaração a que se referem os artigos 37º e 38º for apresentada sem o respectivo meio de pagamento ou este se mostre insuficiente face ao valor nele apurado, o pagamento do imposto devido poderá, ainda, ser efectuado durante os trinta dias seguintes ao da apresentação da declaração acrescentado à quantia a pagar os correspondentes juros de mora calculados nos termos do Código Geral Tributário, sem prejuízo da aplicação da coima.

2. Decorrido o prazo referido no número anterior sem que seja pago o imposto apurado pelo sujeito passivo e constante da respectiva declaração oportunamente, apresentada, proceder-se-á à extracção da certidão de dívida para cobrança coerciva do imposto.

Artigo 78º

(Caducidade)

1. O direito à liquidação do IVA caduca se não for exercido até ao termo do quinto ano civil seguinte àquele em que se verificou a sua exigibilidade.

2. Até final do período referido no número anterior, as rectificações e as liquidações officiosas podem ser integradas ou modificadas com base no conhecimento ulterior de novos elementos.

3. A notificação do apuramento do imposto nos termos do número anterior deverá indicar, sob pena de nulidade, os novos elementos chegados ao conhecimento da Administração Fiscal.

4. Não se procederá a qualquer liquidação quando o seu quantitativo seja inferior a 500 escudos.

Artigo 79º

(Agregação de liquidações)

As liquidações referidas nos artigos 71º e 72º poderão ser agregadas por anos civis num único documento de cobrança.

Artigo 80º

(Atraso na liquidação ou no pagamento)

1. Sempre que, por facto imputável aos sujeitos passivos, for retardada a liquidação ou tenha sido recebido reembolso superior ao devido, acrescerão ao montante do imposto os juros a que se refere o artigo 68º do Código Geral Tributário, sem prejuízo da multa cominada ao infractor.

2. Os juros referidos no número anterior serão contados dia a dia:

- a) No caso de atraso na liquidação em consequência da não apresentação ou apresentação fora de prazo da declaração a que se refere o artigo 37º, desde o termo do prazo em que o deveria ter sido até ao momento em que o seja;
- b) No caso de atraso na liquidação em consequência de erros evidenciados na declaração ou de falta apurada em acção de fiscalização, desde a data da apresentação da declaração que evidencia as omissões ou inexactidões até ao momento em que seja efectuada a correspondente liquidação adicional pelos serviços competentes;
- c) No caso de recebimento de reembolso indevido, desde a data deste até à data do suprimento ou correcção da falta que o motivou.

3. Sempre que houver atraso na entrega do imposto liquidado pelos serviços contar-se-ão juros de mora previstos no artigo 76º do Código Geral Tributário, desde o termo do prazo para o pagamento até à data em que o mesmo for efectuado.

CAPÍTULO VIII

Garantias dos sujeitos passivos

Artigo 81º

(Reclamações)

1. Os sujeitos passivos e as pessoas solidária ou subsidiariamente responsáveis pelo pagamento do imposto poderão reclamar ou impugnar da respectiva liquidação, com os fundamentos e nos termos estabelecidos no Código de Processo Tributário.

2. As reclamações ou recursos não serão admitidos se as liquidações forem ainda susceptíveis de correcção nos termos do artigo 65º ou se não tiver sido entregue a declaração periódica cuja falta originou a liquidação prevista no artigo 71º.

3. As liquidações só poderão ser anuladas quando esteja provado que o imposto não foi incluído na factura ou documento equivalente passado ao adquirente nos termos do artigo 33º.

4. Os prazos para as reclamações ou recursos previstos no número 2 contar-se-ão a partir do dia imediato àquele em que se esgotem as possibilidades de correcção constantes dos números 3 e 6 do artigo 65º.

5. As notificações efectuadas nos termos dos artigos 72º, número 1, 73º, número 2, e 75º, número 1, deverão indicar as razões de facto e de direito da determinação da dívida do imposto, bem como os critérios e cálculos subjacentes aos montantes apurados.

Artigo 82º

(Anulação oficiosa do imposto)

1. Quando, por motivos imputáveis aos serviços, tenha sido liquidado imposto superior ao devido, não tendo ainda decorrido cinco anos sobre o pagamento ou, na sua falta, sobre a abertura dos cofres para cobrança virtual, proceder-se-á a anulação oficiosa da parte do imposto que se mostrar indevido.

2. Sem prejuízo de disposições especiais, o direito a dedução ou ao reembolso do imposto entregue em excesso só poderá ser exercido até ao decurso de cinco anos após o nascimento do direito à dedução ou pagamento em excesso do imposto, respectivamente.

3. Não se procederá a anulação quando o seu quantitativo seja inferior a 500 escudos.

Artigo 83º

(Anulação da liquidação)

1. Anulada a liquidação, quer oficiosamente quer por decisão do tribunal competente, com trânsito em julgado, restituir-se-á a respectiva importância mediante o processamento do correspondente título de crédito.

2. Contar-se-ão juros a favor do beneficiário da restituição sempre que, tendo sido pago o imposto, a Administração Fiscal seja convencida em reclamação ou impugnação, de que houve erro de facto imputável aos serviços.

3. Os juros são contados dia a dia, desde a data do pagamento do imposto até à data do processamento do título e acrescidos à importância deste.

CAPÍTULO IX

Disposições finais

Artigo 84º

(Prova da entrega de declarações ou outros documentos)

Quando a lei mande efectuar a entrega de declarações ou outros documentos em mais de um exemplar, um deles deverá ser devolvido ao apresentante com menção de recibo.

Artigo 85º

(Remessa pelo correio)

As declarações que, segundo a lei, devam ser apresentadas na Repartição de Finanças, bem como os documentos de qualquer outra natureza exigidos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, podem ser remetidos pelo correio, sob registo postal, acompanhados de um sobrescrito, devidamente endereçado e franquiado, para a devolução imediata, também sob registo, dos duplicados ou dos documentos, quando for caso disso.

Artigo 86º

(Fiscalização da circulação de mercadorias medidas fiscais para o uso de máquinas registadoras)

Para efeitos do disposto no artigo 68º poderá o Governo produzir, através de Decreto-Lei, regulamentação adequada sobre as seguintes matérias:

- a) Sujeitar à fiscalização a circulação de mercadorias;
- b) Disciplinar o recurso à utilização de máquinas registadoras, para efeitos deste imposto, sempre que os respectivos talões dispensem a emissão de facturas.

Alterado pela Lei nº 48/VI /2004, de 26 de Julho.

Alterado pelo artigo 49º da Lei nº 20/VII /2007, de 28 de Dezembro.

LISTA ANEXA

Bens sujeitos à isenção completa ou isenção com direito a dedução

	Designação	Classificação pautal
1 - Bens alimentares do n.º 28 do artigo 9º		
1.1 - Carnes e miudezas comestíveis de animais , das seguintes posições tarifárias:		
1.1.1 -	da espécie bovina, frescas , refrigeradas ou congeladas	0201.10.00 a 0202.30.00
1.1.2 -	da espécie suína, frescas , refrigeradas ou congeladas	0203.11.00 a 0203.29.00
1.1.3 -	da espécie ovina ou caprina, frescas , refrigeradas ou congeladas	0204.10.00 a 0204.50.00
1.1.4 -	De aves de capoeira (galos, galinhas, patos, gansos, perus, peruas e pintadas ou galinhas d' Angola das espécies domésticas)	0207.11.00 a 0207.36.00
1.1.5 -	Toucinho sem partes magras, gorduras de porco e de aves domésticas, não fundidas, frescos, refrigerados, congelados, salgados ou em salmoura, secos ou fumados	0209.00.00
1.1.6 -	Carnes e miudezas comestíveis , salgadas ou em salmoura, da espécie bovina e suína	0210.11.00 a 0210.20.00
1.2 - Peixes das seguintes posições tarifárias:		
1.2.1 - 1.2.1.1 - 1.2.1.2 - 1.2.1.3 -	Dos seguintes peixes frescos , refrigerados ou congelados, excepto filetes de peixe , fígados, ovas e sémen - atuns e bonitos - arenques - cavalas, cavalinhas e sardas	0302.31.00 a 0302.39.00 0303.41.00 a 0303.49.00 0302.40.00 0303.50.00 0302.64.00 0303.74.00
1.2.2 -	Peixes defumados, mesmo em filetes, excepto Salmões do Pacífico e Salmões do Danúbio	0305.42.00 0305.49.00
1.2.3 -	Peixes secos , mesmo salgados mas não fumados excepto bacalhau	0305.59.00
1.2.4 -	Peixes salgados, não secos nem defumados, e peixes em salmoura, excepto bacalhau, biqueirões ou anchovas	0305.61.00 0305.69.00
1.3 - Leite e lacticínios e ovos de aves das Seguintes posições tarifárias:		
1.3.1 - 1.3.2 -	Leite e nata, não concentrados nem adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, e em pó, grânulos ou outras formas sólidas Leite e nata, concentrados ou adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes.	0401.10.00 a 0401.30.00 0402.10.10 a 0402.99.00

1.3.3 -	Leitelho, leite e nata coalhados, iogurte, quefir e outros leites ou natas fermentados ou acidificados, mesmo concentrados ou adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, ou aromatizados ou adicionados de frutas ou de cacau	0403.10.10 0403.10.20 0403.10.30 0403.10.90 0403.90.00
1.3.4 -	Manteiga e outras matérias gordas provenientes do leite	0405.10.00 a 0405.90.00
1.3.5 -	Queijos e requeijão	0406.10.00 a 0406.90.00
1.3.6 -	Ovos de aves, com casca, frescos, conservados ou cozidos, excepto ovos completos para incubação	0407.00.00 .90
1.4 - Legumes e produtos hortícolas das seguintes posições tarifárias:		
1.4.1 -	Batatas, frescas ou refrigeradas, excepto batata de semente	0701.90.00
1.4.2 -	Tomates, frescos ou refrigerados	0702.00.00
1.4.3 -	Cebolas, chalotas, alho comum, alho-porro e outros produtos hortícolas aliáceos, frescos ou refrigerados	0703.10.00 a 0703.90.00
1.4.4 -	Couves, couve-flor, repolho ou couve frisada, couve-rábano e produtos comestíveis semelhantes do género Brassica, frescos ou refrigerados	0704.10.00 a 0704.90.00
1.4.5 -	Alface e chicórias, frescas ou refrigeradas	0705.11.00 a 0705.29.00
1.4.6 -	Cenouras, nabos, beterrabas para salada, cercefi, aipo-rábano, rabanetes e raízes comestíveis semelhantes, frescos ou refrigerados	0706.10.00 0706.90.00
1.4.7 -	Pepinos e pepininhos (cornichões) frescos ou refrigerados	0707.00.00
1.4.8 -	Legumes de vagem, com ou sem vagem, frescos ou refrigerados	0708.10.00 a 0708.90.00
1.4.9	Pimentos dos géneros Capsicum ou Pimenta	0709.60.00
1.4.10 -	Legumes de vagem, secos, em grão, mesmo pelados ou partidos, excepto grão de bico	0713.10.00 a 0713.90.00
1.4.11	Raízes de mandioca Batatas doces Inhames	0714.10.00 0714.20.00 0714.90.10
1.5 - Frutas		
1.5.1 -	Bananas frescas	0803.00.10 0803.00.20
1.5.2 -	Goiabas, mangas e mangostões, frescos ou secos	0804.50.10 0804.50.90
1.5.3 -	Citrinos, frescos ou secos	0805.10.00 a 0805.90.00
1.5.4 -	Uvas frescas	0806.10.00

1.5.5 -	Melões, melancias e papaias ou mamões , frescos	0807.11.00 a 0807.20.00
1.5.6 -	Maçãs, peras e marmelos frescos	0808.10.00 0808.20.00
1.5.7 -	Damascos, cerejas, pêsegos (incluídas as nectarinas), ameixas e abrunhos, frescos	0809.10.00 a 0809.40.00
1.5.8 -	Outras frutas frescas: - morangos - framboesas, amoras, incluídas as silvestres, e amoras-framboesas - groselhas, incluído o «cassis» - airelas, mirtos e outras frutas -kiwis -outras	0810.10.00 0810.20.00 0810.30.00 0810.40.00 0810.50.00 0810.90.00
1.6 - Cereais das seguintes posições tarifárias		
1.6.1 -	Trigo	1001.90.00
1.6.2 -	Farinha de Trigo	1001.00.00
1.6.3 -	Milho, excepto para sementeira e para pipocas	1005.90.00
1.6.4 -	Arroz	1006.10.90 a 1006.40.00
1.6.5 -	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose, quimicamente pura, no estado sólido	1701.11.00 a 1701.99.90
1.6.6 -	Pão ordinário	1905.90.00.91
1.7 - Gorduras e óleos gordos das seguintes posições tarifárias:		
1.7.1 -	Gorduras de porco (inclusive banha de porco)	1501.00.00
1.7.2 -	Óleo de soja e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados, excepto em bruto	1507.90.00
1.7.3 -	Óleo de amendoim e respectivas fracções, mesmo refinados mas não quimicamente modificados, excepto em bruto	1508.90.10 1508.90.90
17.4 -	Azeite de oliveira e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados: - virgens; - outros: - acondicionado para venda a retalho em embalagens imediatas de conteúdo até 5 litros; - outros	1509.10.00 a 1509.90.90
1.7.5 -	Óleos de girassol ou de cártamo, e respectivas fracções, mesmo refinados mas não quimicamente modificados, excepto em bruto	1512.19.00
1.7.6 -	Margarina, excepto a margarina líquida	1517.10.00
2 - Bens do n.º 15 do artigo 9º		
	Designação	Classificação pautal
2.1 -	Livros, brochuras e impressos semelhantes, mesmo em folhas soltas	4901.10.00 a 4901.99.90
2.2 -	Jornais e publicações periódicas, impressos, mesmo ilustrados ou contendo publicidade	4902.10.00 4902.90.00
2.3 -	Álbuns ou livros de ilustrações e álbuns para desenhar ou colorir, para crianças	4903.00.00

2.4 -	Música manuscrita ou impressa, ilustrada ou não, mesmo encadernada	4904.00.00
2.5 -	Obras cartográficas de qualquer espécie, incluídas as cartas murais, as plantas topográficas e os globos, impressos	4905.10.00 a 4905.99.00
3 - Bens do n.º 29 do artigo 9º		
	Designação	Classificação pautal
3.1 -	Provitaminas e Vitaminas, naturais ou sintéticas (incluídos ou concentrados naturais), bem como os seus derivados utilizados principalmente como vitaminas, misturados ou não entre si, mesmo em quaisquer soluções	2936.10.00 a 2936.90.00
3.2 -	Medicamentos e produtos farmacêuticos	3001.10.00 a 3006.60.00
3.3 -	Chapas para Raio X	3701.10.00
3.4 -	Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária, incluídos os aparelhos de cintilografia e outros aparelhos electromédicos, bem como os aparelhos para testes visuais	9018.11.00 a 90.18.90.00
3.5 -	Aparelhos de mecanoterapia; aparelhos de massagem; aparelhos de psicotécnica; aparelhos de ozonoterapia, de oxigenoterapia, de aerosolterapia, aparelhos respiratórios de reanimação e outros aparelhos de terapia respiratória	9019.10.00 e 9019.20.00
3.6 -	Artigos e aparelhos ortopédicos, incluídas as cintas e fundas médico-cirúrgicas e as muletas; talas, goteiras e outros artigos e aparelhos para fracturas; artigos e aparelhos de prótese; aparelhos para facilitar a audição de surdos e outros aparelhos para compensar deficiências ou enfermidades, que se destinam a ser transportados a mão ou sobre as pessoas ou a ser implantados no organismo	9021.11.00 a 9021.90.00
3.7 -	Aparelhos de raios X e aparelhos que utilizem as radiações alfa, beta ou gama, mesmo para usos médicos, cirúrgicos, odontológicos ou veterinários, incluídos os aparelhos de radiografia ou de radioterapia, os tubos de raios X e outros dispositivos geradores de raios X, os geradores de tensão, as mesas de comando, as telas de visualização, as mesas, poltronas e suportes semelhantes para exame ou tratamento	9022.12.00 a 9022.90.00
3.8 -	Termómetros e pirómetros, não combinados com outros instrumentos	9025.11.00 a 9025.19.00

4- Bens do n.º 32 e 33 do artigo 9º		
	Designação	Classificação pautal
4.1 -	Ovos completos para incubação	0407.00.00
4.2 -	Batata de semente	0701.10.00
4.3 -	Milho para sementeira	1005.10.00
4.4 -	Bolbos, tubérculos, raízes tuberosas, rebentos e rizomas em repouso vegetativo, em vegetação ou em flor; mudas, plantas e raízes de chicória	0601.10.00 0601.20.00
4.5 -	Outras plantas vivas (incluídas as suas raízes), estacas e enxertos; micélios de cogumelos	0602.10.00 a 0602.90.00

4.6 -	Sementes de Plantas Hortícolas	1209.91.00
4.7 -	Palhas e cascas de cereais, mesmo picadas, moídas, prensadas ou em pellets	1213.00.00
4.8 -	Rutabagas, beterrabas forrageiras, raízes forrageiras, feno, luzerna, trevo, sanfeno, couves forrageiras, tremço, ervilhaca e produtos forrageiros semelhantes, mesmo em pellets	1214.10.00 1214.90.00
4.9 -	Farinhas, Pó e Pallets, de peixes ou crustáceos, moluscos ou outros invertebrados	2301.20.00
4.10 -	Bagaços e outros resíduos sólidos, mesmo triturados ou em pallets, da extracção de gorduras ou óleos	2304.00.00 a 2306.90.00
4.11 -	Matérias vegetais e desperdícios vegetais, resíduos e subprodutos vegetais, mesmo em pellets, dos tipos utilizados na alimentação de animais	2308.10.00 2308.90.00
4.12	Preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais, excepto para cães e gatos	2309.90.10 2309.90.90
4.13 -	Sal em blocos comprimidos para alimentação de animais	2501.00.30
4.14 -	Adubos e fertilizantes	3101.00.00 a 3105.90.00
4.15 -	Insecticidas, fungicidas, herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas	3808.10.10 a 3808.30.00
4.16 -	Pás, enxadões, picaretas, enxadas, forcados, ancinhos e raspadeiras; machados, podões e ferramentas semelhantes com gume; tesouras de podar de todos os tipos; foices e foicinhas, facas para feno ou palha, tesouras para sebes, cunhas e outras ferramentas manuais para a agricultura, horticultura ou silvicultura	8201.10.00 a 8201.90.00
4.17 -	Elevadores de líquidos	8413.82.00
4.18 -	Máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola ou florestal, para preparação ou trabalho do solo ou para cultura; rolos para relvados (gramados) ou para campos de desporto	8432.10.00 a 8432.90.00
4.19 -	Máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, incluídas as enfardadoras de palha ou forragem; cortadores de relva e ceifeiras,	8433.11.00 a 8433.59.00 8433.90.00
4.20 -	Chocadeiras e criadeiras	8436.21.00
4.21 -	Motocultores	8701.10.00
4.22 -	Animais vivos das espécies cavalar, asinina e muar, bovina, suína, ovina e caprina, galos, galinhas, patos, gansos, perús, peruas e pintadas ou galinhas d'Angola das espécies domésticas	0101.11.00 a 0105.99.00
5- Bens do n.º 35 do artigo 9º		
5.1-	Redes confeccionadas para pesca	5608.90.10
5.2 -	Canas de pesca	9507.10.00
5.3 -	Anzóis, mesmo montados em Terminais	9507.20.00
5.4 -	Carretos (molinetes) de pesca	9507.30.00
5.5 -	Outros artigos de pesca	9507.90.00

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto nº 8/2013

de 27 de Dezembro

Nos termos do artigo 37.º, nº 2 da Lei n.º 23/VIII/2012, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano económico de 2013, foi autorizado o Governo de Cabo Verde a proceder à contratação de novos empréstimos, no quadro do financiamento do Orçamento do Estado.

Com vista a financiar o Projecto de Implementação do Parque Tecnológico, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) decidiu conceder ao país um empréstimo, nos termos e condições previstas no Acordo de Empréstimo anexo ao presente decreto.

O referido Projecto pretende contribuir para o desenvolvimento sustentável da República de Cabo Verde apoiando a indústria da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), e tem por objectivos, dentre outros: promover a competitividade económica do tecido empresarial de Cabo Verde e atrair empresas inovadoras e empreendedores para sediarem os seus negócios e as suas iniciativas em Cabo Verde; promover a integração efectiva da economia de Cabo Verde na economia global do conhecimento, incluindo a aproximação económica da diáspora; dinamizar a criação de um Cluster de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) reconhecido internacionalmente como referência em determinados nichos de mercado; posicionar Cabo Verde como Centro Internacional de Prestação de Serviços; posicionar Cabo Verde como Gateway para África.

Neste quadro, a implementação do Parque Tecnológico compreende a construção e o equipamento de um Centro de Dados, um Plano de Continuidade das Actividades ou local de Recuperação de Desastres, um Centro de Empresas e Instalações Comuns, um Centro de Incubação e um Centro de Formação e Qualificação.

Considerando a importância do referido Programa para a economia cabo-verdiana;

No uso da faculdade conferida pela alínea *d*) do n.º 2 do artigo 204.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Aprovação

É aprovado o Acordo de Empréstimo entre o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a República de Cabo Verde num montante total de € 31.590.000,00 (trinta e um milhões e quinhentos e noventa mil euros), quantia equivalente, em moeda nacional, a ECV 3.483.271.350\$00 (três bilhões, quatrocentos e oitenta e três milhões, duzentos e setenta e um mil, e trezentos e cinquenta escudos cabo-verdianos), assinado na cidade

da Praia a 1 de Outubro de 2013, cujos textos na versão autêntica em língua inglesa, bem como a respectiva tradução em língua portuguesa, se publicam em anexo e fazem parte integrante do presente diploma.

Artigo 2.º

Utilização dos fundos

O Governo de Cabo Verde deve fazer o uso do empréstimo em estreita observância dos requisitos e condições previstas no Acordo de Empréstimo, no âmbito do Projecto de Implementação do Parque Tecnológico.

Artigo 3.º

(Prazo e amortização)

O Estado de Cabo Verde deve reembolsar o principal do empréstimo num período de 15 (quinze) anos, a contar do término de um período de carência de 5 (cinco) anos, que inicia a partir da data de assinatura do Acordo de Empréstimo, em trinta prestações semestrais, iguais e consecutivas, sempre a 15 de Abril e 15 de Outubro, conforme for o caso, qualquer das datas imediatamente subsequente à expiração do período de carência.

Artigo 4.º

Juros e comissões

O crédito concedido no âmbito do Acordo de Empréstimo está sujeito ao pagamento de juros e comissões nos termos e condições estipulados no ARTIGO III do Acordo de Empréstimo.

Artigo 5.º

Poderes

São conferidos ao membro do Governo responsável pela área das Finanças, com a faculdade de subdelegar, os poderes necessários para representar o Governo de Cabo Verde junto ao BAD.

Artigo 6.º

Produção de efeitos

O Acordo de Empréstimo a que se refere o artigo 1.º do presente diploma produz efeitos em conformidade com o que nele se estipula.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

Este diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Dezembro de 2013.

José Maria Pereira Neves – Cristina Isabel Lopes da Silva Monteiro Duarte.

ACORDO DE EMPRÉSTIMO ENTRE A REPÚBLICA
DE CABO VERDE E O BANCO AFRICANO DE
DESENVOLVIMENTO

PROJECTO DO PARQUE TECNOLÓGICO

PROJECTO Nº: P-CV-G00-002

EMPRÉSTIMO Nº 2000130010633

Este ACORDO DE EMPRÉSTIMO (doravante designado como “o Acordo”) celebrado no dia 30 de Setembro de 2013, entre a REPÚBLICA DE CABO VERDE (doravante designado como “o Devedor”) e o BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (doravante designado como “o Banco”).

1. CONSIDERANDO QUE o Devedor solicitou ao Banco para financiar a totalidade dos custos em moeda estrangeira e parte dos custos em moeda nacional, do Projecto do Parque Tecnológico (doravante designado como o “Projecto” conforme descrito no Anexo 1 do presente Acordo), concedendo um Empréstimo ao Devedor no montante abaixo especificado;

2. CONSIDERANDO QUE o Projecto é tecnicamente realizável e economicamente viável;

3. CONSIDERANDO QUE o Núcleo Operacional da Sociedade de Informação (NOSI) deverá ser a Agência Executora do Projecto.

4. CONSIDERANDO QUE o Banco concordou com base, inter alia, no supracitado em conceder um Empréstimo ao Devedor, em conformidade com os termos e condições abaixo estabelecido;

EM TESTEMUNHO DO AQUI DISPOSTO, as partes do presente Acordo acordam, como segue:

ARTIGO 1

CONDIÇÕES GERAIS - DEFINIÇÕES

Secção 1.01. Condições Gerais. As partes do presente Acordo aceitam as disposições das Condições Gerais Aplicáveis aos Acordos de Empréstimo e aos Acordos de Garantia do Banco, conforme periodicamente emendadas (doravante designadas como “Condições Gerais”), com o mesmo vigor como se essas Condições estivessem completamente estabelecidas no presente Acordo. No caso de uma inconsistência entre qualquer disposição do presente Acordo e as Condições Gerais, as disposições deste Acordo devem prevalecer.

Secção 1.02. Definições. Sempre que utilizados no presente Acordo, a menos que o contexto assim o exija, os vários termos definidos nas Condições Gerais deverão ter os respectivos significados infra estabelecidos e os seguintes termos adicionais têm os seguintes significados:

(i) “**Acordo**” deverá significar este Acordo de Empréstimo bem como quaisquer emendas, modificações, revisões e anexos que estão infra incluídos ou que possam periodicamente ser feitos no presente Acordo de Empréstimo.

(ii) “**Dia Útil**” deverá significar qualquer dia do calendário anual, excepto Sábado ou Domingo, durante o qual os bancos ou os mercados monetários estão abertos em qualquer local e para qualquer transacção necessária para a realização dos objectivos do presente Acordo de Empréstimo;

(iii) “**Data de Enceramento**” deverá significar a 31 de Dezembro de 2018 ou qualquer outra data posterior que deverá ser acordado por escrito entre o Banco e o Devedor;

(iv) “**Data de Assinatura**” deverá significar a data na qual o presente Acordo foi assinado e que figura na frase inicial do Preâmbulo do presente Acordo;

(v) “**Empréstimo Acrescido de um Spread Variável**” deverá significar um Empréstimo composto por uma Taxa de Base Flutuante, com uma opção livre de fixação da taxa de base a pedido do Devedor, acrescido da Margem do Empréstimo e da Margem sobre o Custo do Empréstimo.

(vi) “**Euribor**” deverá significar, em relação a cada Período de Juros, a taxa de oferta semestral no Mercado Interbancário do Euro para depósitos em Euro, para um período de seis (6) meses, conforme publicado pela Federação Bancária Europeia às 11:00 horas (hora de Bruxelas) na REUTERS dois (2) dias úteis antes de 1 de Fevereiro e 1 de Agosto.

(vii) “**Data de Reinício da Euribor**” deverá significar 1 de Fevereiro e 1 de Agosto;

(viii) “**Euro**” deverá significar a unidade monetária legal da União Europeia, ou qualquer unidade monetária que suceda o Euro;

(ix) “**Taxa de Base Fixa**” deverá significar a taxa de swap amortizável do mercado interbancário calculado com base no calendário de amortização do principal de um desembolso em particular do Empréstimo;

(x) “**Data da Taxa de Base Fixa**” deverá significar qualquer data especificada pelo Devedor, subsequente à data na qual é atingida o Montante Mínimo para Fixação da Taxa de Juros, na qual o Banco – mediante pedido do Devedor, recebido a pelo menos (2) Dias Úteis anteriores à data prevista do desembolso – calcula a Taxa aplicável de Base Fixa;

(xi) “**Taxa de Base Flutuante**” deverá significar a “EURIBOR” a seis (6) meses denominada taxa flutuante, estabelecida em cada Data de Reinício da EURIBOR;

(xii) “**Margem de Custo do Empréstimo**” deverá significar a média semestral ponderada da diferença entre: (i) a taxa de refinanciamento do Banco bem como aos empréstimos vincula-

dos à EURIBOR a 6 meses e alocados a todos os seus empréstimos a juros flutuantes denominados em Euro; e (ii) a EURIBOR a 6 meses que cessa a 30 de Junho e 31 de Dezembro. Este spread deverá se aplicar à EURIBOR a seis (6) meses fixada a 1 de Fevereiro e 1 de Agosto. A Margem de Custo do Empréstimo deverá ser calculada duas vezes ao ano, a 1 de Janeiro para o semestre que encerra a 31 de Dezembro e a 1 de Julho para o semestre que encerra a 30 de Junho;

- (xiii) “**Período de Carência**” deverá significar o período de cinco (5) anos iniciando a partir da Data de Assinatura do presente Acordo durante o qual apenas os juros e o pré-pagamento do prêmio, caso for aplicável, deverão ser exigíveis excepto no caso de aceleração da maturidade do Empréstimo, período no qual o principal deverá ser exigível;
- (xiv) “**Período de Juros**” deverá significar o período de seis (6) meses iniciando a 1 de Fevereiro e 1 de Agosto. O primeiro Período de Juros deverá começar a contar a partir da data do desembolso do empréstimo até 1 de Fevereiro ou 1 de Agosto, quaisquer das datas subsequentes ao desembolso. Daí em diante, cada Período de Juros deverá começar a contar a partir da data de expiração do precedente Período de Juros, mesmo que o primeiro dia desse Período de Juros não for um Dia Útil. Não obstante o que precede, qualquer período inferior a seis (6) meses decorrido a partir da data de um desembolso até 1 de Fevereiro ou 1 de Agosto imediatamente subsequente a esse desembolso deverá ser considerado um Período de Juros;
- (xv) “**Margem do Empréstimo**” deverá significar sessenta pontos de base (0,60%) por ano;
- (xvi) “**Empréstimo**” deverá significar o montante máximo de fundos concedidos pelo Banco em virtude do presente Acordo e especificado na Secção 2.01 do presente Acordo;
- (xvii) “**Montante Mínimo para Fixação da Taxa de Juros**” deverá significar um ou vários desembolsos do montante total, que é pelo menos igual a três milhões e quinhentos mil euros (3 500 000 EUR), na Data de Taxa de Base Fixa; e
- (xviii) “**Projecto**” significa o projecto pelo qual este Empréstimo é concedido conforme descrito no Anexo I do presente Acordo.

ARTIGO II

O Empréstimo

Secção 2.01. Montante. O Banco acorda em emprestar ao Devedor um montante total de trinta e um milhões e quinhentos e noventa mil de euros (31 590 000 EUR) (doravante designado de “Empréstimo”).

Secção 2.02. Objecto. O objectivo do Empréstimo é financiar a totalidade dos custos em moeda estrangeira e uma parte dos custos em moeda nacional do Projecto.

Secção 2.03. Alocação. O Empréstimo deverá ser alocado na categoria das despesas do Projecto, em conformidade com o Anexo II do presente Acordo.

Secção 2.04. Tipo de Empréstimo. O Empréstimo deverá ser um Empréstimo Acrescido de um Spread Variável conforme infra descrito no Anexo III.

ARTIGO III

Juros, reembolso do principal e datas e moeda de pagamento

Secção 3.01. Taxa de Juros.

- (a) Qualquer desembolso(s) feito a partir da Data de Assinatura, e de um montante agregado que é menor que o Montante Mínimo para Fixação da Taxa de Juros (3 500 000 EUR), deverá suportar a Taxa de Base Flutuante até ao período, conforme forem reembolsados na totalidade ou fazerem parte do Montante Mínimo para Fixação da Taxa de Juros, pelo qual uma Taxa de Base Fixa é estabelecida pelo Banco mediante pedido do Devedor.
- (b) A Taxa de Base Fixa será calculada e cotada a pedido do Devedor no prazo de cinco (5) dias úteis subsequentes à confirmação do Banco da recepção do pedido do Devedor. O Banco deverá confirmar essa recepção no prazo de dois (2) dias úteis, a Taxa de Base Flutuante deverá se aplicar aos montantes cumulativos desembolsados que não estão sujeitos à Taxa de Base Fixa;
- (c) Até a aplicação da Taxa de Base Fixa, o montante do Empréstimo periodicamente desembolsado e pendente deverá ser sujeito, bem como a cada Período de Juros, a uma taxa de juros igual à da Taxa de Base Flutuante (ou a alternada determinada pela Secção 3.02) acrescido da Margem de Empréstimo e a Margem de Custo do Empréstimo. A taxa de juros irá reiniciar, a 1 de Fevereiro e a 1 de Agosto de cada ano e deverá ser paga semestralmente a 15 de Abril e 15 de Outubro; e
- (d) A partir da Aplicação da Taxa de Base Fixa, cuja data efectiva deverá ser notificada ao Devedor pelo Banco, o montante do Empréstimo periodicamente desembolsado e pendente deverá estar sujeito, bem como a cada Período de Juros, a uma taxa de juros igual à Taxa de Juros Fixa (ou a alternada determinada pela Secção 3.02) acrescido da Margem de Empréstimo e da Margem de Custo do Empréstimo.

Secção 3.02. Taxa de Juros de Substituição. Se, no caso de uma perturbação no mercado, o Banco não poder determinar ou calcular a Taxa de Base Flutuante ou a Taxa de Base Fixa, conforme estabelecida na preceden-

te Secção 3.01, o Banco deverá prontamente notificar o Devedor dessa circunstância. O Banco deverá então aconselhar-se com o Devedor a fim de acordarem numa taxa de juros substituta – em conformidade com a Secção 3.03, parágrafos *b*) e *c*) das Condições Gerais – permitindo ao Banco de manter a mesma margem conforme especificada na Secção 3.01 do presente Acordo.

Secção 3.03. Cálculo dos Juros. Os Juros para o Empréstimo deverão ser calculados numa base diária e, para esse objectivo, cada ano deverá ser considerado como contendo trezentos e sessenta e cinco (365) dias. O Banco deverá notificar o Devedor da taxa de juros aplicável a cada Período de Juros antes do início do Período de Juros relevante.

Secção 3.04. Datas de Pagamento. O principal do Empréstimo e juros supra referidos deverão ser exigíveis semestralmente a 15 de Abril e 15 de Outubro de cada ano.

Secção 3.05. Reembolso do Principal.

(a) Reembolso: O Devedor deverá reembolsar o principal do Empréstimo num período de quinze (15) anos após um período de carência de cinco (5) anos iniciando a partir da Data de Assinatura do presente Acordo, em trinta (30) semestrais prestações iguais e consecutivas. A primeira dessas prestações deverá ser exigível a 15 de Abril ou 15 de Outubro, conforme for o caso, qualquer das datas imediatamente subsequente à expiração do Período de Carência; e

(b) Pré-pagamento: Sujeito aos termos e condições estabelecidas na Secção 3.06 das Condições Gerais, o Devedor deverá ter o direito para reembolsar parte ou a totalidade do Empréstimo antes da sua maturidade. Excepto expressamente indicado, em contrário, pelo Devedor na sua notificação de pré-pagamento, montantes pré-pagos deverão ser aplicados *pro rata* a todas as maturidades pendentes do Empréstimo. Qualquer pré-pagamento parcial em relação a montantes de taxa de base fixa não deverá ser menor do que o Montante Mínimo para Fixação da Taxa de Base. Caso surgir qualquer custo inerente do subjacente swap, esse custo será cobrado ao Devedor.

Secção 3.06. Aplicação dos Pagamentos. Excepto se o Banco acordar em contrário, todos os pagamentos deverão ser aplicados primeiro ao pré-pagamento do prêmio, se aplicável, em segundo aos juros, e por último ao principal.

Secção 3.07. Moeda dos Desembolsos.

(a) Todos os desembolsos feitos pelo Banco ao Devedor deverão ser denominados em Euros;

(b) Não obstante as disposições da Secção 3.07, no caso de perturbação no mercado onde o Banco não pode adquirir Euros o Banco deverá, de acordo com os termos e condições da Secção 4.04 das Condições Gerais, prontamente no-

tificar o Devedor da sua incapacidade de ter acesso a, ou adquirir Euros imediatamente após tomar conhecimento dessa incapacidade e informar o Devedor sobre outras moedas disponíveis. Se no prazo de sessenta (60) dias subsequentes a essa notificação o Devedor e o Banco não chegarem a acordo na moeda de substituição, o Devedor e/ou o Banco podem cancelar a parcela não-desembolsada do Empréstimo para a qual não chegaram a um acordo bem como a moeda de substituição;

(c) No caso de chegarem a um acordo, a data da conversão entre Euros e a moeda de substituição deverá ser a data do desembolso dessa moeda de substituição;

(d) A taxa de juros aplicável aos montantes do Empréstimo, desembolsados na moeda de substituição, deverá ser a taxa de juros aplicável a outra moeda única de empréstimos de taxa flutuante nos termos comparáveis nessa moeda de substituição na altura do desembolso. O Banco deverá notificar devidamente o Devedor dessa taxa de juros;

(e) No caso de Euros ficarem disponíveis ao Banco, quaisquer desembolsos na moeda de substituição pode ser convertida em Euros pelo Banco a pedido do Devedor na taxa de câmbio em vigor na data dessa conversão;

(f) As partes expressamente acordam que as disposições da presente Secção 3.07 relacionadas com a moeda de substituição deverão igualmente aplicar onde o Banco não for capaz de aceder ou adquirir a moeda de substituição; e

(g) Não obstante as disposições da Secção 3.08 do presente Acordo, todos os fundos desembolsados na moeda de substituição deverão também ser reembolsados na moeda de substituição, salvo para desembolsos que foram convertidos em Euros em conformidade com a Secção 3.07 (e) que, para os objectivos deste parágrafo (g), deverão ser considerados como tendo sido desembolsados em Euros.

Secção 3.08. Moeda, Modo e Local dos Pagamentos. Todos os montantes devidos ao Banco nos termos e condições do presente Acordo deverão ser exigíveis em Euros em conformidade com as Condições Gerais. O Devedor não deverá ser isento das suas obrigações com o Banco até o montante total devido na moeda do desembolso estiver efectivamente à disposição do Banco em conformidade com a presente disposição.

ARTIGO IV

Condições prévias à entrada em vigor

Secção 4.01. Condição prévia à entrada em vigor. A entrada em vigor do presente Acordo de Empréstimo deverá estar sujeita ao cumprimento, pelo Devedor, das disposições da Secção 12.01 das Condições Gerais.

ARTIGO V

Condição prévia ao primeiro desembolso e outras condições

Secção 5.01. Condição Prévia ao Primeiro Desembolso. A obrigação do Banco para fazer o primeiro desembolso do Empréstimo deverá estar sujeita à entrada em vigor do presente Acordo conforme estabelecido na Secção 4.04.

Secção 5.02. Outras Condições. O Devedor deverá, na forma e conteúdo satisfatório para o Banco, cumprir as seguintes condições:

- (i) Fornecer, o mais tardar a seis meses após a entrada em vigor do presente Acordo, prova de recrutamento de um Coordenador de Projecto, um Oficial de Avaliação e Monitorização; um Contabilista; um Oficial de Aquisições Públicas; um Oficial Social e Ambiente, cujas habilitações e experiência deverão ser aceites pelo Banco;
- (ii) Fornecer, o mais tardar a seis meses após o primeiro desembolso, prova de contrapartida de empréstimo de: (a) cadernos de propriedades arrendadas de terras estatais; e (b) os encargos da equipa de gestão do projecto para serem incluídos anualmente no orçamento nacional;
- (iii) Fornecer, o mais tardar a seis meses após o primeiro desembolso, prova da instituição do Conselho Consultivo do Projecto (CCP) presidida pelo Gabinete do Primeiro Ministro. Os Membros do CCP serão compostos por representantes designados a partir dos Ministérios: (a) Ministério das Finanças e Planeamento; (b) Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima; (c) Ministério do Turismo, Indústria e Energia; (d) Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação; para além dos representantes da (e) Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação; (f) Associação de Jovens Empresários; (g) Bancos; e (h) Câmaras de Comércio.

ARTIGO VI

Desembolsos – Data de Encerramento

Secção 6.01. Desembolsos. O montante do Empréstimo deverá ser desembolsado pelo Banco, em conformidade com as disposições do presente Acordo, as Condições Gerais, e as regras e procedimentos de desembolso do Banco, para os objectivos estabelecidos no presente Acordo, para despesas elegíveis necessárias para o Projecto e para ser financiado no âmbito do presente Acordo.

Secção 6.02. Data de Encerramento. A Data de Encerramento deverá ser 31 de Dezembro de 2018, ou qualquer data posterior conforme deverá ser acordado entre o Devedor e o Banco.

ARTIGO VII

Aquisição

Secção 7.01. Utilização dos Recursos. O Devedor deverá assegurar que os recursos do Empréstimo deverão ser utilizados exclusivamente para aquisição, nos territórios dos Estados Membros, de bens produzidos, e serviços e trabalhos fornecidos nesses territórios, o termo “Estado Membro” sendo definido no Artigo 3 do Acordo instituindo o Banco e o Artigo 1 do Acordo instituindo o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD).

Secção 7.02. Aplicação das Despesas do Devedor para Aquisições Públicas de Bens e Trabalhos. Bens, Trabalhos e serviços não-consultivos necessários para a execução do Projecto deverão ser adquiridos em conformidade com as regras e procedimentos do Devedor para Concurso Público Nacional, excepto para disposições declaradas como não aplicáveis conforme estabelecido no Anexo III do presente Acordo. Concursos Nacionais não deverão ser aplicáveis aos Concursos Públicos Internacionais. Nesses casos, o Devedor deverá aplicar as Regras e Procedimentos do Banco para Aquisição de Bens e Trabalhos, Edição de Maio 2008 revista em Julho de 2012, ou conforme pode ser periodicamente emendada, utilizando os modelos de cadernos de encargos do Banco.

Secção 7.03. Aquisição Pública de Bens e Trabalhos. Bens e trabalhos deverão ser adquiridos, como segue:

(a) Bens

(i) Aquisição de contractos para bens através de Concurso Público Internacional (CPI) os procedimentos deverão ser feitos utilizando os Modelos de Cadernos de Encargos do Banco (MCE). Os bens adquiridos ao abrigo deste método incluiriam: Equipamento de TI (servidores, routers, comutadores, conexões por satélite, equipamento de vídeo conferência, computadores portáteis, impressoras e softwares e licenças inerentes) e equipamento de escritório (televisões, telas de projector, aparelhos eléctricos, etc.);

(ii) Contractos para bens a serem adquiridos através de Concurso Público Nacional (CPN) deverão ser feitos utilizando os Modelos de Caderno de Encargos Nacional (MCEN), sujeitos a excepções conforme estabelecidas no Anexo III. Bens adquiridos ao abrigo deste método incluiriam: veículos, e equipamentos de vídeo vigilância, e

(iii) Para bens adquiridos através de compras e outros procedimentos, deverão utilizar caderno de encargos aceitável para o Banco. Bens adquiridos ao abrigo deste método incluiria veículos.

(b) Trabalhos

(i) A aquisição de trabalhos de construção civil deverá ser realizada ao abrigo dos procedimentos de Concurso Público Internacional

(CPI), deverá ser feita utilizando o Modelo de Caderno de Encargos do Banco (MCE). Os trabalhos adquiridos ao abrigo deste método incluiriam trabalhos de construção do Plano de Continuidade das Actividades, Centro de Empresas, Centro de Serviços Partilhados do Parque Tecnológico e o anel de energia da infraestrutura energética; e

- (ii) Contractos para trabalhos deverão ser realizados ao abrigo dos procedimentos de Concurso Público Nacional (CPN), utilizando os Modelos de Caderno de Encargos Nacional (MCEN), sujeitos a excepções conforme estabelecido no Anexo III. Os trabalhos adquiridos ao abrigo deste método incluiriam trabalhos de construção do Centro de Dados, Centro de Incubação e Centro de Formação e Qualificação.

Secção 7.04. Aquisição Pública de Serviços de Consultadoria. Os serviços necessários para a execução do Projecto deverão ser adquiridos em conformidade com as Regras e Procedimentos do Banco para o Uso de Consultores, Edição de Maio de 2008, revista em Julho de 2012, ou conforme pode ser periodicamente emendada, e como segue:

- (i) Criação de Capacitação e Assistência Técnica, Serviços de Design e Supervisão, e Assistência Técnica Contabilística deverão ser adquiridos utilizando uma Lista Restrita com o Método de Selecção Baseada na Qualidade e Custo (SBQC);
- (ii) Os serviços de Auditoria Financeira deverão ser adquiridos através de uma lista restrita utilizando o método de Selecção Baseada no Menor Custo (SMC); e
- (iii) As listas restritas de consultores de serviços, que o custo previsto seja menor do que 200.000 UC (Unidades de Conta) (ou Euro equivalente na altura do concurso público) por contracto, podem ser compostas inteiramente por consultores nacionais em conformidade com as disposições do parágrafo 2.7 das Regras e Procedimentos para o Uso dos Consultores, Edição datada de Maio de 2008, Revista em Julho de 2012, ou conforme pode ser periodicamente emendada.

Secção 7.06. Formação. A formação e criação de capacitação deverá ser realizada durante os quatro dias da implementação do projecto. Será submetido anualmente ao Banco um plano de formação para sua prévia revisão e aprovação. O plano de formação irá identificar o quadro geral da formação e actividades semelhantes para o ano, incluindo a natureza, relevância e objectivos dos programas de conferências/workshops/estudos académicos e formação, o número de participantes, custos previstos, e a descodificação do conhecimento adquirido na real implementação dos componentes do Projecto.

Secção 7.07. Diversos. Outras despesas diversas tais como materiais de escritório, manutenção de veículos, combustível, os bilhetes de passagem vão ser adquiridos através dos procedimentos administrativos/contabilísticos do Governo de Cabo Verde aceitáveis para o Banco.

Secção 7.08. Plano de Aquisição Pública. Na forma e conteúdo satisfatório para o Banco, o Devedor deverá preparar o Plano de Aquisição Pública abrangendo toda a duração do projecto. O Devedor deverá actualizar o Plano de Aquisição Pública numa base anual ou conforme necessário, sempre abrangendo pelo menos os próximos dezoito (18) meses do período da implementação do Projecto. Qualquer proposta de revisão do Plano de Aquisição Pública deverá ser submetida ao Banco para a sua prévia aprovação.

ARTIGO VIII

Auditoria e Gestão Financeira

Secção 8.01. Gestão Financeira. O Devedor deverá produzir demonstrações financeiras intercalares trimestralmente na forma satisfatória para o Banco e submeter estas demonstrações o mais tardar 45 dias após o final do respectivo trimestre. As demonstrações financeiras anuais deverão também ser produzidas atempadamente e deverão incluir: (i) uma demonstração de receitas e despesas, (ii) uma demonstração de despesas; (iii) uma demonstração de fontes e utilização dos fundos demonstrando todas as fontes dos fundos do Projecto, despesas analisadas por componente e ou categoria do Projecto; (iv) um resumo dos levantamentos utilizando demonstração de despesas (DDD), listando individualmente por número de referência, data e montante, os formulários de desembolsos; e (v) notas relacionadas com políticas contabilísticas significantes e modelos contabilísticos adoptados pela gestão e realçando a preparação das demonstrações financeiras.

Secção 8.02. Auditoria. O Devedor deverá manter ou fazer com que seja mantido registos contabilísticos adequados, nos termos e condições da Secção 9.09 das Condições Gerais, e submeter, o mais tardar seis (6) meses após o final de cada ano fiscal, uma auditoria das demonstrações financeiras do Projecto preparada na forma e conteúdo aceitável para o banco e uma auditoria em conformidade com os Termos de Referência aceitável para o Banco.

ARTIGO IX

Disposições Diversas

Secção 9.01. Representantes Autorizados. A Ministra das Finanças e Planeamento, ou qualquer outra pessoa conforme a Ministra pode designar por escrito, deverá ser o representante autorizado do Devedor para os efeitos do Artigo XI das Condições Gerais.

Secção 9.02. Data do Acordo. O presente Acordo deverá ser considerado como tendo sido celebrado na data acima indicada na primeira página.

Secção 9.03. Endereços. Os seguintes endereços são especificados para os objectivos da Secção 11.01 das Condições Gerais.

Para o Devedor:**Endereço postal**

Ministério das Finanças e do Planeamento
Avenida Amílcar Cabral
CP nº 30
Praia
CABO VERDE
Telefone: (+238) 260 75 00 / (+238) 260 75 01
Fax: (+238) 261 38 97 / (+238) 260 75 23

Para o Banco:**Endereço da Sede**

Banco Africano de Desenvolvimento
01 BP 1387
Abidjan 01
COSTA DO MARFIM
Telefone: (+225) 20 20 44 44 / (+225) 20 20 40 56
Fax: (+225) 20 20 42 20

E Temporariamente:**Agência Temporária de Relocalização**

Banco Africano de Desenvolvimento
Agência Temporária de Relocalização
13-15 Avenida do Gana
1002 Tunes Belvédère
TUNISIA
Telefone: (+216) 71 10 23 10
Fax: (+216) 71 33 36 48

EM TESTEMUNHO DO AQUI DISPOSTO, o Banco e o Devedor, agindo por intermédio de seus respectivos representantes autorizados, assinaram o presente Acordo em dois exemplares fazendo igualmente fé, em Inglês na data indicada na primeira página.

Para a República de Cabo Verde,

Para o Banco Africano de Desenvolvimento,

Certificado pelo, , ... Secretário-Geral.

ANEXO I

Descrição do Projecto

O Projecto procura contribuir para o desenvolvimento sustentável da República de Cabo Verde apoiando a indústria da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC). O Projecto irá apoiar a inovação que iria impulsionar o crescimento inclusivo e verde. O Projecto irá envolver o desenvolvimento de um Parque Tecnológico, incluindo a construção e equipamento de um Centro de Dados (CD) e Plano de Continuidade das Actividades (PCA) ou local de Recuperação de Desastres, Centro de Empresas e instalações comuns (CE), Centro de Incubação (CI) e Centro de Formação e Qualificação (CFQ). Em seu núcleo, o Projecto acarreta a instalação e gestão de armazenamento informático de ponta e instalação de processamento e criação de recursos em matéria de conhecimento que vão facilitar o desenvolvimento e transformação dos processos governamentais e actividades do sector privado.

O Projecto envolve os seguintes principais componentes:

Nº.	Nome do componente	Descrição do componente
1	Construção e Equipamento do Centro de Dados (CD) & Plano de Continuidade das Actividades (PCA) ou Local de Recuperação de Desastres	Construção do CD e PCA Fornecimento de instalações de fornecimento de energia segura Monitorização e supervisão de trabalhos Fornecimento de Equipamento de TI Configuração de Servidores e Rede de Área de Armazenamento Fornecimento de móveis
2	Construção e Equipamento do Centro de Empresas (CA), Centro de Incubação (CI) & Centro de Formação e Qualificação (CFQ)	Construção do CE, CI e CFQ Fornecimento de instalações de fornecimento de energia seguro Monitorização e supervisão de trabalhos Fornecimento de equipamento de TI Fornecimento de móveis Desenvolver o programa de formação e qualificação para o CFQ
3	Reforço Institucional e Criação de Capacitação	Assistência Técnica – Consultadoria na Gestão de Imobiliários; Gestão Financeira; Processo de Incubação; e Aquisição Pública
4	Gestão do Projecto	Arquitectura detalhada & projecto de engenharia do Parque Tecnológico Supervisão dos trabalhos Auditoria anual durante toda a duração do Projecto

ANEXO II

Alocação do Projecto

Categoria das Despesas (em Euros)

Categorias das Despesas	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional	Total
Trabalhos	15,553,548	3,888,387	19,441,935
Bens	5,713,354	1,428,339	7,141,693
Serviços	1,458,819	364,705	1,823,524
Total de Custos de Base	22,725,721	5,681,431	28,407,152
Contingências técnicas	1,299,122	324,780	1,623,902
Contingências financeiras	1,247,157	311,789	1,558,946
TOTAL	25,272,000	6,318,000	31,590,000

ANEXO III

Plano de Acção Global para Melhoramento dos Procedimentos de Aquisição Pública

Para a aplicação da Secção 7.02 deste Acordo, as seguintes discrepâncias em relação às Regras e Procedimentos do Banco: “Regras e Procedimentos para Aquisição de Bens e Trabalhos”, datada de Maio de 2008, revista em Julho de 2012, foram identificadas na Lei das Aquisições Públicas e no Decreto-lei Nº 17/VII/2007 datado de 10 de Setembro de 2007, e actualizado em 5 de Janeiro de 2009, e não deverá ser utilizado para aquisição de actividades financiadas pelo Banco, até estiverem efectivadas as alterações necessárias, conforme abaixo estabelecido.

PREOCUPAÇÕES	ALTERAÇÕES NECESSÁRIAS
Discrepâncias identificadas na Lei das Aquisições Públicas e nos seus Regulamentos	
<p>Princípio de Transparência:</p> <p>(i) O critério para avaliação de concursos públicos indicados nos MCEN têm flexibilidade em relação às suas definições</p> <p>(ii) A ausência de cláusulas sobre fraude e corrupção no MCEN</p>	<p>(i) Rever o Artigo 95º, que atesta que a formulação do critério de avaliação “tem que ser estabelecido numa forma precisa, mas tem que ter a flexibilidade necessária para evitar uma situação artificial”.</p> <p>(ii) O MCEN deveria ter cláusulas especiais sobre fraude e corrupção</p>
<p>Princípio de Equidade</p> <p>(i) A participação de empresas estrangeiras não são permitidas pelo CPN</p> <p>(ii) A elegibilidade de proponentes para contractos de trabalhos está sujeita a emissão de uma licença pela Comissão de Licenças.</p> <p>(iii) Critério para avaliação não-monetárias podem ser utilizados para avaliação de licitações.</p>	<p>(i) Rever a Regulação para permitir a participação de cidadãos estrangeiros.</p> <p>(ii) Rever o Decreto-Lei para permitir a empresas participarem sem requererem a emissão de licenças.</p> <p>(iii) Rever os Regulamentos para remover o uso de um sistema de mérito para avaliação de critérios relacionados com bens e trabalhos.</p>

PREOCUPAÇÕES	ALTERAÇÕES NECESSÁRIAS
Discrepâncias identificadas na Lei das Aquisições Públicas e nos seus Regulamentos	
Discrepâncias identificadas no Modelos de Caderno de Encargos Nacionais	
<p style="text-align: center;">Princípio de Economia</p> <p>(i) Nenhuma disposição sobre o direito do comprador de modificar as quantidades na altura da atribuição do contracto</p> <p>(ii) Nenhuma disposição sobre o direito do Cliente de aceitar qualquer oferta e rejeitar qualquer oferta ou todas as ofertas</p> <p style="text-align: center;">Princípio de Elegibilidade</p> <p>(i) Critério de Elegibilidade relacionados com bens e serviços</p> <p>(ii) Ausência de critérios de elegibilidade para certos licitadores</p> <p>(iii) Critério e prova documental da elegibilidade de bens e serviços relacionados</p> <p style="text-align: center;">Princípio de Transparência:</p> <p>(i) Ausência de possibilidade de suspensão do empréstimo</p> <p>(ii) Ausência de possibilidade de Inspeção e Auditoria</p> <p>(iii) Ausência de disposições sobre fraude e corrupção</p> <p>(iv) Contactar o Comprador</p> <p>(v) Procedimento de Confidencialidade</p> <p style="text-align: center;">Princípio de Eficiência</p> <p>(i) Modificação e Retirada de Licitações</p> <p>(ii) Clarificação de propostas</p>	<p>Revisão do MCE para Bens, para incluir adequadamente Cláusulas modelo sobre:</p> <p>(i) Uma cláusula concedendo ao comprador o direito de modificar a quantia na altura da atribuição do contracto</p> <p>(ii) Prover uma cláusula permitindo ao comprador para garantir o direito de aceitar ou rejeitar qualquer licitação, e para anular o processo de licitação e rejeitar todas as licitações a qualquer momento antes da atribuição do contracto, sem, por isso, incorrer em qualquer responsabilização, seja ela qual for, vis-à-vis ao licitador afectado.</p> <p>(i) Rever o MCEN para ter em conta os critérios relacionados com a origem dos bens e serviços no caso do financiamento do BAD e FDN</p> <p>(ii) Rever o critério de elegibilidade para ter em conta as seguintes partes das cláusulas correspondendo ao MCE do Banco: (i) a exclusão feita pelo Banco; (ii) o critério de elegibilidade para os países membros (no caso de financiamento do Fundo Fiduciário da Nigéria e do BAD) e abrir a todas as nacionalidades no caso de financiamento do FAD; (iii) a exclusão feita pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, e (iv) participação de empresas Estrangeiras</p> <p>(iii) Revisão do MCEN para adquirir documentos comprovando a elegibilidade dos bens relacionados com as licitações, no caso de financiamento do BAD e FAD.</p> <p>(i) Prover para a suspensão do empréstimo pelo Banco</p> <p>(ii) Prover para inspeção e auditoria pelo Banco</p> <p>(iii) Incluir disposições relacionadas com corrupção e fraude no MCED</p> <p>(iv) Prover esse contacto, além do pedido de clarificação de licitações, nenhum licitador entrará em contacto com o Comprador a partir do momento do início das licitações até o momento em que o contracto é atribuído, resultando na rejeição da sua submissão sem prejuízo de qualquer acção futura que pode virar o Comprador contra ele.</p> <p>(v) Prover a confidencialidade da informação contida nas propostas</p> <p>(i) Prover a modificação e retirada de uma licitação, visto que, é recebida pelo Comprador uma notificação por escrito da modificação ou retirada de licitações antes da prescrição do prazo para submissão de propostas</p> <p>(ii) Prover a oportunidade para pedir ao Licitador para clarificação das suas licitações. O pedido para clarificação e a resposta deverá ser por escrito e não deverá ser solicitado, oferecido ou permitido nenhuma alteração no preço ou conteúdo da Licitação.</p>
<p>(iii) Nenhuma disposição sobre notificação do Cronograma de preço e oferta</p>	<p>(iii) Prover uma cláusula permitindo ao Comprador, antes do término do período de validade das licitações, para notificar o Licitador bem-sucedido, por escrito através de correio electrónico registado ou fax confirmado por escrito que a sua proposta foi aceite.</p>

PREOCUPAÇÕES	ALTERAÇÕES NECESSÁRIAS
Discrepâncias identificadas na Lei das Aquisições Públicas e nos seus Regulamentos	
Discrepâncias identificadas nas Condições Gerais de Contracto	
Princípio de Eficiência	
(i) Definições	(i) Prover as definições dos vários elementos presentes no MCEN
(ii) País de origem	(ii) Incluir uma cláusula nas CGC que o direito de propriedade para bens entregues e/ ou serviços ao abrigo do contracto são de países e territórios elegíveis ao abrigo das regras do Banco
(iii) Normas (Requisitos e Normas)	(iii) Prover uma cláusula sobre normas específicas e códigos a serem cumpridos pelos fornecimentos e equipamento a serem fornecidos ou testados

LOAN AGREEMENT BETWEEN THE REPUBLIC
OF CAPE VERDE AND THE AFRICAN
DEVELOPMENT BANK

(TECHNOLOGY PARK PROJECT)

PROJECT ID N.º: P-EG-DA0-001

LOAN N.º 2000130010633

This LOAN AGREEMENT (hereinafter called “the Agreement”) is entered into this 30th day of September 2013, between the REPUBLIC OF CAPE VERDE (hereinafter called “the Borrower”) and the AFRICAN DEVELOPMENT BANK (hereinafter called “the Bank”).

1. WHEREAS the Borrower has requested the Bank to finance the entire foreign currency costs and part of the local currency costs of the Technology Park Project (hereinafter called “the Project” as described in Annex 1 of this Agreement), by providing a Loan to the Borrower in the amount specified hereunder;

2. WHEREAS the Project is technically feasible and economically viable;

3. WHEREAS the Operational Nucleus for Information Society (NOSI) shall be the Executing Agency for the Project;

4. WHEREAS the Bank has agreed on the basis, inter alia, of the foregoing to provide a Loan to the Borrower upon the terms and conditions hereinafter set forth;

NOW THEREFORE the parties to this Agreement hereby agree as follows:

ARTICLE I

General Conditions - Definitions

Section 1.01. General Conditions. The parties to this Agreement accept the provisions of the General Conditions Applicable to Loan Agreements and Guarantee Agreements of the Bank, as amended from time to time (hereinafter called “the General Conditions”) with the same force and effect as if they were fully set forth herein. In the event of an inconsistency between any provision of this Agreement and the General Conditions, the provisions of this Agreement shall prevail.

Section 1.02. Definitions. Whenever used in this Agreement, unless the context otherwise requires, the several terms defined in the General Conditions shall have the respective meanings therein set forth and the following additional terms have the following meanings:

- (i) “**Agreement**” shall mean this Loan Agreement as well as any amendments, modifications, revisions and annexes that are included herein or shall from time to time be made to this Loan Agreement;
- (ii) “**Business Day**” shall mean any day of the calendar year other than a Saturday or a Sunday during which banks or money markets are open at any given place for any given transaction required for the accomplishment of the objectives of this Loan Agreement;
- (iii) “**Closing Date**” shall mean 31 December 2018 or such later date which shall be agreed upon in writing between the Borrower and the Bank;
- (iv) “**Date of Signature**” shall mean the date on which this Agreement is signed and which appears in the opening sentence of the Preamble hereof;
- (v) “**Enhanced Variable Spread Loan**” shall mean a Loan comprised of a Floating Base Rate with a free option to fix the base rate at the Borrower’s request, plus the Funding Cost Margin and the Lending Margin;
- (vi) “**Euribor**” shall mean, in relation to each Interest Period, the offered rate per semester on the Euro Interbank Market for deposits in Euro for a six (6) month period as published by the European Banking Federation as of 11:00 am (Brussels time) on REUTERS two (2) business days prior to the 1st February or 1st August;
- (vii) “**Euribor Reset Date**” shall mean 1st February and 1st August;

(viii) “**Euro**” shall mean the lawful currency of the European Union, or any successor currency thereof;

(ix) “**Fixed Base Rate**” shall mean the amortizing inter-bank market swap rate calculated based on the principal amortizing schedule of a particular tranche of the Loan;

(x) “**Fixed Base Rate Date**” shall mean any date specified by the Borrower, subsequent to the date on which the Minimum Interest Rate Fixing Amount is attained, on which the Bank – upon the request of the Borrower, received at least (2) Business Days prior to the proposed date of disbursement – calculates the applicable Fixed Base Rate;

(xi) “**Floating Base Rate**” shall mean the six (6)-month EURIBOR denominated floating rate, set on each EURIBOR Reset Date;

(xii) “**Funding Cost Margin**” shall mean the six-month adjusted average of the difference between: (i) the refinancing rate of the Bank as to the borrowings linked to 6-month EURIBOR and allocated to all its floating interest loans denominated in Euro; and (ii) 6-month EURIBOR ending on 30 June and on 31st December. This spread shall apply to 6-month EURIBOR which resets on 1st February and on 1st August. The Funding Cost Margin shall be determined twice per year on 1st January for the semester ending on 31st December and on 1st July for the semester ending on 30 June;

(xiii) “**Grace Period**” shall mean the five (5) year period commencing from the Date of Signature of this Agreement during which only the interest and prepayment premium, if applicable, shall be payable except in the event of the acceleration of maturity of the Loan, at which time the principal shall be payable;

(xiv) “**Interest Period**” shall mean a six (6)-month period beginning on 1st February and 1st August. The first Interest Period shall begin to run from the date of disbursement of the Loan to 1st February or 1st August, whichever immediately follows disbursement. Each Interest Period thereafter shall begin to run from the date of expiry of the preceding Interest Period, even if the first day of this Interest Period is not a Business Day. Notwithstanding the foregoing, any period less than six (6) months running from the date of a disbursement to 1st February or 1st August immediately following this disbursement shall be deemed an Interest Period;

(xv) “**Lending Margin**” shall mean sixty basis points (0.60%) per annum;

(xvi) “**Loan**” shall mean the maximum amount of funds provided by the Bank by virtue of this Agreement and specified in Section 2.01 herein;

(xvii) “**Minimum Interest Rate Fixing Amount**” shall mean one or several disbursements of the total amount which is at least equal to three million and five hundred thousand Euros (EUR 3,500,000) on the Fixed Base Rate Date; and

(xviii) “**Project**” means the project for which this Loan is provided as described in Annex I to this Agreement.

ARTICLE II

The Loan

Section 2.01. Amount. The Bank agrees to lend to the Borrower a total amount of Thirty-One Million Five Hundred and Ninety Thousand Euros (EUR 31,590,000) (hereinafter called the “Loan”).

Section 2.02. Purpose. The purpose of the Loan is to finance the entire foreign currency costs and part of the local currency costs of the Project.

Section 2.03. Allocation. The Loan shall be allocated to the category of expenditures set out in Annex II of this Agreement.

Section 2.04. Loan Type. The Loan shall be an Enhanced Variable Spread Loan as described in Article III below.

ARTICLE III

Interest, repayment of the principal and dates and currency of payment

Section 3.01. Interest Rate.

(a) Any disbursement(s) made from the Date of Signature, and of an aggregate amount which is less than the Minimum Interest Rate Fixing Amount (EUR 3,500,000), shall bear the Floating Base Rate until such time as they are fully repaid or become part of the Minimum Interest Rate Fixing Amount for which a Fixed Base Rate is established by the Bank upon the Borrower’s request;

(b) The Fixed Base Rate will be calculated and quoted at the request of the Borrower within five (5) business days following confirmation by the Bank of the receipt of the request of the Borrower. The Bank shall confirm such receipt within two (2) business days. The Floating Base Rate shall apply to the cumulative disbursed amounts that are not subject to the Fixed Base Rate;

(c) Up to the application of the Fixed Base Rate, the amount of the Loan disbursed and outstanding from time to time shall be subject, as to each Interest Period, to an interest rate equal to the Floating Base Rate (or to

the alternate determined as per Section 3.02) increased by the Lending Margin plus the Funding Cost Margin. The interest rate will be reset, on 1 February and 1 August of each year and shall be paid semi-annually on 15th April and 15th October; and

- (d) As from the application of the Fixed Base Rate, whose effective date shall be notified to the Borrower by the Bank, the amount of the Loan disbursed and outstanding from time to time shall be subject, as to each Interest Period, to an interest rate equal to the Fixed Base Rate (or to the alternate determined as per Section 3.02 increased by the Lending Margin plus the Funding Cost Margin).

Section 3.02. Interest Rate Substitution. If, in the event of a market disruption, the Bank cannot determine or calculate the Floating Base Rate or the Fixed Base Rate, as provided in the preceding Section 3.01, the Bank shall promptly notify the Borrower as to such circumstance. The Bank shall then consult with the Borrower in order to agree on a substitute interest rate – in accordance with Section 3.03, paragraphs b) and c) of the General Conditions – allowing the Bank to keep the same margin as specified in Section 3.01 herein.

Section 3.03. Calculation of Interest. Interest for the Loan shall be calculated on a daily basis and, for this purpose, each year shall be considered to be made up of three hundred and sixty-five (365) calendar days. The Bank shall notify the Borrower of the interest rate applicable for each Interest Period prior to the commencement of the relevant Interest Period.

Section 3.04. Dates of Payment. The principal of the Loan and interest referred to above shall be payable semi-annually on 15th April and 15th October of each year.

Section 3.05. Repayment of Principal.

- (a) Repayment: The Borrower shall repay the principal of the Loan over a period of fifteen (15) years following a five-year (5) grace period commencing from the Date of Signature of this Agreement, in thirty (30) equal and consecutive semi-annual installments. The first of such installments shall be payable on 15th April or 15th October, as the case may be, whichever immediately follows the expiration of the Grace Period; and
- (b) Prepayment: Subject to the terms and conditions provided for by Section 3.06 of the General Conditions, the Borrower shall have the right to repay all or part of the Loan prior to its maturity. Unless otherwise expressly indicated by the Borrower in its prepayment notice, prepaid amounts shall be applied pro-rata to all outstanding Loan maturities. Any partial prepayment in respect of fixed base rate amounts shall be no less than the Minimum Base Rate Fixing Amount. If any unwinding cost of the underlying swap arises, it will be charged to the Borrower.

Section 3.06. Application of Payments. Unless the Bank otherwise agrees, all payments shall be applied first to prepayment premium, if applicable, second to interest, and lastly to principal.

Section 3.07. Currency of Disbursements

- (a) All disbursements made by the Bank to the Borrower shall be denominated in Euros;
- (b) Notwithstanding the provisions of Section 3.07(a), in the case of a market disruption where the Bank cannot procure Euros the Bank shall, pursuant to Section 4.04 of the General Conditions, promptly notify the Borrower of its inability to access or procure Euros immediately after becoming aware of such inability and inform the Borrower about other currencies available. If within sixty (60) calendar days following such notification the Borrower and the Bank cannot agree on a currency of substitution, the Borrower and/or the Bank may cancel the un-disbursed portion of the Loan for which an agreement has not been reached as to the currency of substitution;
- (c) In the event that an agreement is reached, the date of conversion between Euros and the currency of substitution shall be the date of disbursement of such substitute currency;
- (d) The interest rate applicable to Loan amounts disbursed in the currency of substitution shall be the interest rate applicable to other single currency floating rate loans on comparable terms in such currency of substitution at the time of disbursement. The Bank shall duly notify the Borrower of such interest rate;
- (e) In the event that Euros shall become available to the Bank, any disbursements in the substitute currency may be converted to Euros by the Bank at the request of the Borrower at the exchange rate on the date of such conversion;
- (f) The parties expressly agree that the provisions of this Section 3.07 relating to the currency of substitution shall equally apply where the Bank is unable to access or procure the substitute currency; and
- (g) Notwithstanding the provisions of Section 3.08 of this Agreement, all funds disbursed in a currency of substitution shall also be repaid in the currency of substitution, save for disbursements which have been converted to Euros in accordance with Section 3.07(e) which, for the purposes of this paragraph (g), shall be deemed to have been disbursed in Euros.

Section 3.08. Currency, Mode and Place of Payments. All amounts due to the Bank pursuant to this Agreement shall be payable in Euros in accordance with the General Conditions. The Borrower shall not be discharged of its obligation to the Bank until the full amount due in the currency of disbursement is effectively at the disposal of the Bank in the bank account designated by the Bank in accordance with this provision.

ARTICLE IV

Conditions precedent to entry into force

Section 4.01. Conditions Precedent to Entry into Force. The entry into force of this Loan Agreement shall be subject to the fulfillment by the Borrower of the provisions of Section 12.01 of the General Conditions.

ARTICLE V

Condition precedent to first disbursement and other conditions

Section 5.01. Condition Precedent to First Disbursement. The obligation of the Bank to make the first disbursement of the Loan shall be subject to the entry into force of this Agreement as provided in Section 4.01.

Section 5.02. Other Conditions. The Borrower shall, in form and substance satisfactory to the Bank, fulfill the following conditions:

- (i) No later than six months after the entry into force of the Agreement, provide evidence of the recruitment of a Project Coordinator; a Monitoring and Evaluation Officer; an Accountant; a Procurement Officer; an Environmental and Social Officer, whose qualifications and experience shall be acceptable to the Bank;
- (ii) No later than six months after the first disbursement, provide evidence of counterpart funding of: (a) the public land leasehold property documents; and (b) the project management team charges to be included annually in the national budget;
- (iii) No later than six months after the first disbursement, provide evidence of the establishment of the Project Steering Committee (PSC) chaired by the Prime Minister's office. Members of the PSC will be composed of designated representatives from Ministries of: (a) Finance and Planning; (b) Infrastructure and Maritime Economy; (c) Tourism, Industry and Energy; (d) Higher Education and Innovation; in addition to representatives from (e) the Agency for Entrepreneurship Development and Innovation; (f) the Association of Young Entrepreneurs; (g) Banks; and (h) Chambers of Commerce.

ARTICLE VI

Disbursements Closing Date

Section 6.01. Disbursements. The amount of the Loan shall be disbursed by the Bank, in accordance with the provisions of this Agreement, the General Conditions, and Bank's disbursement rules and procedures, for the purposes set forth in this Agreement, for eligible expenditures required for the Project and to be financed under this Agreement.

Section 6.02. Closing Date. The Closing Date shall be 31 December 2018, or such later date as shall be agreed upon between the Borrower and the Bank.

ARTICLE VII

Procurement

Section 7.01. Use of Proceeds. The Borrower shall ensure that the proceeds of the Loan shall be used exclusively for the procurement, in the territories of the Member States, of goods produced in and services and works supplied from those territories, the term "Member State" being defined in Article 3 of the Agreement Establishing the Bank and Article 1 of the Agreement Establishing the African Development Fund.

Section 7.02. Application of Borrower's Procedures for Procurement of Goods and Works. Goods, works and non-consulting services necessary for the execution of the Project shall be procured in accordance with the Borrower's rules and procedures for National Competitive Bidding, except for provisions declared not applicable as set out in Annex III of this Agreement. National Procedures shall not be applicable to International Competitive Bidding. In such cases, the Borrower shall apply Bank's Rules and Procedures for the Procurement of Goods and Works, May 2008 Edition revised in July 2012, or as maybe amended from time to time, using the Bank's standard bidding documents.

Section 7.03. Procurement of Goods and Works. Goods and works shall be procured as follows:

(a) Goods

- (i) Procurement of contracts for goods through International Competitive Bidding (ICB) procedures shall be done using the Bank Standard Bidding Documents (SBDs). Goods procured under this method, would include: IT Equipment (servers, routers, switches, satellite connections, video conferencing equipment, laptops, printers and related software and licenses) and office equipment (televisions, projector screens, electrical appliances, etc.);
- (ii) Contracts for goods to be procured through NCB shall be done using the National Standard Bidding Documents (NSBDs), subject to exceptions as set out in Annex III. Goods procured under this method, would include: vehicles, and video surveillance equipment; and

(iii) For goods procured through shopping or other procedures, bidding documents acceptable to the Bank shall be used. Goods procured under this method, would include vehicles.

(b) Works

(i) Procurement of civil works shall be carried out under International Competitive Bidding (ICB) procedures, shall be done using the Bank's Standard Bidding Documents (SBDs). Works procured under this method, would include construction works of the Business Continuity Plan, Business Center, Technology Park Shared Services and the energy infrastructure energy ring; and

(ii) Contracts of works shall be carried out under National Competitive Bidding (NCB) procedures, using the National Standard Bidding Documents (NSBDs), subject to exceptions as set out in Annex III. Works procured under this method, would include construction works of the Data Center, Incubation Center, Training and Qualification Center.

Section 7.04. Procurement of Consulting Services. Services required for the execution of the Project shall be procured in accordance with the Bank's Rules and Procedures for the Use of Consultants, May 2008 Edition revised in July 2012, or as maybe amended from time to time, and as follows:

(i) Capacity Building Technical Assistance, Design and Supervision Services and Accounting Technical Assistance shall be procured using Shortlist with Quality and Cost Based Selection (QCBS) method;

(ii) Financial Audit services shall be procured through a shortlist using Least Cost Selection (LCS) method; and

(iii) Shortlists of consultants for services estimated to cost less than UA (Units of Account) 200,000 (or Euro equivalent at the time of the tender) per contract may be composed entirely of national consultants in accordance with the provisions of paragraph 2.7 of the Rules and Procedures for the Use of Consultants, dated May 2008 Edition, Revised July 2012, or as maybe amended from time to time.

Section 7.06. Training. Training and capacity building shall be carried out over the four years of the project implementation. A training plan and budget will be submitted to the Bank annual for prior review and approval. The training plan will identify the general framework of training and similar activities for the year, including the nature, relevance and objectives of training and study tours/ conferences/workshops/academic programs, the number of participants, cost estimates, and the translation of the knowledge gained in the actual implementation of Project components.

Section 7.07. Miscellaneous. Other miscellaneous expenses such as office stationery, vehicle maintenance, petrol, travel tickets will be procured through the Government of Cape Verde administration/accounting procedures acceptable to the Bank.

Section 7.08. Procurement Plan. In form and substance satisfactory to the Bank, the Borrower shall prepare a Procurement Plan covering the duration of the Project. The Borrower shall update the Procurement Plan on an annual basis or as needed always covering at least the next eighteen (18) month period of the implementation of the Project. Any proposed revision to the Procurement Plan shall be submitted to the Bank for its prior approval.

ARTICLE VIII

Financial Management and Audit

Section 8.01. Financial Management. The Borrower shall produce quarterly interim financial statements in a form satisfactory to the Bank and submit these not later than 45 calendar days after the end of the respective quarter. Annual financial statements shall also be timely produced and these shall include: (i) a statement of revenue and expenditures; (ii) a statement of expenditures; (iii) a statement of sources and uses of funds showing all the sources of Project funds, expenditures analyzed by Project component and or category; (iv) a summary of withdrawals using statement of expenditures (SOE), listing individual withdrawal applications by reference number, date and amount; and (v) notes related to significant accounting policies and accounting standards adopted by management and underlying the preparation of financial statements.

Section 8.02. Audit. The Borrower shall maintain or cause to be maintained proper records of account, pursuant to Section 9.09 of the General Conditions, and submit, no later than six (6) months after the end of each fiscal year audited Project financial statements prepared in substance and form acceptable to the Bank and audited in accordance with Terms of Reference acceptable to the Bank.

ARTICLE IX

Miscellaneous Provisions

Section 9.01. Authorized Representatives. The Minister of Finance and Planning, or such other person as the Minister may designate in writing, shall be the authorized representative of the Borrower for purposes of Article XI of the General Conditions.

Section 9.02. Date of the Agreement. This Agreement shall be deemed to have been concluded on the date first above written.

Section 9.03. Addresses. The following addresses are specified for the purposes of Section 11.01 of the General Conditions.

For the Borrower:**Mail Address:**

Ministry of Finance and Planning
Avenida Amilcar Cabral
CP nº 30
Praia
CAPE VERDE
Telephone: (238) 260 75 00 / (238) 260 75 01
Fax: (238) 261 38 97 / (238) 261 75 23

For the Bank:**Headquarters' Address:**

African Development Bank
01 BP 1387
Abidjan 01
COTE D'IVOIRE
Telephone: (225) 20 20 44 44 / (225) 20 20 40 56
Fax: (225) 20 20 42 20

Temporary Relocation Agency Address:**African Development Bank**

Temporary Relocation Agency
13-15, Avenue du Ghana
1002 Tunis Belvedere
TUNISIA
Telephone: (216) 71 10 23 10
Fax: (216) 71 33 36 48

IN WITNESS WHEREOF the Borrower and the Bank, each acting through its authorized representative, have signed this Agreement in two equally valid originals in English on the date first above written.

For the Republic of Cape Verde, ...

For the African Development Bank, ...

Attested By, ... Secretary General.

ANNEX I

Project Description

The Project seeks to contribute to the sustainable development of the Republic of Cape Verde by supporting the Information and Communication Technology (ICT) industry. It will support innovation that would foster inclusive and green growth. The Project will involve the development of a Technology Park, including the construction and equipment of a Data Centre (DC) and Business Continuity Plan (BCP) or Disaster Recovery site, Business and common facilities Centre (BC), Incubation Centre (IC) and Training and Qualification Centre (TQC). At its core, the Project entails the installation and management of cutting-edge computer storage and processing facility and the provision of knowledge resources that will facilitate the development and transformation of government processes and private sector businesses.

The Project involves the following major components:

No.	Component name	Component description
1	Construction and Equipment of Data Centre (DC) & Business Continuity Plan (BCP) or Disaster Recovery Site	Construction of the DC and BCP Provision of secure energy supply facilities Control and supervision of works Provision of IT equipment Configuration of Servers and Storage Area Network Provision of furniture
2	Construction and Equipment of Business Centre (BC), Incubation Centre (IC) & Training and Qualification Centre (TQC)	Construction of the BC, IC and TQC Provision of secure energy supply facilities Control and supervision of works Provision of IT equipment Provision of furniture Develop qualification and training programme for the TQC
3	Institutional Strengthening and Capacity Building	Technical Assistance - Consultancy Real Estate Management; Event Management; Financial Mgmt; Incubation Process; and Procurement
4	Project Management	Detailed architectural & engineering design of the Technology Park Supervision of works Annual auditing during the entire Project duration

ANNEX II

Allocation of the Loan

Categories of Expenditures (in Euros)

Categories of Expenditures	Foreign Currency	Local Currency	Total
Works	15,553,548	3,888,387	19,441,935
Goods	5,713,354	1,428,339	7,141,693
Services	1,458,819	364,705	1,823,524
Total Base Costs	22,725,721	5,681,431	28,407,152
Physical contingencies	1,299,122	324,780	1,623,902
Financial contingencies	1,247,157	311,789	1,558,946
TOTAL	25,272,000	6,318,000	31,590,000

ANNEX III

Global Action Plan for improvement to National Procurement Procedures

For the application of Section 7.02 of the Agreement, the following discrepancies with the Bank's Rules and Procedures: "Rules and Procedures for Procurement of Goods and Works", dated May 2008, revised July 2012, have been identified in the national procurement law and Regulation Law No. 17/VII/2007 dated September 10, 2007 and updated on January 5, 2009, and shall not be used for procurement activities financed by the Bank, until the required changes as set out below are effective.

CONCERNS	REQUIRED CHANGES
Discrepancies identified in the National Procurement Act and its Regulations	
<p>Principle of Transparency:</p> <p>(i) The criteria for evaluation of tenders indicated in NSBD have flexibility regarding their definition</p> <p>(ii) The absence of clauses on fraud and corruption in the NSBD</p>	<p>(i) Review Article 95, which states that the formulation of evaluation criteria "must be established in an accurate form, but must have the necessary flexibility to avoid an artificial situation".</p> <p>(ii) The NSBD should have special clauses on fraud and corruption.</p>
<p>Principle of Equity</p> <p>(i) The participation of foreign companies are not allowed for NCB</p> <p>(ii) The eligibility of bidders for works contracts is subject to the issuance of a permit by the Commission Permits.</p> <p>(iii) Criteria for non-monetary assessments can be used for the evaluation of bids.</p>	<p>(i) Review the Regulation to allow for participation of foreign nationals.</p> <p>(ii) Review the Act to allow for firms to participate without requiring a permit to be issued.</p> <p>(iii) Review the Regulations to remove the use of a merit system for evaluation of criteria related to goods and works.</p>

CONCERNS	REQUIRED CHANGES
Discrepancies identified in the National Standard Bidding Documents	
<p style="text-align: center;">Principle of Economy</p> <p>(i) No provision on the right of the buyer to modify the quantities at the time of contract award</p> <p>(ii) No provision on the right of the Client to accept any offer and reject any offer or all offers</p> <p style="text-align: center;">Principle of Eligibility</p> <p>(i) Eligibility criteria related goods and services</p> <p>(ii) Absence of certain eligibility criteria for bidders</p> <p>(iii) Criteria and documentary evidence of the eligibility of the goods and related services</p> <p style="text-align: center;">Principle of Transparency:</p> <p>(i) Absence of the possibility of suspension of loan</p> <p>(ii) Absence of the possibility of Inspection and Audit</p>	<p>Revision of the SBD for Goods to include appropriate standard Clauses on:</p> <p>(i) A clause giving the buyer the right to change the amount at the time of contract award</p> <p>(ii) Provide a clause allowing the buyer to reserve the right to accept or reject any bid, and to annul the bidding process and reject all bids at any time prior contract award, without thereby incurring any liability whatsoever vis-à-vis the affected bidder.</p> <p>(i) Revise the NSBD to take into account the origin of goods and services related criteria in case of ADB financing and NTF</p> <p>(ii) Review the eligibility criteria to take into account the following parts of the corresponding clauses of the Bank SBD: (i) the exclusion by the Bank, (ii) the eligibility criterion for the member countries (in case of financing Nigeria Trust Fund and ADB) and open to all nationalities in case of ADF financing, (iii) the exclusion by the Security Council of the United Nations, and (iv) participation Foreign companies</p> <p>(iii) Revision of NSBDs to require documents proving the eligibility of the goods in connection with the Bids, in the case of ADB financing and NTF.</p> <p>(i) Provide for the suspension of the loan by the Bank</p> <p>(ii) Provide for inspection and audit by the Bank</p>
<p>(iii) Absence of provisions on fraud and corruption</p> <p>(iv) Contact the buyer</p> <p>(v) Confidentiality Procedure</p>	<p>(iii) Include provisions relating to corruption and fraud in NSBD</p> <p>(iv) Provide that apart from the request for clarification of bids, no bidder will enter into contact with the Buyer, from the time of bid opening to the time the contract is awarded, result in rejection of its submission without prejudice to any further action that may be taken Buyer against him.</p> <p>(v) Provide for the confidentiality of information contained in the tenders</p>

CONCERNS	REQUIRED CHANGES
Principle of Efficiency:	
(i) Modification and Withdrawal of Bids	(i) Provide for the modification and withdrawal of a bid, provided that written notice of the modification or withdrawal is received by the Purchaser prior to the deadline prescribed for submission of tenders
(ii) Clarification of tenders	(ii) Provide the opportunity to ask the Bidder for clarification of its bid. The request for clarification and the response shall be in writing and no change in price or substance of the Bid shall be sought, offered or permitted
(iii) No provision on notification of the offer and Price Schedule	(iii) Provide a clause allowing the Purchaser, before the expiration of the period of validity of bids, to notify the successful Bidder in writing by registered mail or telex confirmed in writing that its tender has been accepted.
Discrepancies identified in the General Conditions of Contract	
Principle of Efficiency	
(i) Definitions	(i) Provide the definitions of the various elements present in the NSBD
(ii) Country of origin	(ii) Include a clause in the GCC property for the goods delivered and / or services under the contract are from the countries and territories eligible under the rules of the Bank
(iii) Standards (Specifications and Standards)	(iii) Provide a clause on specific standards and codes to be met by the supplies and equipment to be provided or tested

—o§o—

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
E DO PLANEAMENTO**

Gabinete da Ministra

Portaria nº 66/2013

de 27 de Dezembro

Em decorrência do Decreto-Lei nº 21/2013, de 28 de Maio, o qual estabelece o regime de utilização dos veículos do Estado, faz-se necessária a aprovação dos modelos normalizados de registo do veículo e de identificação do motorista, assim como da autorização do pessoal dirigente e do quadro especial a conduzir veículos do Estado.

Ao abrigo do poder conferido pelo número 3 do artigo 3º e número 3 do artigo 4º do referido Decreto-Lei nº 21/2013, de 28 de Maio.

Manda o Governo da República de Cabo Verde, através da Ministra das Finanças e do Planeamento, o seguinte:

Artigo 1º

(Aprovação)

São aprovados os seguintes modelos normalizados:

- a)* Registo do veículo e Identificação do motorista, de que trata o número 3 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 21/2013, de 28 de Maio, cons-

tante no Anexo I da presente Portaria e dela parte integrante;

- b)* Autorização do pessoal dirigente e do quadro especial a conduzir veículos do Estado, de que trata o número 3 do artigo 4º do referido Decreto-Lei nº 21/2013, de 28 de Maio, constante no Anexo II da presente Portaria e dela parte integrante.

Artigo 2º

(Modelo de Autorização de condução de veículos do Estado)

No modelo referido na alínea *b)* do artigo anterior, deve constar a identificação do dirigente ou quadro especial autorizado a conduzir o veículo do Estado; a identificação do veículo; a expressa autorização do membro do Governo responsável pelo serviço; o fim a que se destina a utilização, fazendo-se referência ao facto da autorização caducar logo que satisfeita a necessidade que a fundamentou; e quaisquer outros elementos úteis para além dos referidos neste artigo.

Artigo 3º

(Entrada em vigor)

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte da sua publicação.

Gabinete da Ministra das Finanças, na Praia, aos 5 de Dezembro de 2013. – A Ministra, *Cristina Duarte*.

ANEXO I

Modelo de Registo do veículo e Identificação do motorista referidos na alínea a) do artigo 1º



Registo do veículo e Identificação do motorista
VEÍCULO: XX-XX-XX

Ministério:

Centro de Custo:

Concelho:

Classificação:

Matrícula:

Marca:

Modelo:

Ano de fabrico:

Estado de Conservação:

Nº CHIP:

Cor:

Nº Chassi:

Tipo de Combustível:

Lotação:

Tipo de uso:

Motoristas autorizados

Nome:

Bilhete de Identidade:

Nº de Carta de Condução:

Categoria de Carta de Condução:

Nome:

Bilhete de Identidade:

Nº de Carta de Condução:

Categoria de Carta de Condução:

Este documento foi emitido no Sistema SIGPG no dia xx-xx-xxxx e é válido até ao dia: xx-xx-
meses).

O (A) Directora Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão,

Assinatura/Carimbo do Dirigente

ANEXO II

Modelo de Autorização de condução de veículos do Estado para os casos referidos na alínea b) do artigo 1º

Logotipo do serviço

Despacho nº ____/____,
de ____ de _____

Ao abrigo do artigo 4º, número 3 do Decreto-Lei nº 21/2013, de 28 de Maio, e por reconhecida necessidade de serviço, fica autorizado(a) o(a) Sr(a). (identificação do dirigente e/ou quadro especial) a conduzir o veículo (identificação do veículo), durante os dias (data/hora), no percurso (lugar/origem/destino), estritamente para o seguinte fim: (justificativa da utilização).

Para que conste e faça fé junto das autoridades fiscalizadoras competentes.

Membro do Governo responsável pelo serviço



I SÉRIE
**BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.